

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM TELEVISÃO DIGITAL: INFORMAÇÃO E
CONHECIMENTO**

Giovana Sanches

PORTUGUÊS PARA TODOS

**- CONTEÚDO EDUCATIVO E INTERATIVO
PARA A TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA UNESP -**

**Bauru
2010**

Giovana Sanches

**PORTUGUÊS PARA TODOS
- CONTEÚDO EDUCATIVO E INTERATIVO PARA A TELEVISÃO
UNIVERSITÁRIA UNESP -**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, concentrado na área de Comunicação, Informação e Educação em Televisão Digital, para obtenção do título de Mestre em Televisão Digital sob a orientação do Prof Dr. Antonio Carlos de Jesus e co-orientação do Prof. Dr. Humberto Ferasoli Filho.

**Bauru
2010**

Sanches, Giovana.
Português para Todos – Conteúdo Educativo e
Interativo para a Televisão Universitária Unesp - /
Giovana Sanches, 2010.
137 f.

Orientador: Antonio Carlos de Jesus

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e
Comunicação, Bauru, 2010

1. TV Digital. 2. Interatividade. 3. Televisão
Pública. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade
de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GIOVANA SANCHES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TELEVISÃO DIGITAL: INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO, DO(A) FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DE BAURU.

Aos 21 dias do mês de outubro do ano de 2010, às 20:00 horas, no(a) Sala dos Órgãos Colegiados da UNESP - Campus de Bauru, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. HUMBERTO FERASOLI FILHO do(a) Departamento de Computação / Faculdade de Ciências de Bauru, Prof. Dr. JOSE CARLOS ARONCHI DE SOUZA do(a) Departamento de Produção Multimídia / Serviço Social do Comércio, Prof. Dr. AGUINALDO ROBINSON DE SOUZA do(a) Departamento de Química / Faculdade de Ciências de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GIOVANA SANCHES, intitulada "PORTUGUÊS PARA TODOS - CONTEÚDO EDUCATIVO E INTERATIVO PARA A TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA UNESP". Após a exposição, a discente foi argüida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: _____

APPROVADO Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. HUMBERTO FERASOLI FILHO

Prof. Dr. JOSE CARLOS ARONCHI DE SOUZA

Prof. Dr. AGUINALDO ROBINSON DE SOUZA

Giovana Sanches

**PORTUGUÊS PARA TODOS
- CONTEÚDO EDUCATIVO E INTERATIVO PARA A TELEVISÃO
UNIVERSITÁRIA UNESP -**

Área de Concentração: Comunicação, Informação e Educação em Televisão Digital.

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e Comunicação para Televisão Digital.

Banca Examinadora:

Presidente/Orientador: **Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus**

Instituição: **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

Co-orientador: **Prof. Dr. Humberto Ferasoli Filho**

Instituição: **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

Examinador: **Prof. Dr. José Carlos Aronchi de Souza**

Instituições: **Sebrae – SP e Senac – SP**

Examinador: **Prof. Dr. Aguinaldo Robinson de Souza**

Instituição: **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**

Resultado:

Aprovada.

Bauru, 21 / 10 / 2010.

Aos meus pais, Antonio Rubens Sanches e Diomar Gambarini Sanches, que sempre estiveram ao meu lado e me ensinaram a nunca desistir de realizar meus sonhos, dedico este trabalho.

Agradeço a Deus, por me conceder força, saúde e inteligência para seguir no caminho acadêmico. Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus, que me norteou e me ofereceu espaço para a concretização deste projeto. Aos professores Regina Célia Baptista Belluzzo, José Luís Bizelli, José Carlos Aronchi de Souza, Humberto Ferasoli Filho e Aguinaldo Robinson de Souza pela disponibilidade e contribuições nessa pesquisa. À professora e amiga Maria Helena Gamas, que me sempre me socorreu nos momentos de dúvidas. À Katherine Z. Scaliaris e demais profissionais da Televisão Universitária Unesp que foram fundamentais para a produção deste trabalho. Ao Prof. Dr. Eduardo Martins Morgado pela oportunidade de integrar a equipe do Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada (LTIA) da Unesp de Bauru. À Thiago Fabre, Renato Schmidt e Fábio Mastelari, membros do LTIA, pelo desenvolvimento dos aplicativos do presente programete. À amiga e revisora Joyce Pessoa Feniman, pela ajuda cedida. Aos colegas da Editora Alto Astral, pela compreensão e auxílio. Ao meu grande companheiro, Jonathan Busato, pela paciência, apoio, carinho e colaboração durante a elaboração deste projeto. Aos meus amigos, pelo acolhimento nos momentos de apreensão. E a todos que, de alguma forma, contribuíram para que este sonho pudesse ser concretizado.

“Até hoje não se tem certeza de onde viemos. Os filósofos ainda querem entender quem somos. E existem umas duzentas teorias pra onde vamos. Os economistas querem explicar a crise. E os cientistas como o cérebro funciona. Como você pode ver, não são as respostas que movem o mundo: são as perguntas”.
Campanha da F/Nazca para o canal Futura.

SANCHES, Giovana. **Português para Todos** - conteúdo educativo e interativo para a Televisão Universitária Unesp. 2010. 136p. Relatório Técnico Científico de Pós-Graduação (Programa: Mestrado Profissional em TV Digital: informação e conhecimento) - FAAC - UNESP, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus, Bauru, 2010.

RESUMO

Apresenta-se um histórico sobre a televisão brasileira desde sua implantação, no modelo analógico, até os dias atuais, sob transmissão digital. Destaca-se a interatividade na TV digital. Descreve-se as características e funções das emissoras públicas e educativas com enfoque para o papel dessas emissoras na formação de cidadãos. No mesmo item, faz-se uma abordagem panorâmica sobre a Televisão Universitária Unesp (TVU), veículo para o qual destina-se o produto final deste trabalho. Elabora-se uma proposta de conteúdo educativo e interativo para a TVU com o objetivo de explorar a interatividade como ferramenta para proporcionar conhecimento ao interagente¹, incluindo a descrição do programete produzido, seu roteiro e sua viabilidade.

Palavras-chave: TV Digital. Interatividade. Televisão Pública. Educação Informal.

¹ Convencionou-se chamar de *interagente* o telespectador que tem a possibilidade de participar da programação televisiva e interagir com ela por meio de recursos interativos.

SANCHES, Giovana. **Portuguese for everyone** - interactive and educational content for UNESP University Television. 2010. 136p. Technical Scientific Report of Post Graduation. (Programme: Professional Master Degree in Digital Television: information and knowledge) – FAAC – UNESP, under the guidance of PhD Antonio Carlos de Jesus, Bauru, 2010.

ABSTRACT

Presents the history of Brazilian television since its implementation, with the analogue standard, until nowadays, with the digital television. Highlights the interactivity on digital television. Describes the characteristics and functions of educational public broadcasters focusing on its roles on formation of citizens. In the same item, does a panoramic analyze of the UNESP University Television (UTV), which is the media for the final product of this research. Draws up a proposal of interactive educational content for the UTV with the intention of explore the interactivity as a tool to provide knowledge for the interactant², including a description of the program produced, its screenplay and its viability.

Keywords: Digital Television, Interactivity, Public Television, Informal Education.

² It was determined call as *interactant* the viewer who can participate of the television programming and interact with it through the interactive resources.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 ITEM 1 – A INVENÇÃO DA TV.....	17
2.1. Os 60 anos da televisão brasileira	18
2.2 A telinha ganha cores.....	21
2.3 A digitalização da TV.....	23
2.4 A interatividade na TV Digital	29
3 ITEM 2 – UM PANORAMA SOBRE A TELEVISÃO PÚBLICA.....	37
3.1 TV pública brasileira: um veículo em formação.....	39
3.2 TV Universitária Unesp: pública, educativa e digital	45
4 ITEM 3 – O PRODUTO: “PORTUGUÊS PARA TODOS”.....	48
4.1 Programete Temático “Variantes Linguísticas”	49
5 ITEM 4 – RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO	69
5.1 Dados Gerais do Projeto	69
5.2 Descrição do Projeto.....	70
5.3 Resultados esperados.....	72
5.4 Materiais e Métodos.....	72
5.5 Justificativa	76
5.6 Resultados Obtidos.....	77
5.7 Produção do Pesquisador Executor do Projeto	77
5.8 Parceria Institucional.....	82
5.9 Impactos.....	83
5.10 Equipe.....	84
5.11 Dificuldades	85
5.12 Comentários Gerais e Perspectivas.....	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS.....	98
ANEXO A – Currículo Lattes: Giovana Sanches	98
ANEXO B – Entrevista na íntegra: José Roberto Garcez, diretor da EBC Serviços. Por e-mail.	105
ANEXO C – Entrevista na íntegra: Sérgio Ferreira do Amaral, Professor Livre- Docente na Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas.	

Por e-mail.	110
ANEXO D – Entrevista na íntegra: Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes Soares, do Departamento de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por telefone.	112
ANEXO E – Material didático utilizado na elaboração do conteúdo do programete – Anglo: ensino médio: livro-texto, organizado por Francisco Platão Savioli.....	116

1 INTRODUÇÃO

“O tempo passou e as luzes sobre o futuro se tornavam mais intensas e claras”. (JESUS, 2009, p. 02)

Cinquenta e sete anos. Este foi o tempo decorrido desde a primeira transmissão televisiva analógica no Brasil, em 1950, até a primeira transmissão televisiva digital no país, em 2007. A tecnologia mudou, os hábitos da sociedade mudaram, a forma de fazer e ver televisão mudou. Neste cenário, as incertezas predominam entre os profissionais e os consumidores da TV, aparelho que se faz presente em 94,5% dos domicílios brasileiros³. Portanto, faz-se necessário elaborar estudos e experimentações que levantem hipóteses sobre os mais diversos aspectos desse novo e abrangente meio: a televisão digital interativa.

Com a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T), dada por meio do Decreto 5.820, de 2006⁴, os estudos na área de televisão digital começaram a tomar contornos mais nítidos. Nessa transição do sistema analógico para o digital⁵, emergem as sugestões de novas formas de conteúdo que se adequem ao formato 16:9 do televisor digital de alta definição e, acima disso, que possam usufruir as possibilidades oferecidas por essa nova tecnologia.

Nesse âmbito, insere-se o presente projeto. É visando explorar a interatividade – recurso tão esperado com a implantação da TV digital – que está sendo desenvolvida a proposta contida neste estudo. Para que serve a interatividade na televisão? Como ela pode colaborar de forma positiva na formação dos cidadãos? Qual é a melhor forma de explorá-la neste sentido? Onde experimentá-la? Essas são as principais questões que norteiam a presente pesquisa.

Ao propor a inclusão de recursos tecnológicos interativos para a produção e geração de programetes educativos e interativos na grade da programação da Televisão Universitária Unesp (TVU), este projeto parte do princípio de que a maioria dos conteúdos televisivos é superficial e, via de regra, difundida aleatoriamente. Isto é, os parâmetros da valoração da informação, a ausência de critérios para sua inserção e a velocidade do fluxo de informações ocorrem com frequência nas

³ PNAD, 2007.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>.

⁵ O governo brasileiro estabeleceu prazo de dez anos, a partir da instituição do SBTVD-T, em 2006, para que as emissoras de TV façam a transição dos sinais analógicos para os digitais.

emissoras comerciais, que dependem do lucro para se manterem e, portanto, focam nos índices de audiência para produzir seus conteúdos.

Diante disso, lança-se a hipótese de que a televisão digital educativa e pública, utilizando a interatividade, pode complementar os conteúdos centrais do ensino formal e explorar um determinado tema com mais profundidade. Em consequência, acredita-se que a audiência vai adquirir mais conhecimento ou um grau maior de abrangência sobre um determinado assunto.

As inovações que a interatividade proporcionará para a televisão podem ser o diferencial para que as emissoras públicas e educativas se tornem uma efetiva opção para a sociedade. Só a TV pública pode fazer da interatividade não apenas uma chance de aumentar os seus negócios, mas um elemento para possibilitar a troca de conhecimento e valorização da cidadania (GARCEZ, 2010).

Assim, a TV digital pública e interativa poderá ser uma ferramenta valiosa para assegurar uma educação informal complementar ao sistema educacional formal das instituições de ensino.

Os meios (de comunicação) são processos eficientes de educação informal, porque ensinam de forma atraente e voluntária, ninguém é obrigado, ao contrário da escola, a observar, julgar e agir tanto individual como coletivamente (MORAN *apud* MELO, 2002).

Apesar da interatividade ser intrínseca à internet, ela ainda se reveste de mistérios na TV digital, visto que a cultura da televisão analógica é passiva.

A TV, hoje, é feita por um conjunto de pessoas especializadas em audiovisual. As pessoas chegam em casa cansadas e vão assistir TV. A tendência é de ser mais preguiçoso, sintonizar um canal e ser apenas o espectador. É o que classificamos como usuário preguiçoso, que é o diferente do usuário do computador, que é um cara pró-ativo, que vai buscar informação (LEMOS *apud* SVAZONI; COHN, 2009, p. 128).

Além disso, a interface televisiva com a qual a audiência está acostumada será modificada e, salvo as peculiaridades do meio, deverá ficar semelhante às das páginas da internet. Pois, como McLuhan já dizia há muito tempo, uma nova mídia sempre toma a mídia anterior como ambiente (McLuhan, 2005). E, desde então, outros estudiosos compartilham de sua ideia:

O primeiro momento é sempre um momento de transposição, depois começa o movimento de criação de linguagens próprias para os novos suportes, cada um exige uma linguagem diferente (PALACIOS *apud* SAVAZONI; COHN, 2009, p. 254).

Mas, o hábito do telespectador já está se modificando.

A sociedade digital está sendo cada vez mais direcionada à participação interativa. O telespectador quer interagir com o conteúdo e isso poderá oferecer muitas possibilidades para o desenvolvimento de conteúdo educacional (AMARAL, 2010).

Dessa forma, os aplicativos interativos propostos neste estudo estão configurados num nível de dificuldade simples e inicial⁶, pois, considera-se necessário estabelecer uma nova cultura sobre a interatividade na televisão digital, em que os telespectadores passam a ser interagentes para experimentar gradativamente essa nova e ativa opção. E essa questão insere-se no âmbito da cultura digital (ou cibercultura) - iniciada na década de 1970, com o surgimento da microinformática, e bastante efetiva na atualidade⁷. Segundo Manevy (2009), cultura digital

(...) é a cultura das redes, do compartilhamento, da criação coletiva, da convergência. São processos vivos de articulação, processos políticos, sociais, que impactam nosso modo de vida, de construção e de formulação. E que encontra no digital não um suporte, mas um modo de elaboração (PALACIOS *apud* SAVAZONI; COHN, 2009, p. 35).

Portanto, a passagem da televisão analógica para a digital deve alterar as relações sociais e permitir que as informações circulem por uma via de mão dupla.

(...) O que a gente está vendo hoje é um novo tipo de estradas virtuais, novos caminhos e novas formas das pessoas se conectarem, que estão reestruturando completamente a forma de como a cultura é feita (LEMO *apud* SAVAZONI; COHN, 2009, p. 97).

Frente a este novo contexto digital, que coloca as emissoras educativas como promissoras plataformas para explorar a interatividade na educação, desenvolveu-se o produto deste trabalho: um programete sobre variantes linguísticas da série “Português para Todos” que foi produzido no padrão⁸ da TVU,

⁶ É o que Montez e Becker (2005) chamam de nível reativo, explicado adiante no item 2.4.

⁷ LEMO *apud* SAVAZONI; COHN, 2009, p. 136.

⁸ Padrão descrito no item 4 deste trabalho.

emissora digital, pública, educativa e cultural. Assim, o programete está apto a ser veiculado pela emissora e, posteriormente, poderá confirmar ou refutar as hipóteses aqui apresentadas.

Para iniciar os estudos deste produto, descrito posteriormente, é preciso contextualizar. Diante disso, no item 1, intitulado “A invenção da TV”, faz-se uma abordagem desde os primeiros estudos sobre a criação desse veículo tão popular até sua atual situação. Neste percurso, descrevem-se os primeiros relatos sobre a existência da televisão, na Europa e Estados Unidos, e sua chegada ao Brasil, em 1950. Neste aspecto, relatam-se as fases pelas quais a TV brasileira passou, citando suas principais emissoras. Com relação à tecnologia, salientam-se marcos importantes, como a mudança da transmissão de imagens em preto e branco para a colorida. Por fim, chega-se à digitalização da TV, descrevendo os padrões presentes no mundo e salientando o sistema brasileiro. Neste ponto, é feita uma abordagem mais específica sobre a interatividade na televisão digital, um dos objetos de estudo deste trabalho.

Chega-se, então, num ponto importante da pesquisa. Para onde direcionar o experimento pretendido? Considerando que as emissoras comerciais, como o próprio nome diz, trabalham visando ao lucro, e que as emissoras públicas e educativas contribuem para a formação do cidadão por meio de sua programação televisiva, optou-se por focar nas televisões públicas. Assim, no segundo item, nomeado “Um panorama sobre a televisão pública”, é feita uma trajetória sobre as emissoras públicas e educativas passando, brevemente, pelo cenário mundial, e evidenciando as particularidades dessas televisões no Brasil. Nota-se que, em sua história, as emissoras públicas têm caráter educativo. Portanto, conceituações fizeram-se presentes. Nas características das televisões públicas brasileiras, descreve-se desde seu surgimento, na década de 1960, até os dias atuais, em que se estuda a construção de uma rede de emissoras públicas no país, dentro do padrão digital de transmissão. Neste ponto, é feita uma descrição sobre a Televisão Universitária Unesp, que se insere no Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo (CRTVCE) da Unesp de Bauru (SP). A TV Unesp, que está em operação desde 2009 e deve entrar no ar ainda em 2010, é a emissora para a qual está sendo desenvolvida a presente proposta de conteúdo educativo e interativo.

O terceiro item, intitulado “O Produto: Português para Todos” está relacionado à parte prática do projeto. Primeiramente, ele descreve o formato e o

conteúdo desse programete (dentro do padrão da TV Unesp, também descrito neste item), que tem como tema as variantes linguísticas. Em seguida, são apresentados a pauta e o roteiro do programete. Por último, descreve-se o desenvolvimento do produto até a sua finalização, envolvendo o conteúdo principal e os complementares, que serão acessados por meio da interatividade.

No quarto item encontra-se o Relatório Técnico-Científico. Nele, há uma descrição detalhada do projeto abrangendo sua metodologia e informações burocráticas, além de um histórico da discente no decorrer do Mestrado.

Por fim, o item 5 é composto pelas considerações finais, que reforça o objetivo desta pesquisa, relata como foi o seu desenvolvimento e sugere uma continuidade do tema. O currículo da discente, o material utilizado na construção do roteiro do programete e as entrevistas feitas para ajudar na composição da parte teórica estão anexos no final do trabalho. E, por último, apresenta-se um DVD com o programete elaborado.

2 ITEM 1 – A INVENÇÃO DA TV

“Um diretor de saúde pública... noticiou esta semana que um ratinho que, presumivelmente, andara assistindo televisão, atacou uma menina e seu gato, já adulto... Ambos, gato e rato, sobreviveram, e o incidente fica registrado como lembrete de que as coisas parecem estar mudando”⁹

Nem mesmo em seus sonhos mais ambiciosos os precursores da televisão poderiam imaginar o que ela se tornaria e o poder que ganharia ao longo dos séculos. Na primeira metade do século XIX, o sueco Barão de *Berzeleus* já sonhava com um aparelho que pudesse levar imagem e som a longas distâncias. Mas ele não era o único. Em 1873, o inglês *Wilougeby Smith May* e, em 1875, o americano *Jorge Carey* e o francês *De Blanc* também se interessaram pelo assunto e se aprofundaram em suas pesquisas. Porém, somente na década seguinte foi possível captar imagens, dividi-las em minúsculos pontos e reagrupá-las novamente. O feito foi do alemão *Paul Nipkow*. Registra-se, também, que *Julius Elster* e *Hans Geitel* realizaram importantes experiências na área, em 1892. Uma descoberta crucial, contudo, foi feita pelo alemão *Rudolf Hertz*, quando definiu uma forma de propagar o som por meio de ondas. Assim, teve início a chamada radiodifusão ou radiocomunicação.

Nos seus primeiros anos, a televisão era simplesmente um sistema de envio e recepção de sinais. Não se sabia bem para que poderia servir: nem seus inventores haviam determinado sua função, nem a sociedade havia fixado normas para sua regulamentação, nem as pessoas entendiam muito bem sua finalidade.¹⁰

Mas, os primeiros contornos mais definidos do que seria essa importante invenção demorou a acontecer. Mais de um século depois da primeira tentativa de criar a televisão é que algo mais concreto foi elaborado. Antes, é importante que se explique o seu nome. O vocábulo televisão é originário das palavras gregas “*tele*”, que significa longe, e “*videre*”, que significa ver. Portanto, em seu sentido literal, televisão quer dizer “visão à distância”. E foi o inglês *John Logie Baird*, em 1925, que conseguiu reproduzir figuras humanas em seus aparelhos, começando a legitimar a função do veículo. Nesse mesmo ano, um russo naturalizado americano chamado

⁹ MCLUHAN, 2005, p. 17 (citação de um trecho do jornal americano *The New York Times* escrito por James Reston em 7 de junho de 1957).

¹⁰ BRASIL, 2005, p. 20.

Wladimir K. Zworkin criou e patenteou uma máquina similar à atual televisão, formada pelo iconoscópio (tubo de câmera de televisão adequado à teledifusão) e pelo cinescópio (tubo de imagem usado em receptores de televisão). Depois da primeira exibição feita em Londres, em 1926, o aparelho difundiu-se pela Europa, tendo como pontos de partida França, Reino Unido e Alemanha.

Nessa época, o rádio vivia sua “Grande Era” e se mantinha como o meio de comunicação dominante. Além disso, pouco depois, o estouro da Segunda Guerra Mundial fez com que a propagação da TV ficasse estagnada. No ano seguinte ao término da guerra, a emissora pública inglesa BBC (*British Broadcasting Corporation*) voltou a fazer suas transmissões. Nos Estados Unidos, a NBC (*National Broadcasting Company*) tinha 107 emissoras, todas autônomas, e nenhuma concorrente (lembrando que as primeiras teledifusões norte-americanas regulares começaram em julho de 1936). Essas características delineavam as diferentes intenções dos continentes citados: a TV européia era voltada para a educação, enquanto a americana nascia como uma empresa. A partir de 1950, isso propiciou a exportação da moderna tecnologia americana que veio parar em terras tupiniquins.

2.1. Os 60 anos da televisão brasileira

Em meio a muita descrença e desconfiança, o Brasil foi o quarto país do mundo a possuir uma emissora de TV – que já nasceu comercial em nosso país. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, um empresário da mídia, comprou da RCA Victor, associada da NBC, aparelhagem suficiente para montar uma emissora. Em 18 de setembro de 1950, São Paulo assistia à primeira transmissão da PRF-3 TV Difusora, canal 3, conhecida como TV Tupi. É importante ressaltar que, de acordo com Prado (1996), foram contrabandeados cerca de 200 aparelhos de TV para que a sociedade pudesse assistir à nova emissora e gerasse audiência, já que o Brasil ainda não possuía nenhuma fábrica ou importadora do aparelho instalada em seu território. Mas, não demorou muito para que isso acontecesse e logo os empresários passaram a ver a televisão como um bom negócio. Em 1951, começaram a ser fabricados os primeiros receptores de televisão no Brasil, por Bernardo Kocubej, com a marca *Invictus*.

Até então, não havia mão de obra específica para trabalhar nesse novo veículo. Profissionais do rádio, teatro, jornal e cinema emprestaram seu talento à televisão para suprir a carência de especialistas. Por isso, inicialmente, o conteúdo televisivo era escasso. A programação era ao vivo e limitava-se ao horário das 18 às 23 horas.

Em pouco tempo, Chateaubriand começou a ver seu sonho crescer na prática. Com o aprimoramento e sucesso da TV Tupi foi possível, no ano seguinte, a inauguração de uma filial da emissora no Rio de Janeiro – então capital do Brasil. Posteriormente, outros importantes canais de televisão foram criados. Em 1952, a TV Paulista canal 5 – futura Rede Globo; em 1953, a TV Record de São Paulo e, em 1955, a TV Record do Rio de Janeiro; em 1959 a TV Itacolomy, em Belo Horizonte; e, no mesmo ano, a TV paulistana Excelsior.

E os avanços televisivos continuaram. Na década de 1960, uma importante evolução tecnológica chegou ao Brasil: o videoteipe. Essa conquista possibilitou aos brasileiros assistirem, com dois dias de atraso, os jogos da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo do Chile. A partir daí, o processo de produção dos programas de TV ficou mais elaborado, aumentando sua qualidade. Em 1964, o governo militar investiu na televisão para divulgar seus projetos. As recentes emissoras educativas foram as principais beneficiadas. Em 1965, no Rio de Janeiro, nascia a TV Globo, do empresário Roberto Marinho. E, dois anos depois, foi inaugurada a TV Bandeirantes de São Paulo.

Começava um novo tempo para a televisão. Ao passo que essas novas emissoras surgiam, outras enfrentavam graves crises, como a TV Excelsior, que teve a sua concessão cassada por divergências com o governo, em 1969. No ano anterior, com a morte de Chateaubriand, a TV Tupi foi decaindo até sua falência, em 1980. Também no fim da década de 1960 e início da década de 1970, grandes incêndios prejudicaram as emissoras Record e Bandeirantes, respectivamente.

A crise, contudo, não atingiu todas as empresas de comunicação. Para a novata TV Globo a época era promissora. Grandes nomes como Walter Clark, Armando Nogueira e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (o Boni) impulsionaram a emissora que começava a se tornar a primeira rede televisiva brasileira. Sua primeira aquisição foi a TV Paulista, em 1967, seguida de diversas emissoras regionais que adotaram o “padrão globo de qualidade” e obtiveram grande prestígio. Algumas parcerias foram fundamentais na consolidação da Rede Globo. A empresa

norte-americana *Time-Life*, por exemplo, foi de grande importância para essa conquista ao facilitar a importação de equipamentos pelo senhor Roberto Marinho. Segundo Prado (1996), apesar de acordos deste tipo serem inconstitucionais na época, o governo foi permissivo em troca do apoio da emissora.

Mas, nem todos os canais de TV tiveram a mesma sorte. Enquanto a Globo importava equipamentos modernos e mão de obra qualificada com facilidade, outras emissoras não progrediam por enfrentarem muita burocracia em suas aquisições. A pressão das concorrentes e da sociedade fez com que o acordo com a *Time-Life* acabasse em 1969. Assim, a Rede Globo de Televisão seguiu o padrão americano e apostou em tudo o que havia conquistado para se tornar a maior rede de televisão brasileira.

Brasil, citando o estudioso de TV Sérgio Mattos (*apud* BRASIL, 2005, p. 21), aponta uma divisão na trajetória da televisão em seis fases:

1. Fase elitista (1950-1964): a televisão era um artigo de luxo acessível apenas à classe alta;
2. Fase populista (1964-1975): a televisão era símbolo da modernidade com programas de forte apelo popular;
3. Fase do desenvolvimento tecnológico (1975-1985): início de uma produção maior e melhor, com incentivo de órgãos oficiais;
4. Fase da transição e da expansão internacional (1985-1990): configurou-se durante a Nova República, com o aumento de exportações de programas;
5. Fase da globalização e da TV paga (1990-2000): a televisão se adapta à redemocratização e se moderniza;
6. Fase da convergência e da qualidade digital (2000-...): mudança das transmissões e recepções para qualidade digital e junção de tecnologias midiáticas de informação, como Internet acoplada à televisão.

Neste cenário, há algum tempo, alguns grupos de famílias detém a propriedade de emissoras de sinal aberto no Brasil. Entre elas, destacam-se as famílias Marinho (Globo), Sirotsky (RBS), Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), Daou (TV Amazonas) e Câmara (TV Anhangüera). Além disso, outros conglomerados de comunicação foram formados por entidades religiosas. Na década de 1990, a Rede Record foi vendida, por 45 milhões de dólares, à Igreja

Universal do Reino de Deus. A Igreja Católica também faz parte dos proprietários midiáticos no comando da Rede Vida, com mais de trezentas retransmissoras espalhadas pelo país.

Dados oficiais mostram que, próxima de completar sessenta anos de existência no Brasil, a televisão reina absoluta. Atualmente, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2007), 94,5% dos domicílios brasileiros possuem aparelho televisor. E, de acordo com Montez e Becker (2005), 80% deles recebem apenas o sinal de TV aberta.

2.2 A telinha ganha cores

Com o passar dos anos, os avanços tecnológicos e as melhorias nos equipamentos de transmissão e recepção deram origem a imagens de televisão mais nítidas. No início das exibições, todos os programas eram transmitidos em preto e branco. A transmissão em cores foi muito bem planejada e começou em 1953, nos Estados Unidos. Para que ela fosse possível, os americanos criaram um comitê que desenvolvesse um sistema colorido de transmissão para TV. O comitê recebeu o nome de *National Television System Committee* (também encontrado como *National Television Standards Committee*), cujas iniciais batizaram o novo sistema em cores: NTSC.

Tecnicamente, o NTSC funcionava com a utilização do padrão preto e branco com níveis de luminância mais o acréscimo da cromaticidade, ou seja, da cor. Segundo Yorke (1990), a captação de imagens em cores se dá pela decomposição da luz branca em três cores primárias: vermelho, verde e azul. Toda imagem captada pela lente é decomposta nessas três cores. Dentro da câmera, elas encontram tubos de imagens para a cor correspondente cobertos de pequenos pontos sensíveis à luz. Um disparador de elétrons localizado no fundo de cada tubo varre essa cobertura, ativando um fluxo de elétrons que se transforma num sinal eletrônico. Os três sinais, um para cada tubo, são então combinados para recriar a imagem. Câmeras com CCD (*Charged - Coupled Device*), que é um dispositivo de carga acoplada, não usam tubos, mas, possuem chips para converter as luzes vermelha, verde e azul em sinais elétricos. Na recepção, a imagem se forma por meio da soma das cores no pixel, isto é, nos pontos da tela da TV.

Os estudos sobre padrões de televisão em cores continuaram - dessa vez, na Europa. Em 1967, a Alemanha desenvolveu uma variação do NTSC acrescida de alguns progressos à qual denominou *Phase Alternating Line* (PAL). Neste sistema, o aparelho de TV poderia transmitir tanto em preto e branco quanto em cores. O Ministério das Comunicações do Brasil, por sua vez, queria implantar o sistema colorido já com as deficiências do NTSC corrigidas e compatível com o sistema preto e branco brasileiro – que ainda não tinha todos os seus investimentos quitados. Então, adotou-se o sistema alemão PAL para a transmissão em cores. A partir disso, engenheiros e pesquisadores criaram uma forma de colocar o sistema alemão PAL (original para 625 linhas) dentro do padrão preto e branco do Brasil (de 525 linhas), criando o sistema de cor PAL-M. A primeira transmissão oficial em cores no Brasil ocorreu em 31 de março 1972. A responsável pela façanha foi a TV Difusora de Porto Alegre, transmitindo a inauguração da Festa da Uva, em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Apesar dessa inovação, a indústria nacional continuou sua produção de aparelhos de TV em preto e branco. Segundo Montez e Becker (2005), apenas em 1997, ou seja, 25 anos após o início das transmissões coloridas no Brasil, foi encerrada a fabricação de aparelhos de TV em preto e branco. As principais diferenças entre os televisores em preto e branco e em cores são: a TV em preto e branco era feita em madeira, possuía sintonizador manual, botão rotatório, não tinha sintonizador de canal em UHF - o que limitava o número de canais -, era necessário deixar o equipamento esquentar para que funcionasse, o som chegava antes da imagem e usava tubo de imagem; a TV em cores recebia som e imagem simultaneamente, começou a usar diversos tipos de material - até imitação de madeira - e o painel de botões passou a ser sensível ao toque.

Neste contexto tecnológico, a evolução dos equipamentos também resultou em métodos de produção que beneficiaram os telespectadores. É importante lembrarmos, *un passan*, as principais mudanças nas formas de se fazer televisão. A princípio, a maioria dos programas, como citado anteriormente, era produzida ao vivo. Ademais, a aparelhagem e as técnicas usadas produziam imagens e sons de baixa qualidade. Em meados da década de 1950 (no Brasil, na década de 1960), os programas começaram a ser gravados em videoteipes e produzidos instantaneamente, o que resultava em perda quase nula de qualidade. Os videoteipes também permitiram maior flexibilidade no planejamento da

programação e possibilitaram recursos como os *replays* instantâneos de lances esportivos. Com seu surgimento, a produção de TV foi barateada e centralizada nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, onde as emissoras copiavam os programas em fita que eram exibidos para os demais estados (BRASIL, 2005). Outra grande contribuição nos sistemas de transmissão foi a criação de satélites. O primeiro satélite comercial de comunicações, o *Early Bird*, foi lançado em 1965, pelos Estados Unidos. Os satélites tornaram possível a teledifusão de âmbito mundial. Por meio deles, os telespectadores puderam assistir a acontecimentos históricos como a primeira viagem do homem à Lua. E a televisão por assinatura também veio como uma alternativa às televisões abertas. O sistema de transmissão a cabo, nos Estados Unidos, surgiu quase concomitantemente à TV. Já no Brasil, apenas no ano de 1990 foram feitas, pelo Ministério das Comunicações, as primeiras concessões de canais a cabo. Hoje, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), a TV por assinatura – que inclui transmissão a cabo, por satélite e por micro-ondas – chega a 7,6 milhões de domicílios no Brasil. A mais recente evolução televisiva começou no Brasil há pouco mais de dois anos e ainda está incipiente: é a TV digital.

2.3 A digitalização da TV

*“Estamos diante de oportunidades não vislumbradas pelos atores tecnológicos dos países desenvolvidos, por meio de soluções dirigidas para dar respostas às necessidades da região e que hoje, demonstram ser não apenas economicamente viáveis como podendo se tornar excelentes alternativas de expansão do conhecimento”.*¹¹

O Japão foi o pioneiro na história da TV Digital, que teve seu embrião gerado no país entre as décadas de 1970 e 1980. Na época, a rede pública de TV *Nippon Hoso Kyokai* (NHK), juntamente com um consórcio de 100 estações comerciais, autorizou os cientistas do *NHK Science & Technical Research Laboratories* a desenvolver uma TV de alta definição. Posteriormente, na passagem para a década de 1990, houve avanços no Japão e a criação de outros modelos na Europa e Estados Unidos. Em âmbito mundial, as primeiras pesquisas efetivas sobre

¹¹ BARBOSA; MELONI, 2009, p.03.

padrões de televisão digital tiveram início em 1997, nos Estados Unidos. Hoje, o padrão americano, assim como o europeu e o japonês, estão se difundindo por todo o mundo.

No início da década de 1990, com a expansão da internet comercial, os hábitos de consumo dos telespectadores começaram a mudar devido, principalmente, à autonomia, domínio e velocidade. O perfil do telespectador também mudou. Segundo Galvão (2007), “agora ele está conectado, imerso em uma irradiação viral de signos, informações e mensagens que comunicam a todo instante e, por consequência, seu modo de ver televisão também está mudando drasticamente”. No Brasil, essas características, dentre outros fatores, geraram estudos para o desenvolvimento de uma mídia que se enquadrasse na versatilidade do mundo globalizado: a TV digital. De acordo com o *site* do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD¹², para o governo brasileiro, um padrão de televisão digital deve contemplar as reais necessidades da sociedade brasileira, tendo em vista o perfil de renda da população e as novas possibilidades abertas por meio da interatividade. É consenso, como mostra o CPqD, que a TV Digital brasileira possua os seguintes atributos: baixo custo e firmeza na recepção; flexibilidade para que as emissoras possam escolher esquemas de programação e modelos de negócio de acordo com sua conveniência e dos consumidores; interatividade e promoção de novas aplicações à população, proporcionando educação e cultura. Dessa forma, dotada dessas características, a TV digital pode contribuir com a formação de uma sociedade apta a enfrentar os desafios de um mundo onde a informação e o conhecimento são cada vez mais importantes para alcançar o progresso econômico e o bem-estar social.

Segundo informações da ANATEL, logo no início da década de 1990 o Brasil já pensava em digitalizar seu sinal de televisão. As primeiras discussões mais sólidas em torno do assunto TV digital começaram, em nosso país, em junho de 1991, quando o Ministério das Comunicações constituiu a Comissão Assessora de Assuntos de Televisão (COM-TV) sendo uma de suas finalidades propor uma política do setor para HDTV (*High Definition Television*) e TVD (Televisão Digital). Poucos anos depois, em setembro de 1994, foi criado o grupo técnico formado pela Sociedade de Engenharia de Televisão, que congrega as empresas e profissionais

¹² Disponível em: <www.cpqd.com.br>.

da área, e pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Grupo SET/ABERT) para planejar o ingresso dos radiodifusores na tecnologia de transmissão digital. Em março de 1998, a COM-TV foi extinta e, em novembro desse mesmo ano, a SET/ABERT iniciou os preparativos para testes de campo dos padrões de TV Digital autorizados pela ANATEL. No mês seguinte, 17 emissoras de televisão se uniram ao grupo na realização desses testes. Em julho de 1999, a ANATEL contratou o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) para validação da metodologia dos testes, análise de seus resultados, planejamento da canalização e elaboração da regulamentação técnica de incorporação do padrão adotado às características particulares do Brasil. Por fim, a década de 1990 terminou com a prática de todas essas pesquisas. Em 1999, iniciaram-se, efetivamente, os testes de campo em sete grandes centros urbanos do Brasil, com demonstração de HDTV seguida de pesquisa de opinião.

Os trabalhos não pararam por aí. Em fevereiro de 2000, foi divulgado o relatório dos testes realizados em laboratório pela SET/ABERT em parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie - o relatório permitiu a qualificação dos sistemas de modulação utilizados nos padrões existentes de TV Digital. Logo em seguida, em abril de 2000, foram divulgados os resultados dos testes de campo realizados por essas instituições. Em seu relatório final, ficou confirmada a superioridade do padrão japonês de TV digital (o ISDB-T) ressaltando a necessidade de analisar e considerar aspectos como as condições e facilidades de implementação de cada sistema e o preço dos receptores para o consumidor.

Para se compreender melhor o resultado dos testes, faz-se necessária uma breve descrição dos padrões: DVB - *Digital Video Broadcasting* – sistema europeu de TV digital; ATSC - *Advanced Television Systems Committee* – sistema norte-americano de TV digital; ISDB-T - *Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial* – sistema japonês de TV digital. Podemos dizer que o padrão norte-americano prima por uma TV com alta definição, com qualidade de imagem. O europeu, pela múltipla programação e interação entre telespectador e emissora. O japonês, pela mobilidade, ou seja, pela facilidade no uso da imagem em aparelhos móveis, como celulares, além de ter um sistema de transmissão robusto, adequado ao terreno acidentado de algumas cidades do país. O ATSC começou a ser desenvolvido em 1987 por um grupo de 58 indústrias de equipamentos eletroeletrônicos. Desde outubro de 1998, está em operação comercial nos Estados

Unidos. Foi implantado também no Canadá e na Coreia do Sul e tem um mercado atual de 267 milhões de televisores. No dia 13 de junho de 2009, o ATSC passou a ser a única forma de transmissão nos Estados Unidos. Todas as emissoras americanas de TV tiveram seus sinais analógicos desligados após anos de campanha destinada a preparar a população para essa mudança. Já o DVB é o padrão usado pela maioria dos países que já possuem transmissão de TV digital. Está em operação no Reino Unido desde 1998, tendo chegado a outros países da União Européia, à Austrália, Índia e, recentemente, à Colômbia e ao Uruguai, dentre muitos outros. Está previsto para ser implantado na África do Sul, em Hong Kong e em mais de 10 outros países. O ISDB-T é uma evolução do padrão europeu. Vem sendo desenvolvido desde a década de 1970 pelo laboratório de pesquisa da rede de TV NHK, mas só começou a ser comercializado em 2003. Foi adotado pelo Brasil e outros países da América Latina e, no momento, aguarda a formalização do Fórum Internacional ISDB-T apoiados por Brasil, Japão, Peru, Argentina e Chile (o Fórum objetiva, resumidamente, a união dos países membros para harmonizar as características técnicas de implantação do padrão, aproveitando a economia gerada por elas).

Diante das características e opções oferecidas pelos sistemas de TVD disponíveis no mundo e das considerações finais sugeridas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, como já relatado, a SET/ABERT divulgou sua preferência pelo pacote japonês. A ela, o Ministério das Comunicações atribui metade do peso na decisão. Pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo também apontaram na mesma direção, sugerindo algumas melhorias no padrão ISDB.

Foi então que, em novembro de 2000, divulgaram-se o planejamento preliminar da canalização destinada à transmissão simultânea analógico-digital para a área metropolitana de São Paulo. Os avanços nos estudos sobre a implantação da televisão digital no Brasil eram notórios. No primeiro semestre de 2001, foi divulgada uma Consulta Pública sobre a utilização da tecnologia digital na transmissão terrestre de televisão sob os seguintes aspectos: avaliação técnica dos padrões de TVD terrestre; situação da TVD em outros países; evolução tecnológica e possibilidade de novas aplicações; dimensionamento do mercado potencial de equipamentos, de prestação de serviços e de infraestrutura; desenvolvimento da produção industrial e padronização de equipamentos com vistas à universalização dos serviços; estimativa de investimentos, fontes de financiamentos, riscos e

oportunidades comerciais bilaterais; apreciação dos resultados das pesquisas mercadológicas sobre as preferências dos interagentes brasileiros; expectativa quanto ao modelo de negócios; requisitos para o modelo de transição. Em julho de 2001, foi realizada uma audiência pública com o objetivo de esclarecer dúvidas dos participantes sobre os temas em consulta. Em 2002, foi realizada uma análise das condições brasileiras para a introdução da tecnologia digital na Transmissão Terrestre de Televisão, visando definir um modelo de negócio, a transição da TV analógica para a digital e a viabilização de canais digitais.

Para impulsionar os trabalhos de criação de um modelo de referência nacional de TV Digital Terrestre no Brasil, o governo instituiu o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) por meio do Decreto nº 4901 de 26 de novembro de 2003¹³. Foi a autorização para que se iniciassem, oficialmente, as pesquisas para o processo de transição para um modelo digital de TV. Então, em dezembro de 2003, firmou-se um convênio com o CPqD para a elaboração do modelo de referência citado. Para isso, algumas das premissas estipuladas foram: apresentar solução técnica inovadora, mantendo e aproveitando a compatibilidade com elementos já padronizados no mercado mundial de TV Digital; ser flexível às condições socioeconômicas do Brasil; aproveitar o parque nacional instalado de televisores; promover a cultura digital com a TV interativa. Com base nessas premissas pretendeu-se: apresentar um modelo de referência a ser adotado como o modelo de televisão digital no Brasil; realizar estudos technoeconômicos de viabilidade para as tecnologias e soluções consideradas no modelo de referência; subsidiar o Ministério das Comunicações e o Governo Federal nas suas decisões a respeito da questão “TV Digital Terrestre”; disponibilizar o conhecimento gerado no decorrer do programa para os diversos agentes envolvidos – Governo, emissoras, indústrias, empresas de *software* e de serviços e instituições de pesquisa.

É conveniente descrever o SBTVD para que seja compreendida a transparência com que se deu o processo de definição da implantação da TVD no Brasil. O SBTVD é formado por um grupo de trabalho interministerial sob a coordenação do Ministério das Comunicações. É composto por representantes de dez ministérios, da ANATEL, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e da sociedade civil, por meio de entidades ligadas ao setor produtivo brasileiro

¹³ Disponível em: <http://sbtvd.cpqd.com.br/downloads/decreto_4901_2003.pdf>.

(instituições de classe, indústrias, etc.), além de instituições que defendem os direitos do consumidor. Sua organização se dá por meio de um Comitê de Desenvolvimento (com o dever de fixar critérios e condições para a escolha das pesquisas e dos projetos a serem realizados para o desenvolvimento do programa, bem como de seus participantes.), um Comitê Consultivo (com o dever de dar suporte às ações e diretrizes relativas ao Sistema de TV Digital, articulando com o setor produtivo brasileiro os aspectos aplicáveis ao que será a futura TV Digital Terrestre brasileira) e um Grupo Gestor (com o dever de executar as ações relativas à gestão operacional e administrativa voltadas para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Desenvolvimento do Sistema de TV Digital).

Por fim, quase três anos após a instituição do SBTVD, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assinou, em 29 de julho de 2006, o Decreto nº 5.820, que

Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.¹⁴

A partir daí, ficou escolhido como padrão de TV digital, para o Brasil, o ISDB-T – sistema japonês. Mas o acordo prevê o uso de tecnologia japonesa com a incorporação de inovações desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. Entre essas inovações estão o sistema de compressão de produtos audiovisuais (MPEG-4), o sistema operacional (*middleware*) e aplicativos (como *softwares*, por exemplo), que seriam agregados ao sistema de modulação japonês no Brasil. Na ocasião, estiveram reunidos representantes dos governos brasileiro e japonês, inclusive o então Ministro do Interior e das Comunicações, *Heiko Takenaka*, e empresários da indústria eletroeletrônica e das emissoras.

Esse decreto também estabelece prazo de dez anos para que toda transmissão terrestre no Brasil se torne digital (em linguagem técnica, prazo para que ocorra *switchover* ou *switch off*, que significa o fim das transmissões analógicas de TV, quando as faixas eletromagnéticas usadas serão devolvidas ao governo). Nesse período, os sinais analógicos e o sinal digital serão transmitidos simultaneamente (o que os especialistas chamam de *simulcast*, ou seja, simultaneidade na difusão analógica e digital). O consumidor pode comprar um

¹⁴ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>.

adaptador chamado *set-top box* – uma caixinha que converte o sinal digital em analógico. Dessa forma, ele tem acesso a som e imagem digitais de alta qualidade e, posteriormente, poderá usufruir serviços que demandam interatividade. Caso opte por continuar com o seu televisor e não comprar o *set-top box*, continuará assistindo às programações televisivas da mesma forma que hoje, analogicamente.

Além das mudanças tecnológicas decorrentes da mudança na transmissão analógica para a digital, é importante ressaltar que o conteúdo também será diferenciado. No Artigo 13 do Decreto nº 5.820, o governo planeja criar quatro novos canais públicos de televisão. São eles: Canal do Poder Executivo (transmissão de trabalhos e afins do Executivo), Canal de Educação (prioriza a educação à distância), Canal de Cultura (programas culturais e regionais) e Canal de Cidadania (poderá oferecer o *T-Government*, ou seja, serviços públicos municipais, estaduais e federais por meio da TV digital).

As primeiras transmissões brasileiras de TV digital aconteceram em São Paulo no dia 02 de dezembro de 2007. A partir daí, gradativamente, outras cidades brasileiras estão recebendo o sinal digital, conforme *site* do Ministério das Comunicações¹⁵. Atualmente, segundo o Fórum do SBTVD¹⁶, quase 30 municípios brasileiros já estão com a transmissão digital do sinal de televisão simultaneamente à analógica. Além disso, Argentina, Chile, Venezuela e Peru já aderiram ao padrão brasileiro, enquanto Cuba e Equador avaliam se escolherão o mesmo sistema. Nesses pouco mais de dois anos de existência da TVD no Brasil, o Fórum SBTVD divulgou que já foram comercializados mais de dois milhões de receptores entre *set-top boxes*, televisores digitais, celulares e adaptadores de sinal para computador.

2.4 A interatividade na TV Digital

*“Com a tecnologia da alfabetização, o homem ocidental adquiriu o poder de agir sem reação. A nossa isenção era uma atitude de não-participação. Mas, na era da eletricidade, quando o nosso sistema nervoso central é tecnologicamente projetado para envolver-nos na Humanidade inteira, incorporando-a em nós, temos necessariamente de envolver-nos, em profundidade, em cada uma de nossas ações”*¹⁷

¹⁵ Disponível em: <www.mc.gov.br>.

¹⁶ Disponível em: <www.forumsbtvd.org.br>.

¹⁷ MCLUHAN, 2005, p.18.

A TV digital interativa (TVDI) chegou ao Brasil para mudar o modo de disseminação de informação e o relacionamento entre essa mídia e o interagente, que deve deixar de ser apenas telespectador para se comunicar, de alguma forma, com o conteúdo.

Não estamos tratando da influência ou do efeito da tecnologia sobre os indivíduos, pois são em si uma parte integral e um fator da tecnologia, não apenas como indivíduos que inventam ou mantém a maquinaria, mas também como grupos sociais que direcionam sua aplicação e utilização (MARCUSE *apud* SAVAZONI; COHN, 2009, p.17).

As primeiras pesquisas sobre um possível padrão de TV Digital foram feitas nos Estados Unidos, no final da década de 1990. Em nosso país, a criação de um sistema nacional, o SBTVD, em 2003, foi o passo fundamental para o início dos estudos oficiais de um modelo digital de televisão. Desde então, esse assunto passou a ser pautado com mais frequência pela mídia e, conseqüentemente, a fazer parte das discussões na sociedade, embora ainda cause muitas dúvidas.

Assim como acontece em muitos processos de mudança, incertezas, desconfianças, mas, também, boas expectativas, permeiam as mais variadas opiniões sobre a implantação da televisão digital. Ainda é comum, por exemplo, algumas pessoas confundirem televisores de alta definição (HDTV) com a TVD. A HDTV é apenas mais um avanço possibilitado pelas mídias digitais de transmissão e recepção (como a TV de plasma ou LCD). Já a TV digital é a transmissão digital dos sinais audiovisuais (MONTEZ e BECKER, 2005). Ou, como os mesmos autores definem, ela é ainda mais que isso quando se torna interativa:

Essa quebra de paradigmas não representa o fim da televisão, pois a atual forma de ver TV pode continuar. Representa, isso sim, o surgimento de uma nova mídia, com características próprias, peculiares a sua natureza tecnológica. TV interativa não é uma simples junção ou convergência da internet com a TV, nem a evolução de nenhuma das duas, é uma nova mídia que engloba ferramentas de várias outras, entre elas a TV como conhecemos hoje e a navegabilidade da internet.¹⁸

Tecnicamente, existem algumas modalidades de televisão digital. As mais conhecidas são: SDTV (*Standard Definition Television*), que inclui serviço de áudio e vídeo digitais, mas ainda se assemelha à TV analógica, com menor definição; EDTV (*Enhanced Definition Television*), com som e imagem em média definição; e HDTV

¹⁸ MONTEZ; BECKER, 2005, p. 58.

(*High Definition Television*), com som e imagem em alta definição. Montez e Becker (2005) explicam como é formado um sistema de TV digital interativa. Segundo os autores, ele é composto por: difusor, que abastece de conteúdo e dá suporte às interações dos telespectadores¹⁹; receptor, que recebe o conteúdo e o oferece interativamente ao telespectador; e meio de difusão, que permite a comunicação entre difusor e receptor (por exemplo, cabo e satélite). A recepção do sinal digital, contudo, só será possível se a pessoa adquirir um televisor digital ou um *set-top box*, que é

uma pequena caixa agregada à televisão analógica que converte os sinais digitais para serem vistos nas TVs convencionais. O *set-top box* pode possuir também um canal de retorno, possibilitando a interatividade entre o telespectador e os serviços oferecidos.²⁰

Em novembro de 2007, os primeiros conversores foram colocados à venda no comércio da Grande São Paulo e capital, visto que a inauguração da TV digital estava próxima. A marca pioneira foi a *Positivo Informática*, que lançou dois modelos: um a R\$ 499,00 e outro a R\$ 699,00. A *Philips* também lançou o seu decodificador, mas com um preço mais alto: R\$ 1.099,00. O preço médio estimado pelos fabricantes havia sido R\$ 750,00 e, pelo governo, R\$ 250,00. A *Philips* também apresentou, à época, dois lançamentos em televisores LCD com *set-top box* embutido. O de 42 polegadas custava R\$ 7.999,00 e, o de 52 polegadas, R\$ 12.999,00. Hoje, é possível encontrar um modelo de *set-top box Semp Toshiba* por R\$ 349,00 e um televisor de 42 polegadas com conversor integrado da *Samsung* por R\$ 2.999,00. A tendência é que os preços diminuam com o aumento das vendas. Há um forte empecilho para que a venda de conversores e televisores digitais deslanche: a maioria dos modelos no mercado não permite acesso à internet e a serviços de interatividade.

Mas, afinal, o que é interatividade? Este termo, atualmente utilizado sem maiores preocupações conceituais, não é recente. Sua definição no campo da comunicação parece ter sido prevista por Marshall McLuhan quando classificou os meios de comunicação como quentes e frios. Segundo ele, “um meio quente permite menos participação do que um frio” (MCLUHAN, 2005). Assim, os quentes

¹⁹ Respeitou-se, aqui, o termo utilizado pelos autores, que se refere ao que chamamos de “interagente”.

²⁰ MONTEZ; BECKER, 2005, p.105.

possibilitam pouca ou nenhuma participação do usuário²¹ como, por exemplo, o cinema. Já os frios estimulam a interação, como a televisão e o telefone.

O telefone é um meio frio (...) porque ao ouvido é fornecida uma magra quantidade de informação. (...) De outro lado, os meios quentes não deixam muita coisa a ser preenchida ou completada pela audiência.²²

Assim sendo, como o próprio autor colocou, os meios quentes e frios provocam reações bem diferentes sobre os usuários. Os segundos tendem a despertar a vontade de participar. É o que, similarmente, poderá acontecer com a TV digital se a interatividade, de fato, for explorada nesse meio. Mas, nessa via de mão dupla, é preciso atentar para a diferença conceitual entre interação e interatividade. “A interação pode ocorrer diretamente entre dois ou mais entes atuantes, ao contrário da interatividade, que é necessariamente intermediada por um meio eletrônico” (MONTEZ e BECKER, 2005).

Para que a interatividade na TVD seja possível, no entanto, é necessário que o *set-top box* ou o conversor do televisor digital tenha um *middleware*, que é uma camada de *software*. De acordo com o *site* Software Público, do governo federal,

Em reconhecimento à cultura, arte e contínua luta por liberdade do povo brasileiro, Ginga foi escolhido como nome do *middleware* do Sistema Brasileiro de TV Digital. O *middleware* é um *software* que oferece uma série de facilidades para o desenvolvimento de conteúdo e aplicativos para TV Digital, entre elas a possibilidade desses conteúdos serem exibidos nos mais diferentes sistemas de recepção, independente do fabricante e tipo de receptor (TV, celular, PDA's etc.).²³

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e a Universidade Federal da Paraíba foram as criadoras do *middleware* Ginga. Este *software* “reúne um conjunto de tecnologias e inovações brasileiras que o tornam a especificação de *middleware* mais avançada e, ao mesmo tempo, mais adequada à realidade do país”²⁴. O Ginga é público e poderá ser adquirido por qualquer pessoa. Porém, algumas especificações burocráticas ainda impedem que ele possa ser comercializado. Por isso, os *set-top boxes* estão sendo feitos sem essa tecnologia.

²¹ Também optou-se por manter o termo - equivalente a “interagente” - utilizado pelo autor em sua obra original.

²² MCLUHAN, 2005, p. 38.

²³ Disponível em: <www.softwarepublico.gov.br>.

²⁴ Disponível em: <www.ginga.org.br>.

O principal impedimento refere-se à segunda versão do Ginga. Ficou determinado que o *middleware* brasileiro seria feito em duas linguagens computacionais: a NCL²⁵ e a Java. Conforme explica Soares (2010), “O Ginga-NCL²⁶ está pronto para ser comercializado desde 2007. E o Ginga-Java está indo à consulta pública”²⁷. É importante que o *middleware* nacional seja desenvolvido em duas linguagens para facilitar a criação de aplicativos interativos de forma mais rápida e eficiente (SOARES, 2010). O Fórum SBTVD faz uma clara exemplificação sobre a escolha e o uso dessas linguagens:

Conforme definido em dezembro de 2009, todos os perfis preservam a identidade e a arquitetura baseada em NCL e Java DTV; e o canal de interatividade poderá ser acrescido como uma funcionalidade independente. O primeiro perfil tem recursos de monomídias como texto, fotos e imagens animadas. E ao segundo foram acrescentadas tecnologias de transmissão de aplicações de clipes de áudio e vídeo, permitindo, por exemplo, o ‘tira-teima’ de jogos de futebol em mini-telas ao lado da imagem principal, entre várias outras possibilidades comerciais e lúdicas que poderão ser desenvolvidas e implementadas pela indústria.²⁸

Já existem, no mercado, alguns modelos de televisores digitais e *set-top boxes* com o Ginga-NCL embutido. Mas, o SBTVD não definiu um padrão para que os fabricantes desses eletroeletrônicos atualizem o *middleware* quando ele estiver finalizado e sendo comercializado. Cada fabricante fará a atualização como considerar melhor – o que ainda é uma incógnita também para os consumidores. É preciso ressaltar que os dispositivos portáteis com transmissão de TVD, como celulares, só precisam do Ginga-NCL para exibirem aplicações interativas. Já os dispositivos fixos, como televisores, precisam das duas versões – NCL e Java. Por isso, é tão importante que o Ginga chegue completo ao mercado: as emissoras dependem disso para aprimorarem suas opções de interatividade. Da mesma forma, os fabricantes de eletroeletrônicos só investirão na TV digital interativa e os consumidores só se interessarão, de fato, por comprá-la quando elas apresentarem

²⁵ Grande parte das aplicações interativas desenvolvidas em NCL também se utiliza da linguagem LUA, que é complementar à primeira.

²⁶ Em 2009, o Ginga-NCL foi reconhecido pela *International Telecommunication Union (ITU)* como o primeiro padrão mundial para serviços interativos em IPTV e, poucos meses depois, foi recomendado como sendo um dos padrões mundiais para televisão digital terrestre. Isso aumenta a credibilidade do *middleware* brasileiro e faz com que instituições de todo o mundo sintam-se mais seguras em adotá-lo.

²⁷ Na Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT.

²⁸ Disponível em: <www.forumsbtvd.org.br/materias.asp?id=304>.

todos os atrativos e diferenciais aos quais se propõe (além de imagem e som de alta qualidade).

Enquanto isso não acontecer, as emissoras vão continuar fazendo as coisas experimentalmente. E até experimentalmente elas não sabem, ainda, qual é a reação do público pra que elas melhorem os seus programas. Então, o Ginga estar no mercado é essencial.²⁹

Diante disso, a TV digital interativa é uma nova mídia que deixa de ser unidirecional. Entre suas formas de transmissão temos cabo, satélite, linha telefônica e ar (conhecida como “TV aberta” ou “TV terrestre”). E, como opções de canal de retorno³⁰, temos, dentre outros, celulares, telefones fixos, internet banda larga e satélite.

Se hoje a TV aberta se utiliza de meios de comunicação como telefone, internet e fax para fazer com que o telespectador participe indiretamente de sua programação, com a TV digital a convergência destas mídias (telefone, internet) passará a concretizar o diálogo entre o telespectador e a programação da emissora, através de dados recebidos e armazenados nas caixas digitais ou *set-top box*. E, acima de tudo, por um canal de retorno que possibilite a interatividade real.³¹

Há muitas formas de interagir, desde as mais simples às mais complexas. Para distingui-las, Montez e Becker (2005) elencaram três níveis de interatividade (REISMAN *apud* MONTEZ e BECKER, 2005): reativo, em que as opções e realimentações (*feedbacks*) são dirigidas pelo programa, havendo pouco controle do interagente sobre a estrutura do conteúdo; coativo, em que há possibilidades do interagente controlar a sequência, o ritmo e o estilo; e pró-ativo, em que o interagente pode controlar tanto a estrutura quanto o conteúdo. Montez e Becker citam André Lemos (1997, *apud* MONTEZ e BECKER, 2005), para afirmar que há outra forma de divisão da interatividade na TV. Nesta forma, o nível 0 representa a TV em preto-e-branco; o nível 1, TV em cores com controle remoto; o nível 2, o acoplamento de videocassete, videogames, etc.; o nível 3, interferência do telespectador por meio de telefone, e-mail, etc.; e o nível 4, a participação do telespectador na escolha de conteúdo.

²⁹ SOARES, 2010.

³⁰ De forma mais direta, podemos definir o canal de retorno (ou canal de interatividade) como algo que possibilita a interação entre o usuário e a emissora, onde ambos podem trocar informações.

³¹ ASSIS, 2006.

Ao comparar os dois tipos de divisão da interatividade, Montez e Becker (2005, p. 53-54) consideraram que todos os níveis citados são reativos. Assim, definiram mais três níveis que demonstram a possibilidade de uma TV pró-ativa: no nível 5, o telespectador tem maior interferência, como capacidade de envio de vídeos caseiros por meio de um canal de interatividade que liga o telespectador à emissora; no nível 6, com aumento da largura da banda, é possível que o telespectador envie vídeos de alta qualidade; no nível 7 há interatividade total, possibilitando a geração de conteúdo pelo telespectador, a exemplo do que acontece na internet, com a criação de *sites* ou *blogs*.

Alguns estudiosos são céticos quanto ao nível mais avançado de interatividade na TVD. Assim, o comentário de Joly (2003, p.3) é o seguinte:

Essa bidirecionalidade da TV digital interativa trará a oportunidade dos telespectadores interagirem com a programação, através de um canal de retorno, em que se pode enviar um sinal para a emissora "pedindo" uma programação específica, emitindo opiniões, ou até escolhendo um determinado ângulo de câmera ou um desfecho para a história. O processo acontece da seguinte forma: quando o telespectador aciona o controle remoto, o sinal é emitido de sua antena particular para a emissora que, então, envia a programação desejada. Porém, essa é uma realidade que, provavelmente, não acontecerá na televisão digital aberta, pois, devido ao grande número de pessoas enviando sinais, o espectro ficaria congestionado e a emissora seria incapaz de responder a todos os pedidos. Então, é possível que a interatividade através do canal de retorno aconteça apenas nas televisões por assinatura.³²

O que pode-se dizer é que a interatividade, na TV digital, deverá aproveitar outras plataformas para se desenvolver e poder aproveitar melhor suas potencialidades. Diferentes mídias vão se inter-relacionar para criar uma nova narrativa que permita, ao interagente, participar da programação. É o que Jenkins (2008, p. 135) chama de narrativa transmidiática. Segundo o autor, neste tipo de narrativa, diferentes suportes midiáticos contribuem com o seu melhor para um objetivo em comum. O resultado obtido por essa convergência tende a ser mais profundo, o que gera ainda mais interesse por parte do interagente.

Por enquanto, é fato que, ao definir o SBTVD³³, o governo garantiu a criação de canais específicos – já citados anteriormente – que podem se utilizar da multiprogramação e da interatividade para prestação de serviços públicos,

³² JOLY, 2003, p. 03.

³³ Decreto Nº 5.820. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>.

educativos e culturais. Ademais, as emissoras comerciais já estão em fase de experimentação da interatividade e os interagentes dos municípios que recebem o sinal digital de televisão já podem testá-las³⁴. A previsão para que o Ginga completo, nas versões NLC e Java, chegue ao mercado, é para este ano (Soares, 2010)³⁵. Assim, os canais televisivos deverão produzir mais conteúdos interativos, os interagentes poderão testá-los, dando *feedback* às emissoras, e os mistérios acerca da interatividade na televisão digital começarão a ser desvendados.

³⁴ Como exemplo, podemos citar os aplicativos interativos da teledramaturgia da TV Globo, que podem ser acessados pelos interagentes das cidades que recebem o sinal digital e têm o televisor apropriado.

³⁵ SOARES, 2010.

3 ITEM 2 – UM PANORAMA SOBRE A TELEVISÃO PÚBLICA

“(...) a televisão de serviço público é essencial ao exercício da cidadania, à consolidação da democracia”.³⁶

As televisões públicas foram criadas quase concomitantemente ao surgimento da televisão, antes mesmo das emissoras comerciais. Na maior parte do mundo, a radiodifusão surgiu fundamentalmente pública. Sua origem foi na Europa, em países como Inglaterra, França e Alemanha, no início da década de 1920. Inicialmente, elas eram controladas pelo Estado. Mas, com o final da Segunda Guerra Mundial, a democracia começou a se consolidar exigindo a participação da sociedade nas emissoras³⁷. Alguns conselhos de representantes do público foram criados e assim surgiram as primeiras televisões públicas do mundo, dentre elas a BBC britânica, a *France Télévisión* e a TVE da Espanha. Fora da Europa, também podem ser citadas a PBS, nos Estados Unidos, e a CBC, no Canadá, como exemplos de emissoras públicas bem sucedidas.

No cenário nacional, as emissoras de televisão se desenvolveram de forma diferente. A primeira emissora brasileira (PRF-3 TV Difusora, canal 3, conhecida como TV Tupi), criada em 1950, era privada. E as televisões comerciais foram muito importantes na integração brasileira ao levarem informação sobre o Brasil e o mundo a todo o território nacional. Mas, ao se tornarem um modelo predominante, fizeram com que a radiodifusão pública se tornasse um assunto alheio à sociedade.

No Brasil, falar em comunicação pública parece ser algo nebuloso ou mesmo abstrato. Há pouca clareza sobre o que isso significa e qual a sua importância. O país nunca possuiu de fato um sistema público de comunicação. Sustentou a duras penas algumas iniciativas isoladas que até hoje sofrem para se manter em pé. Durante todo o século XX houve pouco debate público sobre o tema, que acabou confinado aos porões da pauta política.³⁸

Afinal, o que é televisão pública? De acordo com Cruvinel (2008), a televisão pública é aquela que tem as seguintes características: independência em relação ao Poder Político e ao Mercado; controle da sociedade civil sobre a

³⁶ FERRAZ *apud* COELHO FILHO, 2004.

³⁷ Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/tvpublicas/tvpublicanomundo.asp>>.

³⁸ SISTEMAS, 2009, p. 321.

programação e diretrizes – organismo de representação com poderes efetivos; programação diferenciada – com finalidades artísticas, culturais, informativa e científica, buscando o fortalecimento da cidadania e da identidade nacional. Ademais, uma declaração da Unesco no *World Forum on Eletronic Media*, realizado na Suíça, em 2003, também define bem a televisão pública separando-a da comercial e da estatal:

Nem controlada pelo mercado ou pelo Estado, a razão de ser da radiodifusão pública é o serviço público. Essa é a organização da radiodifusão pública; ela fala a todos como cidadãos. Radiodifusores públicos encorajam o acesso e a participação na vida pública. Eles desenvolvem o conhecimento, ampliam horizontes e permitem às pessoas entender melhor elas próprias por meio de um melhor entendimento do mundo e dos outros. Radiodifusão pública é definida como um local de encontro onde todos os cidadãos são bem-vindos e considerados iguais.³⁹

Em sua história, devido às suas finalidades – principalmente a busca pela independência do governo e do mercado –, a TV pública confunde-se com a TV educativa. Além disso, os defensores da radiodifusão pública viam, neste serviço, um modo de ampliar a formação da população.

A radiodifusão pública, para os partidários dessa visão, estava intimamente vinculada às políticas educacionais nacionais e regionais, seja substituindo as salas de aula onde elas são em número insuficiente ou inexistentes, seja complementando as aulas com conteúdos adicionais ou de aperfeiçoamento de alunos e professores.⁴⁰

Essa mescla acontece porque é considerado como público tudo aquilo que não pertence ao mercado, que não é comercial. Nos Estados Unidos, por exemplo, “a rede articulada em torno da PBS reúne tanto veículos mantidos por governos como emissoras operadas por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos” (SISTEMAS, 2009, p. 35). No Brasil, de acordo com o mesmo autor, convencionou-se denominar “campo público” o espaço que inclui desde emissoras comunitárias até legislativas com base numa identidade não-comercial.

³⁹ SISTEMAS, 2009, p. 35.

⁴⁰ SISTEMAS, 2009, p. 30.

3.1 TV pública brasileira: um veículo em formação

“Em países como o Brasil, onde a hegemonia comercial e a concentração dos meios de comunicação se tornaram anomalias, a existência de uma comunicação pública efetiva e bem desenvolvida se torna pré-requisito para a democracia.”⁴¹

A história da televisão pública brasileira teve início na década de 1960 já com finalidades educativas. Na segunda metade do século XX, o Brasil, assim como outros países da América Latina, estava num momento de forte industrialização. Diante disso, o Estado tinha como desafio suprir a necessidade de mão de obra qualificada em meio a uma população em rápido crescimento. No ano de 1967, o governo militar – vigente à época – instituiu o Decreto-Lei 236 visando constituir um sistema de educação da massa por meio da televisão. Este decreto, além de definir o caráter não-comercial da radiodifusão pública, proibindo-a de fazer publicidade ou receber patrocínio, declarou a televisão educativa como um “tipo de radiodifusão de sons e imagens voltada à divulgação de programas educacionais, palestras, aulas, conferências e debates” (SISTEMAS, 2009, p. 43). Assim, a primeira emissora pública a entrar no ar foi a TV Universitária de Pernambuco em 1967.

Desde então houve a criação de um sistema de emissoras educativas comandada pelo governo federal (por meio da criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa e, posteriormente, pelo nascimento da TVE) e pelos governos estaduais, bem como pelas universidades federais. A quase totalidade dos Estados criou a sua emissora, que passou a combinar conteúdos educativos (no sentido apresentado anteriormente), alguma programação cultural e jornalismo geralmente subordinado aos gabinetes de governadores. A única emissora que, pelo menos em discurso, alegava ter um projeto de independência era a TV Cultura, de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta e controlada por um conselho nos moldes europeus.⁴²

No que se refere aos órgãos representantes das emissoras públicas, há algumas criações importantes. Em 1972, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Nacional de Tele-educação, chamado de PRONTEL, para coordenar as atividades de tele-educação no Brasil. Após sete anos, o PRONTEL foi extinto e substituído pela Secretaria de Aplicações Tecnológicas, a SEAT. No mesmo ano, este órgão reuniu todas as televisões públicas e criou o Sistema Nacional de

⁴¹ SISTEMAS, 2009, p. 322.

⁴² SISTEMAS, 2009, p. 43.

Radiodifusão Educativa, o SINTED. Mas, apenas em 1982 o SINTED foi formalizado legalmente, por meio da Portaria MEC/MINICOM nº 162⁴³.

Ainda na década de 1980, a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi um marco na consolidação legislativa da comunicação pública nacional. O artigo 223 da Constituição define que

compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.⁴⁴

A partir daí, formou-se a ideia que conceitua a televisão pública como diferenciada da estatal e da comercial. Ainda na Constituição Federal – dessa vez abrangendo todo tipo de radiodifusão –, o Artigo 221 garante o direito do telespectador a uma programação que prime pela educação e pela cultura, além de arte e informação.

Mas, a década seguinte não foi muito promissora à radiodifusão pública no Brasil. Depois da aprovação da Lei Sarney, em 1986, que contraria o Decreto-Lei nº 236 e permite às emissoras educativas a captação de patrocínio, algumas coisas mudaram.

Ao longo da década de 1990 a rede de veículos públicos foi alvo, junto com uma série de outros órgãos ou empresas públicas, da influência da ideologia e das políticas neoliberais que buscavam diminuir as estruturas do Estado. Suas principais expressões, a TV Cultura e a TVE do Rio de Janeiro, foram sucateadas e levadas a adotar um modelo de sustentabilidade mais integrado às verbas publicitárias.⁴⁵

Na mesma época, a TV por assinatura começou a ganhar espaço no Brasil. Esse fato contribuiu, indiretamente, com as televisões públicas. Em 1995, a criação da Lei nº 8.977 estabeleceu como obrigação das operadoras de TV a ceder espaço para: um canal do Senado Federal, um da Câmara dos Deputados, um legislativo municipal/estadual, um universitário, um comunitário e um educativo.⁴⁶

⁴³ Em 1983, o SINTED passou a se chamar SINRED - Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa - devido à inclusão das emissoras de rádio educativo. Sua regulamentação se deu pela Portaria MEC nº 344. Em 1995, o SINRED foi desativado.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

⁴⁵ SISTEMAS, 2009, p. 272.

⁴⁶ A legislação sobre as televisões a cabo foi atualizada. Em 2002, a criação da Lei nº 10.461 definiu que um novo canal, a ser operado pelo Supremo Tribunal Federal a fim de divulgar informações sobre o poder judiciário, fosse incluído nas operadoras desse tipo de radiodifusão.

Na continuação da luta à crise capitalista que atingiu as televisões públicas, as emissoras educativas tentaram criar uma rede - Rede Pública de TV (RPTV) -, em 1999. Por dois anos, esse esquema foi bem sucedido. Depois disso, geradoras estaduais passaram apenas a retransmitir, voluntariamente, alguns programas da TV Cultura e da TVE. Esse foi o embrião da criação de uma rede pública nacional de televisão. Para entender melhor esse cenário, é importante lembrar que, antes da Constituição brasileira ser criada, o governo tomou uma medida que, até hoje, está passando por modificações. Foi promulgada, em 1975, a Lei nº. 6.301 que criou a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) como entidade responsável pela utilização dos serviços de rádio e televisão governamentais.

Nos últimos anos, apesar do atraso de quase um século com relação ao restante do mundo, o desejo por um fortalecimento das televisões públicas começou a ser manifestado pelo governo brasileiro.

Na primeira gestão do governo Lula houve uma tímida tentativa de discussão sobre os propósitos dos veículos públicos nas estruturas do governo federal. No entanto, as atenções do governo federal estavam concentradas na criação de uma nova empresa pública de comunicação que seria responsável por reunir as emissoras exploradas pelo executivo federal em um novo perfil efetivamente público.⁴⁷

Diante disso, no final de 2007, por meio da Medida Provisória 398, foi criada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) pela junção da Radiobrás e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que coordenava a TVE Brasil. Em 2008, essa medida foi transformada na Lei nº 11.652. A EBC foi criada com a responsabilidade de gerir e implantar o Sistema Público de Comunicação composto por TV Brasil (como TV pública), Agência Brasil e Sistema Público de Rádio. É importante ressaltar as principais diferenças entre a Radiobrás e a EBC:

A Radiobrás existia, basicamente, para fazer a divulgação de ações do governo. Era, portanto, uma típica estrutura de comunicação estatal. Concretamente, a EBC está sujeita a um controle social exercido pelo Conselho Curador que é o responsável pela definição das diretrizes de programação de conteúdo dos veículos públicos da empresa, como a TV Brasil, as oito emissoras de rádio e a Agência Brasil. Já a Radiobrás estava

⁴⁷ SISTEMAS, 2009, p. 273.

sujeita diretamente ao controle do governo exercido pelo Ministro chefe da Secretaria de Comunicação.⁴⁸

Ademais, apesar de ter sido criada pelo governo, a EBC é uma empresa pública, e não estatal.

A EBC tem fontes diversificadas de financiamento. Uma empresa como a Radiobrás, que dependia quase exclusivamente do financiamento pelo orçamento da União, ficava dependente. A EBC pode ter outros recursos para se financiar, o que sustenta sua autonomia.⁴⁹

Apesar disso, o governo ainda é o principal financiador da EBC. Conforme explica José Roberto Garcez, diretor da EBC Serviços⁵⁰, esse cenário deve continuar até que a prestação de serviços de comunicação a terceiros dê total autonomia à empresa. Observa-se que, em todo o mundo, não há um único modelo de controle e gestão das televisões públicas. No entanto, em sua maioria, elas são administradas por uma diretoria (que cuida dos assuntos cotidianos) e um Conselho (que zela pelo cumprimento dos princípios das emissoras públicas)⁵¹. A presença significativa da sociedade na gestão das estruturas públicas de radiodifusão ainda é débil. Já no que tange a captação de verbas,

o modelo de financiamento das emissoras públicas está baseado em fontes orçamentárias e em captação externa proveniente de patrocínios, apoios culturais, publicidade institucional e legal, prestação de serviços, licenciamento de produtos e venda de anúncios comerciais.⁵²

Dentre os veículos da EBC, a TV Brasil é uma importante conquista para a sociedade brasileira. No mesmo dia em que se iniciaram as transmissões digitais no Brasil – 2 de dezembro de 2007 – ela foi ao ar com o objetivo de “atender à antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática”⁵³. Como toda emissora pública, a TV Brasil tem o papel de “complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma

⁴⁸ GARCEZ, 2010.

⁴⁹ GARCEZ, 2010.

⁵⁰ Grande parte da receita da EBC vem da EBC Serviços, que tem contrato com a Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República).

⁵¹ CRUVINEL, 2008.

⁵² SISTEMAS, 2009, p. 281.

⁵³ Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/tvpublicas/tvbrasil2.asp>>.

programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania”.⁵⁴

A criação da EBC foi o primeiro passo para o projeto da primeira rede de televisão pública nacional, liderada pela TV Brasil, após a frustrada tentativa de formar a Rede Nacional de Televisão Pública (RPTV), em 1999.

Assim como a maioria dos europeus, até a década de 1980, nunca havia se deparado com uma radiodifusão mantida pela propaganda, aqui nós nunca havíamos vislumbrado a possibilidade de ter uma rede nacional de TV sem sustentação majoritariamente comercial.⁵⁵

Este projeto, ainda em desenvolvimento, tem uma proposta que

(...) prevê diferentes tipos de vínculo de associação, desde a exibição eventual de produção da TV até uma modalidade plena, cujo acordo envolve a retransmissão de uma grade nacional formada por quatro horas de conteúdos produzidos pela TV Brasil e quatro de produções de outras associadas. Quanto maior o envolvimento, maior serão as contrapartidas da EBC, que poderão vir na forma de recursos, de apoio técnico ou de suporte à infra-estrutura.⁵⁶

No momento, está sendo completado o ciclo de assinaturas dos contratos formais de associação com as emissoras públicas estaduais. Apenas a televisão pública do Rio Grande do Sul optou por não integrar a rede pública de televisão⁵⁷. Dessa forma, a rede de televisão pública brasileira atingirá o objetivo da pluralidade que visa formar “uma grade de programação que contemple a diversidade de conteúdos regionais que mostram a extraordinária riqueza do Brasil” (GARCEZ, 2010). Com isso, rompe-se o modelo de produção vertical e concentrado, adotado pelas emissoras comerciais nacionais, que produzem nas “cabeças de rede” (quase sempre no Rio de Janeiro e São Paulo), enquanto as outras emissoras apenas retransmitem. Situação semelhante ocorre nas televisões públicas.

Segundo diagnóstico da Abepec, são produzidas 1.965 horas mensais de programação (Ministério da Cultura, 2006). Apesar de haver um enfoque na divulgação da cultura local e regional, a diversidade esbarra na verticalização da produção. O mesmo levantamento mostrou que 40% das emissoras associadas ocupam entre 80% e 90% de sua grade com material

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/tvpublicas/tvbrasil2.asp>>.

⁵⁵ SISTEMAS, 2009, p. 13.

⁵⁶ SISTEMAS, 2009, p. 277.

⁵⁷ GARCEZ, 2010.

gerado pela TV Cultura e pela extinta TVE do Rio de Janeiro (hoje TV Brasil).⁵⁸

Outro importante papel que deve ser exercido pela nova TV pública nacional refere-se à ajuda financeira para as outras emissoras associadas. Como já mencionado anteriormente, a legislação brasileira não permite veiculação de propaganda na radiodifusão pública, mas, concede a captação de verbas pela forma de patrocínio. Porém, isso não é o suficiente para manter a receita das televisões públicas, obrigando a maior parte delas a vender anúncio para conseguir dinheiro. E esse cenário tende a piorar devido aos altos investimentos que serão necessários na transição do sistema televisivo analógico para o digital. Uma saída para essa “crise” é a criação da rede pública nacional de televisão. Enquanto os estados se comprometem a adotar um modelo público de gestão de suas emissoras, a TV Brasil deverá apoiá-las financeiramente na migração para a produção e a transmissão digital.

Uma fonte esperada pelas educativas estaduais é o apoio da EBC. O modelo de rede em discussão prevê que as associadas poderão receber apoio financeiro e estrutural para melhorar sua produção e parques de transmissão na migração para o digital. No entanto, os montantes e as formas de repasse ainda não foram definidos.⁵⁹

No final de 2008, o Ministério das Comunicações (que vai comandar o Canal da Cidadania na TV Digital), o Ministério da Educação e os canais TV Brasil, TV Câmara, TV Senado e TV Justiça firmaram um acordo que prevê a construção do denominado “operador de rede” - uma estrutura compartilhada de transmissão de sinais pela multiprogramação. Diante dessa possibilidade, a transição do sistema analógico para o digital pode representar um importante marco na radiodifusão pública brasileira.

E avançar só se torna possível, como vimos, com a criação de condições para que essa mídia pública tenha instrumentos políticos, financeiros e estruturais adequados para cumprir sua missão: produzir conteúdo de qualidade, informando e formando cidadãos, com independência e em prol do interesse público.⁶⁰

⁵⁸ SISTEMAS, 2009, p. 284.

⁵⁹ SISTEMAS, 2009, p. 283.

⁶⁰ SISTEMAS, 2009, p. 322.

3.2 TV Universitária Unesp: pública, educativa e digital

“A TV Unesp tem como missão promover a educação, a cultura e a democratização da informação a fim de proporcionar a formação crítica do cidadão” (TV UNESP, 2010, p. 57).

A Televisão Universitária Unesp, com sede na cidade de Bauru (SP), é a primeira emissora de TV educativa, cultural e pública totalmente em sistema digital no Brasil. O início de suas transmissões está previsto ainda para 2010. Mas, o seu embrião foi formado há muitos anos, quando ainda nem se imaginava a implantação da televisão digital.

Em 1972, quando a Unesp ainda era Fundação Educacional de Bauru, foram dados os primeiros passos na tentativa de conseguir uma concessão de um canal de televisão cultural e educativo. A instituição – que pretendia exibir uma programação voltada para a educação formal – encaminhou uma proposta ao Ministério das Comunicações, mas não obteve sucesso. O projeto foi reformulado e, em agosto de 1975, foi criado o Centro de Rádio e Televisão (CRTV), com 16 unidades receptoras, apoiado pelas empresas Tilibra e Colorado do Brasil⁶¹. Durante cinco anos, foram exibidas teleaulas nas áreas de literatura, engenharia elétrica e eletrônica, tecnologia e comunicação social, o que contribuiu para a formação superior de profissionais de rádio e televisão. Apesar de bem sucedido, o projeto também fracassou em sua tentativa de se tornar um canal aberto de TV.

Novas possibilidades foram criadas nessa luta por um canal universitário para Bauru e região. Em 1988, tendo como respaldo o Plano Básico de Radiodifusão, foi pleiteada e conquistada a concessão do canal 258-E para a instalação da Rádio Universitária de Bauru⁶². Com isso, a luta por uma emissora universitária continuou. Em 3 de novembro de 1988, o então reitor da Unesp, Dr. Paulo Milton Barbosa Landim, criou o Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativo (CRTVCE), por meio da Resolução Unesp nº 75⁶³.

⁶¹ JESUS, 2009, p. 01.

⁶² A concessão do canal sonoro foi dada pelo então Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, à Prefeitura Municipal para ser explorado pela Fundação Educacional que, nessa época, já havia sido incorporada pela Universidade Estadual Paulista - Unesp. Foi necessário, então, pedir a transferência do canal para o Governo Estadual para que a Unesp pudesse explorá-lo – feito conseguido em apenas três dias. (JESUS, 2009, p. 02).

⁶³ TV UNESP, 2010, p. 12.

Naquela época o pensamento dos ministros poderia ser traduzido da seguinte forma: a concessão de canais de rádio e televisão educativos deveria ser somente para instituições públicas que apresentassem competência administrativa para a exploração desses canais com a criação de centros ou fundações especialmente destinadas para esse fim (JESUS, 2009, p. 02).

Os anos se passaram e uma nova chance de pleitear um canal televisivo universitário só surgiu em 2003. A Unesp atualizou o seu projeto e, pouco tempo depois de protocolá-lo, foi anunciada a concessão do canal 59-E para outra instituição. Foi então que, em 2006, sob a gestão do reitor Marcos Macari, uma reformulação originou o projeto TV Unesp/TV Digital: pelos caminhos da convergência midiática. Em maio do mesmo ano, numa audiência com as autoridades da Unesp, o então Ministro das Comunicações Hélio Costa sugeriu: “Não seria mais interessante a Unesp pleitear um canal de TV educativa e pública totalmente em sistema digital, uma vez que em breve o governo brasileiro deverá assinar o decreto-lei que criará o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre?” (JESUS, 2009, p. 03). Imediatamente, o reitor e o idealizador e coordenador do projeto, Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus, conversaram e aceitaram o desafio.

Assim, em 28 de junho de 2006, o ministro Hélio Costa assinou a minuta do decreto que permitiu à Unesp ser geradora de um sinal digital de televisão⁶⁴. Durante a cerimônia, Costa enfatizou: “Ao assinar essa concessão, que eu considero como parceria, fortalece-se a TV pública brasileira” (JESUS, 2009, p. 05). O processo transitou pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal até culminar na criação do Decreto Presidencial de 19 de outubro de 2006⁶⁵, assinado pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi formado, assim, o Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa da Universidade Estadual Paulista (CRTVCE-UNESP). Com ele, têm-se a primeira rede de TV Universitária Educativa, Cultural e Pública totalmente em sistema digital, com sede em Bauru e repetidoras em outras cinco cidades do interior do estado de São Paulo. São elas: São José dos Campos, Sorocaba, Araraquara, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Essa rede cobrirá cerca de 95 cidades paulistas⁶⁶.

A Televisão Universitária Unesp tem, dentre os seus objetivos, a preocupação em exibir conteúdos educativos que abranjam desde a pré-escola até o

⁶⁴ JESUS, 2009, p. 11.

⁶⁵ TV UNESP, p. 15.

⁶⁶ TV UNESP, p. 62.

ensino superior, fortalecendo a educação à distância (JESUS, 2009, p. 05). Além de formar profissionais para trabalhar com a tecnologia digital, a TVU irá orientar o telespectador no que se refere à interatividade televisiva e servir como espaço de experimentação para novos conteúdos. Conforme afirmou MACARI (*apud* Jesus, 2009, p. 06), “A TV digital da UNESP pode ser encarada como um projeto-piloto e, assim, todo o desenvolvimento tecnológico pode ser incorporado e testado em nossa TV”. Ressalta-se que a implantação da Televisão Universitária Unesp teve um custo de R\$ 22 milhões, que foi financiado por órgãos públicos estaduais e federais, bem como por empresas privadas.⁶⁷

Adquirir os equipamentos importados e nacionais pela Unesp foi uma grande batalha, hoje já vencida. A abertura do concurso para a contratação dos recursos humanos, os treinamentos operacionais e providências para a efetiva locação dos profissionais foi uma vitória. A readequação da infraestrutura física e específica para TV Digital foi um novo aprendizado. E, finalmente, a entrada no ar será a abertura da cortina do grande espetáculo TV Universitária Unesp HDTV (JESUS, 2009, p. 06).

A programação da TV Unesp – fundamentalmente educativa – poderá ser assistida no Canal Educativo 59-E, autorizado pelo Plano Básico de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). É importante ressaltar que, de acordo com o Regimento da Televisão Universitária Unesp⁶⁸, o CRTVCE é constituído por Diretoria⁶⁹, Conselho Cultural e Conselho de Programação. Salienta-se, também, que o CRTVCE ganha importância internacional ao firmar convênio com 16 entidades comunicacionais, dentre elas: TV Brasil – EBC, TV Cultura – FPA, Nippon Hōsō Kiōkai – NHK Japão e British Broadcasting Corporation – BBC World⁷⁰.

Chegou a hora, o comandante toca o apito e a locomotiva ‘TV UNESP DIGITAL’ inicia sua trajetória com conteúdos inteiramente destinados a VOCÊ, nosso telespectador – nosso receptor e emissor, nossa principal razão de ser (JESUS, 2009, p. 07).

⁶⁷ JESUS, 2009, p. 06.

⁶⁸ TV UNESP, p. 21.

⁶⁹ O diretor do CRTVCE-Unesp deve sempre ser brasileiro, com nomeação feita pelo reitor da Unesp e aprovada pelo Ministro das Comunicações.

⁷⁰ TV UNESP, p. 55.

4 ITEM 3 – O PRODUTO: “PORTUGUÊS PARA TODOS”

“Qualquer que seja sua relação com as mídias, certamente você percebeu que ela mudou muito nos últimos anos. A força desta ou de qualquer outra relação é determinada pelo modo como as partes envolvidas lidam com as mudanças. E, neste exato momento, há uma multiplicidade de mudanças em curso” (WARSHAW, Mark. In: JENKINS, Henry. 2008. P. 7).

Em sua programação, a TVU terá inserções diárias e rotativas de programetes temáticos que englobam educação, cultura e cidadania. Com conteúdo objetivo e linguagem coloquial, eles direcionam-se à população em geral. Durante os intervalos da programação, esses programetes serão exibidos visando atender às diversas áreas de conhecimento e às necessidades e interesses de desenvolvimento das comunidades atendidas pela TVU.

Dentre as diversas temáticas abordadas pelos programetes está a língua portuguesa, que nomeia seu respectivo programa como “Português para Todos” – escolhido para o desenvolvimento do nosso produto.

Este programa tem como objetivo tratar, de maneira simples e direta, das dificuldades linguísticas que encontramos ao falar e escrever o nosso idioma, esclarecer as dúvidas mais comuns, auxiliando o espectador a empregar corretamente a língua portuguesa e, principalmente, despertar o interesse do público para o aprendizado do idioma.⁷¹

No que diz respeito ao formato desses programetes, eles têm duração de três minutos (podendo exceder um pouco), incluindo as vinhetas de entrada e saída. Sua estrutura está dividida em:

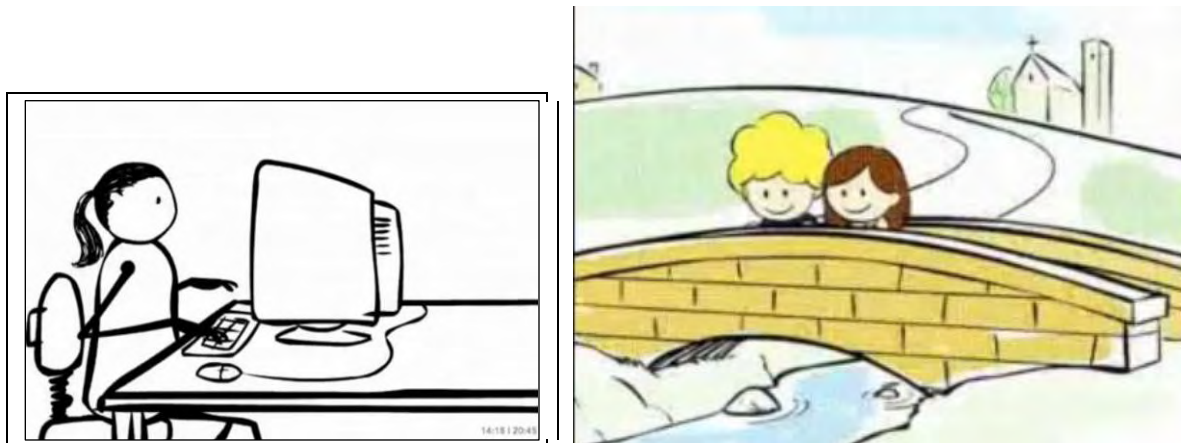
- Introdução do tema (feita pelo apresentador);
- Explicação (feita pelo apresentador, auxiliado por inserções de GC - gerador de caracteres - e artes);
- Exemplos (animações com narração do apresentador);
- Encerramento (feito pelo apresentador).

Esses programetes são ambientados num cenário virtual simples e colorido, dando enfoque ao apresentador. A gravação é feita por duas câmeras que alternam, via de regra, entre os planos médio e americano⁷². Para exemplificar o

⁷¹ SCALIARIS, 2009, pág. 02.

⁷² O plano médio mostra o apresentador e um trecho do ambiente. O plano americano foca no apresentador enquadrado da cabeça até a cintura ou joelho.

assunto abordado e permitir melhor visualização pela audiência, são utilizadas artes animadas, cuidando para que não seja desviado o foco ao conteúdo. As animações seguem um padrão estético em todos os programas da série “Português para Todos”, exemplificadas abaixo:



Figuras 1 e 2 – referências estéticas meramente ilustrativas para animações

4.1 Programete Temático “Variantes Linguísticas”

Dentre os diversos temas que podem ser discutidos na língua portuguesa, estão as “variantes linguísticas”. Por se tratar de um assunto amplo, que permite muitos desdobramentos, e por estar presente no dia a dia de todos, esse foi o assunto escolhido para o produto desenvolvido.

4.1.1 Ficha técnica das reportagens

Gênero

Educativo

Formato

Programete temático

Título

“Português para Todos – Variantes Linguísticas”

Data

2010

Tempo de duração

3'35''

Sistema de Gravação

Digital

Produção

Katherine Z. Scaliaris

Giovana Sanches

Edição

Diogo José de Souza Filho

Objetivo

A TV Digital Interativa permite que o espectador possa se tornar interagente. Diante disso, esse programete foi desenvolvido como uma proposta de experimentação de um recurso interativo da TV Digital: o *Enhanced TV*. Esse recurso agrega, ao conteúdo principal, elementos informativos complementares que podem ser acessados pelo controle remoto do televisor digital ou da *set-top box*. Assim, o programete interativo sobre variantes linguísticas pode servir de modelo para os demais programetes da série quando a TVU estiver funcionando em sistema digital.

Público-alvo

Público em geral

4.1.2 Pauta

PRODUÇÃO: Giovana Sanches

PROGRAMETE: "Português para Todos"

TEMA: Variantes Linguísticas

Proposta

Mostrar aos interagentes que o português não é falado de maneira uniforme. Ele está sujeito a variações que acontecem de região para região, de época para época, de grupo social para grupo social, entre outros. Dessa forma, algo que uma pessoa poderia achar que pronuncia de maneira errada, na verdade, pode estar correto dentro do contexto em que ela se encaixa. O principal objetivo desse programete é enfatizar que há muitas maneiras de se falar o português e explicar porque isso acontece. Para isso, além do conteúdo principal, haverá pequenas inserções de conteúdos complementares, que poderão ser acessados pelo controle remoto, e outros conteúdos que ficarão disponíveis no site da TVU.

Fonte

SAVIOLI, Francisco Platão (org.). **Anglo: ensino médio: livro-texto**. São Paulo: Anglo, 2003.

Sugestões

- Contextualizar com dados gerais sobre a geografia do Brasil;
- Explicar a definição de variantes linguísticas;
- Usar exemplos que mostrem variação histórica e regionalismo;
- Usar interatividade para reforçar a diferença das formas de falar o português;
- Usar interatividade para informar sobre conteúdos adicionais no site;
- No *site*, criar um espaço para o tira-dúvidas; oferecer exercícios sobre variantes linguísticas; fazer uma matéria sobre gírias, estrangeirismos e jargões (utilizando a mesma fonte de variantes linguísticas).

4.1.3 Roteiro

O que é um roteiro? Para o poeta e produtor de mídia interativa, André Vallias (*apud* SAVAZONI; COHN, 2009, p. 162),

É um feixe de possibilidades. Um diagrama que esboça uma série de relações e procedimentos que não dizem respeito somente ao signo estético, mas se dirigem também ao seu entorno, à forma com que deve ser realizado, às pessoas que deverão interagir em sua execução, etc. O roteiro é um híbrido. Um Proteu.

Como a linguagem da televisão digital ainda está sendo construída, não há um modelo específico de roteiro interativo para programas televisivos. Dessa forma, optou-se por adaptar um roteiro tradicional acrescentando indicações de interatividade que são explicadas no final. Isso porque os aplicativos interativos só são desenvolvidos pelos profissionais da informática após a finalização do programa pelos especialistas em televisão.

Nesse aspecto, observa-se que os elementos computacionais presentes quebram a linearidade da narrativa, pois “uma obra interativa e não-linear trabalha com aspectos de linguagem e de tecnologia advindos de muitas áreas distintas do conhecimento humano” (Gosciola, p. 145, 2003).

Cria-se, então, o chamado roteiro hipermidiático⁷³. Gosciola (2003, p.145) assim o define:

O roteiro de hipermídia elabora a associação direta entre os recursos técnicos específicos para a navegabilidade não-linear em ambientes hipermidiáticos definidos pelos *links* e os diversos conteúdos apresentados através dos respectivos meios – ou seja, os conteúdos em forma de texto, gráfico, áudio e vídeo –, planejados por um trabalho de roteirização e organizados por um sistema de autoriação.

Diante disso, apresenta-se o roteiro do programete produzido como uma alternativa de representar a narrativa interativa hipermidiática de forma simples e prática.

⁷³ “(...) a hipermídia não é um produto estanque, mas sim uma obra em processo, um somatório de relações, é dinâmica, criativa, enfim, ela é comunicação” (GOSCIOLA, 2003, p. 149).

	Programa	Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35''	Versão Final	1
	Produção Direção	Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro	Giovana Sanches	
Vídeo		Tec	Áudio		

Obs: Apresentação no início do programete <u>TELA DE AVISO</u> Antes de começar o programete, sem pertencer ao tempo dele, entrar uma tela com os seguintes dizeres por 10”: Este programa é interativo. Se quiser acessar os conteúdos adicionais, aperte o botão verde do seu controle remoto sempre que o símbolo “i” aparecer no canto superior de sua tela. Para sair, aperte o mesmo botão.				
---	--	--	--	--

	Programa Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35"	Versão Final	3
	Produção Direção Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro Giovana Sanches		

Vídeo	Tec	Áudio
Tempo desta lauda: 33" Vinheta – Variantes Linguísticas Dinâmica - Máximo 3" (três segundos) <u>RODA VINHETA – 3"</u> ESTÚDIO Entra sonorização instrumental em BG. Alonso. Cenário padrão. (CAM 2) Arte animada 2: Folha de papel (ao lado do Alonso) GC: <u>Vossa Mercê</u> OBS: da Arte 2 à Arte 5, a palavra aparece e some, dando lugar à próxima. Arte animada 3: Folha de papel (ao lado do Alonso) GC: <u>Vosmecê</u> Arte animada 4: Folha de papel (ao lado do Alonso) GC: <u>Você</u> Arte animada 5: Folha de papel (ao lado do Alonso) GC: <u>Cê</u> Arte 6: Folha de papel (ao lado do Alonso) GC: <u>Variação Histórica</u> OBS: todas as palavras voltam juntas para o papel e somem, aparecendo "Variação Histórica".	V V	COM A REGIÃO/ COM A CULTURA/ COM O PASSAR DOS ANOS... E É ISSO QUE A GRAMÁTICA CHAMA DE "VARIANTES LINGUÍSTICAS"/// <u>BG</u> <u>RODA VINHETA – 3"</u> <u>BG</u> NA ÉPOCA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL/ POR EXEMPLO/ O TRATAMENTO ENTRE AS PESSOAS ERA POR "VOSSA MERCÊ">// COM O PASSAR DO TEMPO/ O TERMO "VOSSA MERCÊ" FOI SE MODIFICANDO E VIROU "VOSMECÊ"/ DEPOIS "VOCÊ" E/ HOJE/ TODO MUNDO ENTENDE SE FOR CHAMADO DE "CÊ"/// ESSA MUTAÇÃO DA PALAVRA OU DO TERMO AO LONGO DO TEMPO É O QUE A GRAMÁTICA DENOMINA VARIAÇÃO HISTÓRICA///

	Programa Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35''	Versão Final	4
	Produção Direção Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro Giovana Sanches		

Vídeo	Tec	Áudio
Tempo desta lauda: 45'' ESTÚDIO (CAM 1) Alonso. Cenário padrão. (CAM 2) <u>BG</u> INT 0 (SOBREPOSIÇÃO) INT 1 (RODA APLICATIVO 1) Entra sonorização instrumental de buzinas de carro em BG . Arte animada 7: Animação de dois carros – um com motorista jovem e, outro, com motorista idoso. Arte animada 8: Animação do motorista jovem saindo com seu carro com cara de quem não entende nada.	V V OFF	<u>BG</u> E ESSE TIPO DE VARIAÇÃO FAZ COM QUE MUITAS PALAVRAS CAIAM EM DESUSO E FIQUEM ULTRAPASSADAS// TANTO QUE MUITOS JOVENS NEM CONHECEM OS SEUS SIGNIFICADOS/// PARA VOCÊ ENTENDER MELHOR O TEMA/ OBSERVE O DIÁLOGO EXTRAÍDO DA OBRA DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE: <u>BG</u> “– BILTRE! – O QUÊ? – BILTRE! SACRIPANTA! –TRADUZ ISSO PARA PORTUGUÊS. – TRADUZO COISA NENHUMA. ALÉM DO MAIS, CHARRO! ONAGRO!” “PAREI PARA ESCUTAR. AS PALAVRAS ESTRANHAS JORRAVAM DO INTERIOR DE UM

	Programa Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35''	Versão Final	5
	Produção Direção Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro Giovana Sanches		

Vídeo	Tec	Áudio
Tempo desta lauda: 37" ESTÚDIO Alonso. (CAM 2) Cenário padrão. Entra sonorização de Fruta Madura, Gaúcho da Fronteira, em BG. Arte 9: Folha de papel (ao lado do Alonso) com foto do cantor Gaúcho da Fronteira (CAM 1) INT 0 (SOBREPOSIÇÃO) INT 2 (RODA APLICATIVO 2) <u>BG/Fruta Madura /Gaúcho da Fronteira</u> Arte animada 10: Manter foto anterior, mas em tela cheia. Animar a boca dele, mexendo. Sai um balão de diálogo, com notas musicais em	V V	FORD DE BIGODE. QUEM AS PROFERIA ERA UM SENHOR IDOSO..." EXISTEM OUTROS TIPOS DE VARIANTES LINGUÍSTICAS// UMA DAS MAIS CONHECIDAS É O REGIONALISMO OU DIALETO REGIONAL/ QUE SE CARACTERIZA PELA MUDANÇA NA FORMA DE FALAR O PORTUGUÊS DE ACORDO COM A REGIÃO EM QUE SE VIVE/// <u>BG</u> O GAÚCHO DA FRONTEIRA/ UM DOS MAIORES INTÉRPRETES DA MÚSICA DO RIO GRANDE DO SUL/ USA MUITOS TERMOS E EXPRESSÕES DA REGIÃO EM SUAS CANÇÕES// OUÇA O EXEMPLO: <u>SOBE SOM DA MÚSICA</u>

	Programa Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35''	Versão Final	6
	Produção Direção Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro Giovana Sanches		

Vídeo	Tec	Áudio
volta. Tempo desta lauda: 43" INT 0 (SOBREPOSIÇÃO) INT 3 (RODA APLICATIVO 3) ESTÚDIO (CAM 1) Entra sonorização instrumental em BG Alonso. Cenário padrão. Arte animada 11: Folha de papel (tela inteira) GC: <u>Mandioca = Aipim = Macaxeira =</u> (imagem de uma mandioca) Arte animada 12: Folha de papel (tela inteira) GC: <u>Pão Francês = Pão de Água = Filãozinho = Cacetinho =</u> (imagem de um pão francês) Arte animada 13: Folha de papel (tela inteira) GC: <u>Todas essas formas de falar estão corretas em representam a riqueza da nossa língua.</u> ESTÚDIO (CAM 1) ALONSO Entra sonorização instrumental em BG Cenário padrão. Arte 14: Folha de papel (pequena) GC: <u>www.tvu.unesp.br/portuguesparatodos</u>	V OFF V	<u>“QUANDO VI ESSA CHINOCA, DIFERENTE ME SENTI. EU, QUE SOU UM XIRÚ VELHO, DEI PULO QUE NEM GURI.”</u> <u>BG</u> ENTENDEU? NÃO IMPORTA SE VOCÊ FALA MANDIOCA/ AIPIM OU MACAXEIRA// OU SE/ NA PADARIA/ PEDE PÃO FRANCÊS/ PÃO DE ÁGUA/ FILÃOZINHO OU CACETINHO// TODAS ESSAS FORMAS DE FALAR ESTÃO CORRETAS E REPRESENTAM A RIQUEZA DA NOSSA LÍNGUA// <u>BG</u> O PORTUGUÊS PARA TODOS TERMINA AQUI// OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE VARIANTES LINGUÍSTICAS E

	Programa Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35''	Versão Final	7
	Produção Direção Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro Giovana Sanches		

Vídeo	Tec	Áudio
Tempo desta lauda: 10" Vinheta de Encerramento – “Português para Todos” GC: Sobe créditos finais. – 10" <u>OBSERVAÇÕES:</u> INTERATIVIDADES (INT): elas entram sempre que, ao aparecer o ícone “i” no canto superior direito da tela, o interagente acessa-la apertando o botão verde do controle remoto. Elas serão desenvolvidas pelo LTIA (Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada) e inseridas após a gravação do programete para poderem ser acessadas pelo interagente. INT 0: Inserir ícone “i” (animado) no canto superior direito da tela para indicar que, naquele ponto, há um conteúdo interativo. Entrar e sair por default nos seguintes tempos: *De 1'47" a 2'06" *De 2'40" a 2'52" *De 3' a 3'16" INT 1 (RODA APLICATIVO 1 NO TEMPO DE 1'51" a 2'05") Tradução do conteúdo principal. Ao clicar no botão verde, subirá um GC na folha de papel pequena e o interagente vai ler, na parte de baixo, o texto falado em português antigo traduzido para o português atual. Segue conteúdo complementar, destacando as palavras em negrito:		LÍNGUA PORTUGUESA/ ACESSE O NOSSO SITE: www.tvu.unesp.br/portuguesparatodos. ATÉ O PRÓXIMO PROGRAMA! Vinheta de Encerramento – “Português para Todos” GC: Sobe créditos finais. – 10"

	Programa Português para Todos PGM – Variantes Linguísticas	Tempo 3'35"	Versão Final	8
	Produção Direção Katherine Z. Scaliaris e Giovana Sanches	Roteiro Giovana Sanches		

Vídeo	Tec	Áudio
“– Canalha! – O que? – Canalha! Patife! – Traduz isso para português. – Traduzo coisa nenhuma. Além do mais, grosso! Burro!” OBS: Se a pessoa desistir de ver o conteúdo complementar e clicar no botão verde novamente, ela deve conseguir sair do aplicativo. Vale para os três conteúdos complementares. INT 2 (RODA APLICATIVO 2 NO TEMPO DE 2'44" a 2'51") Idem a INT 1. Mas o conteúdo complementar é uma tradução do dialeto gaúcho para o paulista. Segue, destacando as palavras em negrito: “Quando vi essa moça, Diferente me senti. Eu, que sou um caboclo velho, Dei pulo igual a um menino.” INT 3 (RODA APLICATIVO 3 NO TEMPO DE 3'03" a 3'14") Da mesma forma, na folha na parte de baixo da tela, aparece o seguinte conteúdo complementar, em texto, destacando o que está em negrito: Quer tirar dúvidas com um professor, testar seus conhecimentos sobre língua portuguesa e saber mais sobre variantes linguísticas? Acesse www.tvu.unesp.br/portuguesparatodos e participe!		

4.1.4. Produção Audiovisual

Uma ideia continuaria sendo uma ideia se não fosse concretizada. E, na prática, ainda há poucos protótipos que orientam na criação de conteúdos interativos para a televisão. Por isso, para oferecer uma proposta viável à TVU, decidimos arriscar uma sugestão e criar um produto interativo que possa servir de modelo para essa emissora.

Sabemos que as ideias sobre este nosso mundo acelerado ainda não decantaram. O nosso voo é inteiramente percorrido dentro de nuvens, por isso os efeitos da turbulência são permanentes (SAVAZONI, p.07).

Para começar o trabalho, sempre tivemos em mente que sua construção só seria possível com a transdisciplinaridade⁷⁴, em que diferentes áreas do conhecimento se juntam com um objetivo em comum. Dessa forma, pessoas de distintas especialidades se disponibilizaram a estarem abertas ao outro para dialogar, trocar informações e trabalhar com o mesmo intuito. Foi então que a presente proposta começou a tomar forma.

Com a pauta em mãos, o roteiro foi elaborado e encaminhado a duas colaboradoras da TVU que fizeram as correções necessárias: Prof^a Dr^a Sônia de Brito, do Departamento de Comunicação Social da Unesp de Bauru, e para Renata Villas Boas, funcionária do RH da Unesp de Bauru. A etapa seguinte contou com a colaboração de Katherine Z. Scaliaris, produtora da TVU responsável pela série “Português para Todos”, e com a equipe de câmeras e operadores de teleprompter da emissora. A participação de Alonso Júnior, apresentador do programa, também foi fundamental. Graças a essas pessoas, a gravação⁷⁵ do programete foi possível.

Na pós-produção, a equipe de videografismo da TVU, supervisionada por Fernando Geloneze, elaborou as artes e as animações sugeridas pela discente. E o editor de imagens Diogo José de Souza Filho juntou o material captado na interface padrão dos programetes da série e finalizou o produto. A parte que cabia aos profissionais da televisão foi encerrada e iniciou-se uma nova etapa: o desenvolvimento dos aplicativos.

⁷⁴ SILVA; TAVARES, 2005.

⁷⁵ Todo o processo de produção do programete – desde a gravação em estúdio, passando pela elaboração do cenário virtual até a edição – foi feito em sistema digital *high definition* (HD).

Visto que a interatividade ainda não é explorada pela emissora em questão, recorremos ao auxílio do Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada (LTIA), da Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru, para a elaboração dos conteúdos adicionais em Ginga. Durante a exibição do programete, um símbolo (representado pela letra “i”) aparece no canto superior direito da tela indicando que, naquele momento, há uma opção de interatividade que pode ser vista ao apertar o botão verde do controle remoto. Para que esses complementos sejam acessados, uma equipe de informática do LTIA programou suas inserções. A primeira interatividade exibe a tradução do conteúdo principal, falado em português arcaico, para o português atual. Essa tradução aparece em forma de texto no rodapé da tela, como um gerador de caracteres (GC). O segundo aplicativo acontece da mesma forma, mas o conteúdo complementar é uma tradução do dialeto gaúcho para o paulista. Por último, na terceira interatividade, são exibidas informações referentes a conteúdos adicionais disponibilizados no site da TVU. Como descrito no roteiro, caso a audiência queria sair da tela com o conteúdo complementar antes de seu término de exibição, basta apertar o botão verde do controle remoto novamente.

4.1.5 Site da TVU: uma opção de convergência

Diante do nível de interatividade na TV digital escolhido para este projeto, percebemos que as limitações impostas pela ausência de um canal de retorno impossibilitaria o aprofundamento do conteúdo principal exibido. Dessa forma, há a necessidade de explorarmos outra plataforma para disponibilizar mais conteúdo ao interagente, além daquele oferecido via *broadcasting*. Escolhemos a internet.

Bem-vindo à cultura da convergência, onde as velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e mídia alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis (JENKINS, 2008, p. 27).

A convergência midiática refere-se às diversas transformações do mundo digital na atualidade, desde as tecnológicas até as sociais. Ela sugere, ao interagente, buscar novas informações em variados meios e relacioná-las. Segundo define Jenkins (2008, p.27):

Por convergência refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam.

Explorando a convergência, para aprofundar o assunto abordado no conteúdo principal do programete, lançamos mão do espaço disponível para a série “Português para Todos” no *site* da TVU (www.tvu.unesp.br/portuguêsparatodos). Esses conteúdos complementares são indicados na terceira opção de interatividade do programa e estão divididos em: matéria sobre outros tipos de variantes linguísticas, teste de conhecimentos e tira-dúvidas. Sugere-se que este último item seja um ambiente em que o interagente poderá deixar sua dúvida por meio de texto ou vídeo feito com *webcam*. Um profissional da língua portuguesa receberá essas questões e responderá via e-mail. Sobre os outros conteúdos adicionais, discorreremos abaixo.

4.1.5.1. Saiba mais no *site*

O tema “variantes linguísticas” foi escolhido para o produto deste trabalho por apresentar diversos desdobramentos, o que permite criar algumas formas de interatividade dentro do objetivo proposto. O tempo destinado ao programete – 3 minutos e 35 segundos – não é suficiente para explicar todas as variações da língua portuguesa. Dessa forma, optou-se por explanar sobre “variação histórica” e “regionalismo” no conteúdo principal, e abordar “gírias”, “estrangeirismos” e “jargões” numa matéria disponibilizada no *site* da emissora. Assim, acredita-se que o assunto pode ser discutido com mais profundidade, contribuindo para a educação informal do interagente. Abaixo, a reportagem elaborada em complemento ao programete:

O importante é se comunicar

O “Português para Todos” abordou, em uma de suas edições, o tema “Variantes Linguísticas”, que representa as muitas formas de se falar um idioma – no caso, o português. Se você se interessou e quer saber um pouco mais sobre o assunto, dê uma olhada em outras maneiras de falar a nossa língua e lembre-se: o importante é se comunicar!

Estrangeirismos

Sabe aquela palavra que você até sabe falar, mas não tem ideia de como se escreve? E aquela expressão que você não consegue ler direito, mas já ouviu muitas vezes? Essa é a realidade dos estrangeirismos, palavras que vieram de outros idiomas e, de tanto serem usadas pelos brasileiros, acabaram incorporadas à língua portuguesa. Muitas vezes, não existe uma palavra específica para designar certa coisa ou ação. Por isso, o empréstimo de verbetes de outros idiomas é tão comum. Alguns mantêm a forma original de como se escreve. Outros são aportuguesados. Veja alguns exemplos:

**self-service* (serviço próprio): expressão utilizada para denominar restaurantes onde a própria pessoa se serve.

**mouse*: traduzido literalmente do inglês, quer dizer rato. Mas a palavra dá nome, tanto em inglês quanto em português, a um dos dispositivos do computador.

**abajur*: vem do francês *abat-jour* e dá nome a alguns tipos de luminárias.

**basquetebol*: vem do inglês *basket ball* cuja tradução, ao pé da letra, diz o objetivo do jogo, que é “bola ao cesto”.

**CD*: do inglês *compact disc*, é uma sigla que designa o disco usado para armazenar dados ou áudio.

Gírias

Leia um trecho do artigo “Essa gíria é da hora” que o jornalista Cássio Schubsky escreveu na revista Superinteressante em março de 1996:

“Primeiro, ela pinta como quem não quer nada. Chega na moral, dando uma de Migué, e acaba caindo na boca do povo. Depois desbaratina, vira lero-lero, sai de fininho e some. Mas, às vezes, volta arrebatando, sem o menor aviso. Afinal, qual é a da gíria?”.

Esse trecho inteiro foi escrito com gírias, que é mais uma variação da língua portuguesa. Gírias são expressões criadas por determinados grupos e que se enquadram na linguagem coloquial. Os homossexuais, os adolescentes, os sambistas, os presidiários são alguns dos muitos grupos que costumam usar uma linguagem própria. Geralmente, elas são modismos e variam de acordo com as novas tendências dos grupos que as criam. Exemplos:

**Dar um gelo*: tratar com indiferença.

**A casa caiu*: quando tudo dá errado.

*Treta: briga, confusão.

*Mandar um migué: mentir, enrolar alguém.

Jargões

Os jargões são palavras ou expressões típicas de algumas profissões. Algumas vezes, são termos técnicos desconhecidos das pessoas que não trabalham nessa área. Veja só:

*Clipar: jargão jornalístico que indica a ação de selecionar todas as notícias publicadas referentes a um mesmo assunto.

*Brifar: jargão publicitário que significa sintetizar a ideia de uma campanha.

*Prognóstico: jargão da medicina que se refere ao parecer do médico quanto ao desfecho de uma doença.

*Meliante: no jargão policial, significa a pessoa que cometeu algum delito.

4.1.5.2 Testando conhecimentos

Após assistir ao programete, o interagente tem a opção de obter mais informações no *site*, como descrito anteriormente. Além disso, se desejar, ele poderá responder a algumas questões sobre o tema como forma de exercitar o aprendizado. Como as atividades são de múltipla escolha, propõe-se que, quando o indivíduo marcar sua resposta e acionar o botão “ok”, apareça a resposta correta e uma breve explicação sobre ela. A seguir, as sugestões de exercícios sobre variantes linguísticas para serem inseridos no *site* da TVU:

1- Sobre as variações linguísticas, leia os enunciados abaixo e indique o mais coerente:

- a) Devido à extensão territorial de países como o Brasil, é uma tarefa extremamente difícil fazer com que todos falem corretamente. É por isso que em cada região as pessoas se comunicam de maneira diferente.
- b) As variações linguísticas (maneiras diferentes de se utilizar uma mesma língua) constituem um fenômeno comum a todos os idiomas. Apesar de existir uma forma considerada padrão, não há o que se falar em certo e errado.

- c) A atual Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa visa a eliminar as muitas variações no uso do idioma. Passado um período de transição, o que se espera é que teremos finalmente um vocabulário e uma pronúncia comum em todos os lugares onde se fala o Português.

Resposta: Alternativa “b”. O fato de as pessoas utilizarem a língua de uma maneira diferente é consequência de fatores geográficos, temporais, sociais e muitos outros. Uma pessoa pode muito bem “falar corretamente” (seguindo as regras da Norma Culta) utilizando uma dessas variações. Por isso, não procede o que se afirma na letra “a”. O objetivo da Reforma Ortográfica é uniformizar a maneira como “se escrevem” as palavras, e não o nome que se dá às coisas ou a pronúncia, ao contrário do afirmado na letra “c”.

2- “A tua saudade corta

Como aço de navaia...

O coração fica aflito

Bate uma, a outra faia...

E os óio se enche d’água

Que até a vista se atrapaia, ai, ai...”

(Fragmento de “Cutelinho”, canção folclórica).

Sobre o texto acima, indique a afirmação incorreta:

- a) Por ser produto da cultura folclórica, forma de arte intimamente ligada ao povo, consideram-se perfeitamente normais e coerentes os desvios da Norma Culta (*navaia*, *os óio se enche...*, etc.) presentes na letra da canção.
- b) Para manter uma coerência com a variação linguística demonstrada no texto, seria mais indicado a forma “afrito”, no lugar de “aflito”.
- c) Expressões e construções como “navaia”, “faia”, “os óio se enche” não existem na língua Portuguesa, por isso nada justificaria o seu uso.

Resposta: Alternativa “c”. As expressões vistas na letra “c” existem, sim, na Língua Portuguesa. O que ocorre é que elas não existem na Norma Culta Formal, que nada mais é que uma das variações da Língua. Essas expressões têm seu uso justificado por estarem num texto representativo da cultura popular, um uso, portanto, perfeitamente coerente. A expressão “povo” nos remete à grande massa

populacional do país, que, como se sabe, é formada, em sua maioria, pelos menos favorecidos, em condições mais precárias, com baixa instrução escolar. O uso da Língua é prova disso. Assim, nada mais expressivo e coerente para representar essa faixa da população do que a linguagem que o texto traz. É o que se afirma na letra “a”. A troca do “l” pelo “r” em algumas palavras é um aspecto presente na linguagem dita popular, como vemos em *frecha* (por flecha), *prástico* (por plástico), *ingrês* (por inglês). Assim, pareceria mais coerente com a variação utilizada no texto a forma *afrito* (no lugar de “aflito”), como foi dito na letra “b”.

3- Observe, agora, o que diz o poeta Manuel Bandeira:

“Não há nada mais gostoso do que **mim** sujeito do verbo no infinitivo. **Pra mim** brincar. As cariocas que não sabem gramática falam assim. Todos os brasileiros deviam de querer falar como as cariocas que não sabem gramática.”

Segundo Manuel Bandeira, o uso de **mim** no lugar de **eu**:

- a) Estaria ligado às pessoas mais cultas do Rio de Janeiro.
- b) Seria uma maneira de falar que nos remeteria à ideia de sensualidade, beleza, descontração.
- c) Só deveria ser praticado pelas cariocas que não sabem gramática.

Resposta: Alternativa “b”. Ao atribuir o uso de “mim” às cariocas que não sabem gramática, relacionadas à sensualidade, beleza e espontaneidade, o autor automaticamente associa o pronome a essas mesmas ideias.

4- (U. F. VIÇOSA) - Suponha um aluno se dirigindo a um colega de classe nestes termos: “Venho respeitosamente solicitar-lhe se digne emprestar-me o livro”. A atitude desse aluno se assemelha à atitude do indivíduo que:

- a) comparece ao baile de gala trajando “smoking”.
- b) vai à praia de terno e gravata.
- c) vai ao Maracanã de chinelo e bermuda.

Resposta: Alternativa “b”. A linguagem culta e formal utilizada pelo aluno não é própria de uma conversa com um colega de classe, assim como vestir terno e gravata para ir à praia.

5- Leia as afirmações abaixo e indique a menos coerente:

- a) Usar *bicha* em vez de *fila* constitui um exemplo de variação regional, uma vez que o primeiro se usa em Portugal e algumas regiões do Brasil.
- b) As pessoas que têm baixa escolaridade utilizam, na linguagem oral, expressões como “eu encontrei ela ontem”, em vez de “eu a encontrei ontem”, o que constitui um exemplo de variação social da Língua.
- c) Como exemplo de variação histórica (cronológica, temporal) podemos citar o modo como antigamente se chamavam os *comerciais* de televisão: eram os *reclames*.

Resposta: Alternativa “b”. Essas diferenças de uso estão ligadas a uma variação chamada situacional-coloquial. Falam assim, também, pessoas que têm boa formação escolar.

5 ITEM 4 – RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO

“Se já era complexo trabalhar forma e conteúdo na educação com material impresso, isto se torna um desafio mais apaixonante ainda quando se envolve a dimensão das novas tecnologias” (FERREIRA apud SAVAZONI; COHN, 2009, p. 28).

5.1 Dados Gerais do Projeto

Mestranda: Giovana Sanches

Área de Concentração: Comunicação, Informação e Educação em Televisão Digital

Linha de Pesquisa: Gestão da Informação e Comunicação para Televisão Digital

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus

Título do Projeto: Português para Todos - Conteúdo Educativo e Interativo para a Televisão Universitária Unesp

Sigla:
PPTCEITVU

Período de Execução Física: Agosto de 2008 a Agosto de 2010

Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Comunicação

Valor total do projeto: R\$5.000,00

Bolsas, Financiamentos, Convênios ou Parcerias: Parceria com a TVU - Televisão Universitária Unesp e com o LTIA - Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada.

Instituições participantes: TVU - Televisão Universitária Unesp e LTIA – Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada.

Caracterização da Pesquisa: (PTCBT) Pesquisa Técnico-Científica com Base Tecnológica - para avançar conhecimento, com potencial de aplicação. Foi desenvolvido um produto destinado à TVU e, portanto, dentro de seus padrões. Dessa forma, quando esta emissora estiver no ar em caráter digital e com interatividade, o programete do presente trabalho poderá ser veiculado. Assim como uma nova pesquisa poderá ser feita, posteriormente a isso, para colher o *feedback* dos interagentes e refutar ou corroborar a hipótese de que aplicativos interativos podem servir de ferramenta para facilitar o aprendizado e produzir conhecimento.

5.2 Descrição do Projeto

5.2.1 Tema

Televisão digital e educação informal utilizando novas tecnologias.

5.2.2 Objeto – Problema

A interatividade como facilitadora na produção de conteúdo educativo-informal para a TV Digital. Neste contexto, entende-se por educação informal, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), um

Tipo de educação que recebe cada indivíduo durante toda sua vida ao adotar atitudes, aceitar valores e adquirir conhecimentos e habilidades da vida diária e das influências do meio que o rodeia, como a família, a vizinhança, o trabalho, os esportes, a biblioteca, os jornais, a rua, o rádio, etc.⁷⁶

Diante disso, como os recursos de interatividade, oferecidos pela TV Digital, podem assegurar o uso de conteúdos educativos nos programetes temáticos exibidos pela TVU?

Há algum tempo, muito se tem discutido sobre TV Digital no âmbito tecnológico. A questão do conteúdo ou possíveis finalidades da tecnologia, contudo, apenas recentemente está sendo debatida de maneira mais profunda. Além de som e imagem de alta-definição, a TV Digital foi criada para ser interativa. Dessa forma, por exemplo, ela poderá receber a internet e disponibilizar muitos recursos para que o usuário possa interagir com a programação utilizando o controle remoto. Isso legitimará a classificação de meio de comunicação da TV, visto que ela se tornará uma “via de mão dupla”. Quando isso vai acontecer, de fato, ainda é uma incógnita. Por isso, há necessidade de criar experimentos e suposições que visualizem tal cenário.

⁷⁶Disponível em:

<<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?tel=122175&te2=122350&te3=37527>>.
Acesso em: 02/05/2009.

Inserida nas televisões comerciais, a maior parte dos conteúdos informativos é tratada de forma superficial, pois, entre outros fatores, o tempo cronometrado para a veiculação impede o aprofundamento dos assuntos. Por outro lado, nas televisões educativas digitais esse cenário pode ser diferente, já que o incentivo à cidadania é um de seus principais objetivos. E a TVU - Televisão Universitária Unesp - é uma televisão educativa. Diferente dos veículos de comunicação comerciais, sua finalidade não é o lucro e a disputa por audiência. Assim, o espaço para produções de caráter experimental é maior. Por isso, optou-se por criar uma proposta de conteúdo para essa emissora.

Aproveitando o espaço oferecido pela TVU e objetivando a prática da construção de conteúdo e a possibilidade de colaboração da mídia na formação educacional da sociedade, como os novos recursos interativos podem ajudar na elaboração de um conteúdo que seja educativo além de informativo?

5.2.3 Objetivo Geral

Conhecer a programação da TVU com o propósito de elaborar aplicativos interativos destinados a conteúdos educativos.

5.2.4 Objetivos Específicos

1. Conhecer a origem e evolução da TV Digital Interativa, em especial a TVU (TV Universitária Unesp);
2. Analisar e experimentar as formas de interatividade possíveis para serem veiculadas pela TVU;
3. Propor e experimentar conteúdos educativos para a programação da TVU.

5.2.5 Alterações

Inicialmente, o conteúdo produzido se destinaria à programação jornalística da TVU. Depois, com o andamento da pesquisa, observou-se que o foco deveria ser num conteúdo informativo e educativo, mas dentro de um programa que não fosse jornalístico.

5.3 Resultados esperados

Com este trabalho, pretendemos demonstrar que a interatividade, além de ser uma opção para fomentar os negócios das empresas televisivas, pode ser uma ferramenta facilitadora na divulgação do conhecimento. Espera-se que o produto possa ser veiculado para, futuramente, elaborar-se uma pesquisa para checar a validade das hipóteses levantadas. Também esperamos, despretensiosamente, que esta pesquisa possa servir de incentivo para outros projetos – individuais ou de emissoras – que visem estudar a interatividade na televisão digital a fim de contribuir para a educação informal e até formal da audiência

5.4 Materiais e Métodos

5.4.1 Método de Abordagem

O método selecionado para a abordagem desta pesquisa é o hipotético-dedutivo, pois, como afirma Andrade (2002, p.26), ele “acha-se historicamente relacionado com a experimentação [...]”. Até o momento, pouco se tem experimentado, efetivamente, sobre conteúdo para TV Digital Interativa, principalmente no que tange os assuntos informativos e educativos. Pensando nisso e na possibilidade de colaboração da mídia na formação educacional da sociedade, pretende-se testar como alguns desses novos recursos interativos podem ajudar na construção de notícias educativas, além de informativas. Ademais, essa pesquisa propõe levantar hipóteses e oferecer uma proposta de conteúdo informativo-educativo para esse fim.

O método hipotético-dedutivo aponta uma lacuna no objeto de estudo e, baseado nisso, formula hipóteses que são testadas na pesquisa. Assim, tendo como respaldo (1) a Constituição, que obriga que as emissoras televisivas destinem parte de sua programação à educação e (2) alguns recursos interativos oferecidos pela TV Digital, será elaborada uma proposta de conteúdo interativo que objetiva auxiliar na produção de conhecimento da audiência.

5.4.2 Método de Procedimento

5.4.2.1 Método Histórico

O método histórico é o primeiro dos métodos de procedimentos a ser utilizado nesta pesquisa. Segundo Andrade (2002, p.27), “O método histórico consiste na investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje”. Ele se aplica neste trabalho para realização dos estudos sobre a história da televisão, desde o seu surgimento - analógica e preta e branca - até os dias de hoje, colorida e na era digital. Este método também é utilizado na elaboração de um panorama sobre a televisão pública no Brasil.

5.4.2.2 Método Experimental

Este método se encaixa na presente pesquisa por compreender seis etapas, segundo Andrade (2002, p.26): a observação, que estuda as manifestações da realidade; a hipótese, que é uma explicação temporária do caso estudado; a experimentação, que objetiva controlar a hipótese; a comparação; a abstração e a generalização.

5.4.3 Técnicas de Pesquisa

As técnicas de pesquisa estão relacionadas com a coleta de dados para o desenvolvimento do projeto. Para tanto, serão utilizadas tanto a técnica de Documentação Indireta quanto a de Documentação Direta Extensiva.

A Documentação Indireta consiste em efetuar pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, consultar livros, artigos, acervos, material digital, fontes estatísticas, entre outros. E a Documentação Direta Extensiva se dá por meio da aplicação de formulário que, conforme Andrade (2002, p. 38) “consiste em uma série de perguntas que são formuladas e anotadas (ou gravadas) pelo pesquisador”. Nesta última, enquadram-se as entrevistas feitas por e-mail e telefone com especialistas na área de televisão digital.

5.4.4 Tecnologia

Para que os aplicativos interativos pudessem ser desenvolvidos, contamos com o apoio de Thiago Fabre, Renato Schmidt e Fábio Mastelari, pesquisadores do Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada. Como o sinal da TVU ainda não está no ar e, conseqüentemente, a interatividade ainda é um projeto, recorreremos ao trabalho dessa equipe de especialistas em computação que criaram um ambiente para que o presente produto pudesse ser concretizado.

5.4.4.1 Aplicação

A aplicação interativa foi desenvolvida utilizando a linguagem NCL (*Next Context Language*), criada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Essa é uma linguagem declarativa para autoria de documentos hipermídia baseados no modelo conceitual NCM (*Nexted Context Model*) e foi elaborada numa estrutura modular, seguindo os princípios adotados pelo W3C (*Word Wide Web Consortium* – consórcio internacional que reúne centenas de empresas e entidades que visam definir padrões para produção e interpretação de conteúdos para a *web*).

5.4.4.2 Ambiente

A *set-top box* disponível no LTIA (XPS-1000, da Proview) só consegue transmitir e trabalhar com conteúdo transmitido pelo ar (*broadcasting*). Visto que as transmissões da TVU ainda não se iniciaram, para apresentarmos nosso produto, gravado num dispositivo, foi necessário criar um simulador.

A reprodução desse contexto de TV Digital com interatividade tornou-se possível por meio de um ambiente virtual no computador. Para criar esse ambiente, foi utilizado o Gingga Live CD, desenvolvido pela PUC-Rio, que contém um sistema operacional Linux e o Gingga-NCL C++ v.0.10.1. Por meio do Gingga Live CD podemos colocar os aplicativos produzidos em NCL num *pen drive* e fazê-los aparecer sobrepostos à tela principal.

Essa limitação da *set-top box*, que só consegue trabalhar com aplicativos distribuídos por carrossel de dados⁷⁷ via *broadcasting*, também restringe a elaboração dos conteúdos adicionais. A ideia inicial era de que, quando a interatividade fosse acionada pela audiência, a tela principal fosse reduzida para que a aplicação aparecesse lateralmente. Como isso não seria possível, optou-se por programar os conteúdos complementares para serem exibidos na parte inferior da tela.

O conceito de acessar outras opções além da que está sendo exibida prioritariamente pela emissora é chamado, no âmbito da televisão digital, de *enhanced tv*.

O *enhanced TV* estaria mais relacionado com a programação existente (que pode ser perfeitamente aproveitada), agregando-se elementos informacionais e que permitem também uma interatividade, ou seja, uma intervenção do telespectador no conteúdo exibido (WAISMAN, p.2).

Ao final do desenvolvimento das aplicações, percebendo a dificuldade em utilizar a *set-top box* para o objetivo proposto, optou-se por conectar um computador a um televisor 16:9 por meio de um cabo VGA para exibir o programa já com a interatividade. O teclado faz a função do controle remoto, simulando-o.

⁷⁷ Segundo Montez e Becker (2005, p.95): “De uma forma geral, o carrossel permite que dados digitais sejam transmitidos na forma de serviços, e que usuários de TV interativa possam selecionar esses serviços quando necessário”.

5.5 Justificativa

A TV digital não vai mudar a vida do telespectador em curto prazo. Porém, enquanto isso não acontece, esperamos contribuir para demonstrar o que pode tornar-se um hábito na vida dos possíveis e prováveis interagentes. Em 2007, com o projeto de conclusão do curso de Jornalismo da discente, apresentamos uma série de reportagens que serviu de conteúdo para a experimentação do *enhanced tv*, um recurso interativo que, como descrito anteriormente, agrega, aos programas existentes, elementos informativos que podem ser acessados por um controle remoto específico.

Desde então, por meio de estudos de material teórico referente ao tema e com a ajuda do Laboratório de Tecnologia da Informação (LTIA) – que estuda o desenvolvimento de suporte tecnológico para TV Digital –, desenvolvemos pesquisas sobre TV digital buscando possibilidades de produção de conteúdo informativo que contribuam para oferecer opções de aprofundamento do conhecimento à audiência.

As atividades práticas desenvolvidas no LTIA são decisivas para compreender a evolução dos suportes tecnológicos para TV Digital, em especial para a TVU. Neste contexto, tomando como base as diretrizes de uma TV pública-educativa, observamos que o conhecimento básico sobre tecnologia associado ao espaço de experimentação que a TVU oferece é, sem dúvida, uma oportunidade singular para exercitar a teoria em um contexto real, tendo como base as formas de interatividade que o sistema permite no momento.

5.6 Resultados Obtidos

*Construção de um ambiente similar ao de uma televisão digital interativa;

*Produção de um exemplo de roteiro hipermidiático que pôde ser compreendido pelos profissionais envolvidos de diversas áreas;

*Desenvolvimento de um produto que pode servir como modelo para um programete educativo e interativo da grade de programação da TVU;

*Obtenção de conhecimento sobre produção dentro de uma emissora pública, educativa e digital.

*Constatação de que há um embasamento teórico para as hipóteses levantadas pela discente.

*Infra-estrutura: O ingresso da discente no Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital da Unesp possibilitou sua integração na equipe do Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada (LTIA), também da Unesp. A discente foi a primeira profissional de comunicação a participar de um grupo composto por especialistas em Ciência da Computação, Sistemas da Informação e Design. Com isso, criou-se um grupo de pesquisa em televisão digital que firmou algumas parcerias para desenvolvimento de projetos na área. Dentre elas, um contrato com a Intel proporcionou o recebimento de algumas *set-top boxes* que deverão compor o laboratório de estudos do presente Mestrado.

5.7 Produção do Pesquisador Executor do Projeto

5.7.1 Participação em Eventos

- I Simpósio Internacional de Televisão Digital, de 18 a 20 de novembro de 2009, campus Unesp – Bauru (SP).
- II Simpósio de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã, de 11 a 13 de novembro de 2009, campus Unesp – Bauru (SP).

- II Seminário LECOTEC de Comunicação e Ciência, de 09 a 11 de novembro de 2009, campus Unesp – Bauru (SP).
- XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, de 4 a 7 de setembro de 2009, Universidade Positivo – Curitiba (PR).
- Colóquio: Televisão Digital, de 3 a 5 de junho de 2009, Fundação para o Desenvolvimento de Bauru (FunDeB) – Unesp, Bauru (SP).
- II Seminário do Grupo de Estudos Audiovisuais – GEA, 18 de novembro de 2008, campus Unesp – Bauru.
- X Jornada Multidisciplinar: As Múltiplas Faces da Constituição Cidadã, de 16 a 18 de setembro de 2008, campus Unesp – Bauru (SP).
- 1º Simpósio LECOTEC de Comunicação e Tecnologias Interativas, de 13 a 15 de agosto de 2008, campus Unesp – Bauru (SP).

5.7.2 Apresentação de Trabalhos em Eventos

- * SANCHES, Giovana. Soletando: como potencializar a educação informal via televisão digital. **Grupo de Trabalho do I Simpósio Internacional de Televisão Digital**. Bauru, novembro de 2009.
- * SANCHES, Giovana. JESUS, Antonio Carlos de. Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU. **Seminário de Dissertação do I Simpósio Internacional de Televisão Digital**. Bauru, novembro de 2009.
- * SANCHES, Giovana. Reflexões sobre o papel da interatividade no aprendizado coletivo. **II Simpósio de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã**. Bauru, novembro de 2009.

* SANCHES, Giovana. JESUS, Antonio Carlos de. TV pública digital e interatividade: como colaborar com a formação de cidadãos? **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**. Curitiba, setembro de 2009.

* SANCHES, Giovana. JESUS, Antonio Carlos de. Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU. **Colóquio: Televisão Digital**. Bauru, junho de 2009.

* SANCHES, Giovana. PORANGABA, Tiago. MORGADO, Eduardo. Aplicações Interativas para TV Digital. **II Seminário do Grupo de Estudos Audiovisuais – GEA**. Bauru, novembro de 2008.

* SANCHES, Giovana. PORANGABA, Tiago. MASTELARI, Fábio. NACARI, Alexandre. MORGADO, Eduardo. Reflexões Sobre o Projeto TVDE – Televisão Digital Educativa. **X Jornada Multidisciplinar: AS Múltiplas Faces da Constituição Cidadã**. Bauru, setembro de 2008.

* SANCHES, Giovana. PORANGABA, Tiago. ARAÚJO, Tadeu. MORGADO, Eduardo. A interatividade como complemento ao conteúdo telejornalístico na TV Digital. **1º Simpósio LECOTEC de Comunicação e Tecnologias Interativas**. Bauru, agosto de 2008.

5.7.3 Trabalhos em Anais

* SANCHES, Giovana. Soletrando: como potencializar a educação informal via televisão digital. In: **Anais 1º Simpósio Internacional de Televisão Digital: resumos**. Bauru, novembro de 2009. (Resumo, p. 51) (ISBN: 978-85-99679-14-2).

* SANCHES, Giovana. JESUS, Antonio Carlos de. Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU. In: **Anais 1º Simpósio Internacional de Televisão Digital: resumos**. Bauru, novembro de 2009. (Resumo, p. 143) (ISBN: 978-85-99679-14-2).

* SANCHES, Giovana. Soletrando: como potencializar a educação informal via televisão digital. In: **Anais 1º Simpósio Internacional de Televisão Digital**. Bauru,

novembro de 2009. (Trabalho completo disponível em <<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/simtvd/trabalhos.php>>) (ISBN: 978-85-99679-14-2).

* SANCHES, Giovana. Reflexões sobre o papel da interatividade no aprendizado coletivo. In: **Anais 2º Simpósio de Comunicação, Tecnologias e Educação Cidadã: resumos**. Bauru, novembro de 2009. (Resumo, p. 69) (ISBN: 978-85-61889-04-3).

* SANCHES, Giovana. Reflexões sobre o papel da interatividade no aprendizado coletivo. In: **Anais 2º Simpósio de Comunicação, Tecnologias e Educação Cidadã**. Bauru, novembro de 2009. (Trabalho Completo disponível em <<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/lecotec2009/>>) (ISBN: 978-85-61889-04-3).

* SANCHES, Giovana. O Ecoturismo em Brotas: Uma Série de Reportagens Sobre Desenvolvimento Sustentável. In: **Anais 2º Seminário LECOTEC de Comunicação e Ciência: resumos**. Bauru, novembro de 2009. (Resumo, p. 64) (ISBN: 978-85-61889-03-6).

* SANCHES, Giovana. JESUS, Antonio Carlos de. TV pública digital e interatividade: como colaborar com a formação de cidadãos? In: **Programa do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 4 a 7 de setembro de 2009, Curitiba: comunicação, educação e cultura na era digital**. Curitiba, setembro de 2009. (Resumo, p. 154) (ISSN: 2175-5701).

* SANCHES, Giovana. JESUS, Antonio Carlos de. TV pública digital e interatividade: como colaborar com a formação de cidadãos? In: **Anais Comunicação, educação e cultura na era digital**. Curitiba, setembro de 2009. (Trabalho Completo disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_DT5-CD.htm>) (ISSN: 2175-4683).

* SANCHES, Giovana. PORANGABA, Tiago. ARAÚJO, Tadeu. MORGADO, Eduardo. A interatividade como complemento ao conteúdo telejornalístico na TV

Digital. In: **Anais do 1º Simpósio LECOTEC de Comunicação e Tecnologias Interativas**. Bauru, agosto de 2008. (Resumo, p. 102) (ISBN: 978-85-61889-00-5).

5.7.4 Publicações Científicas

* ANGELUCI, Alan César Belo. SANCHES, Giovana. REDONDO, Léo Vitor Alves. Oficina de Construção de Conhecimento Sobre TV Digital: uma experiência de mapeamento da competência em informação. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.4, n.2, p. 64-72, jul./dez.2008. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewPDFInterstitial/123/136>>.

5.7.5 Organização de Eventos

* CARVALHO, Juliano Maurício de. GOBBI, Maria Cristina. JESUS, Antonio Carlos de. MORGADO, Eduardo Martins. MÉDOLA, Ana Sílvia. CASTRO, Cosette Espíndola de. ANGELUCI, Alan César Belo. FEITOSA, Deisy Fernanda. SOUZA, Edvaldo Olécio de. ZUZA, Erika dos Santos. MACHADO, Flávia Oliveira. SANCHES, Giovana. SETTE, Guilherme Michelin. LEMOS, Joana Gusmão. ALVES, Kellyanne Carvalho. LUZ, Maria Luiza Sorbille Vieira Ancora da. XAVIER, Renan Schlup. SOUZA, Thalita Maria Mancoso Mantovani e. ALMEIDA, Willem Fernandes de. **I Simpósio Internacional de Televisão Digital – 1º SIMTVD 2009**. Bauru, novembro de 2009, p.07. (ISBN: 978-85-99679-14-2)

5.7.6 Estágio

De acordo com o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital: Informação e Conhecimento, Título III, dos créditos necessários, Artigo 6º, parágrafo único, considera-se o estágio como uma das atividades programadas aceitas.

Instituição: Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada – LTIA.

Coordenador: Prof. Dr. Eduardo Martins Morgado

Período: Janeiro/2008 a Janeiro/2010.

Atuação: Pesquisa e desenvolvimento de projetos multidisciplinares sobre televisão digital interativa, sendo responsável pela produção de conteúdos; suporte em Assessoria de Comunicação.

Projetos desenvolvidos: LTIA News; TVDE - Televisão Digital Educativa; Aplicação Interativa sobre Roberto Carlos.

Considerações: O LTIA é um laboratório do Departamento de Computação da Faculdade de Ciências da Unesp de Bauru com projetos financiados por empresas privadas. É um centro de pesquisas implantado em 1995 para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e aplicação de novas tecnologias de convergência digital, especialmente na área de educação e saúde. Ele é formado por professores e alunos de graduação e pós-graduação da área de computação, comunicação e design, o que define o caráter multidisciplinar do laboratório.

5.8 Parceria Institucional

A produção do programete sobre “variantes linguísticas” só foi possível e viável graças a uma parceria com o Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada (LTIA) e a TV Universitária Unesp.

É importante ressaltar a experiência adquirida durante dois anos de estágio no LTIA, que apoiou e contribuiu para a realização do presente trabalho. Foi possível adquirir e trocar conhecimentos com pesquisadores da área de design e tecnologia, o que nos deu uma base maior para a criação da interatividade proposta, enfatizando o caráter transdisciplinar da televisão digital interativa.

Também foi imprescindível o contato próximo com a produção na TVU, por meio do orientador dessa pesquisa, Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus. Essa parceria foi fundamental para que houvesse alinhamento entre o projeto da discente e os programetes gravados na emissora. Dessa forma, tendo conhecimento do padrão adotado pela TVU na criação de seus produtos, foi possível criar os programetes de forma coerente com a programação da emissora em foco.

5.9 Impactos

Os objetivos elencados foram cumpridos e, dentro do que foi proposto, pode-se dizer que a realização foi finalizada com êxito. Neste processo, percebemos que algumas ideias não poderiam ser executadas, no momento, devido às limitações impostas pela tecnologia. Por isso, houve necessidade de adaptação. Todo o desenvolvimento e também as dificuldades deste trabalho permitiram avanço em nosso conhecimento. Assim, acredita-se que ele também pode contribuir com outras pessoas que desejem estudar o assunto e, ainda, com a audiência que tiver acesso a esse conteúdo caso ele seja veiculado.

Impacto Científico

O conteúdo proposto se apresenta como uma alternativa paralela ao ensino formal. Sua veiculação através da TV Digital torna-se uma opção de ação direcionada ao grande público, proporcionando conhecimento de fácil aquisição.

Impacto Tecnológico

A produção de programetes para a TVU abrange um dos formatos mais utilizados para imediato consumo, uma vez que explora a interatividade dentro de um contexto educativo informal. É oportuno destacar que, quando o sistema de interatividade estiver totalmente disponibilizado de forma pública e ampla, acreditamos que sua eficácia será facilmente observada por meio de pesquisas de *feedback*.

Impacto Econômico

Considerando ser a TVU uma emissora educativa e pública, a veiculação de produtos desta natureza assegura sua imediata distribuição, independente de necessidades econômicas e financeiras.

Impacto Social

Partindo do pressuposto de que a educação informal também assegura o desenvolvimento social dos cidadãos, destaca-se que o presente projeto se adequa a essa premissa.

Impacto Ambiental

Nos diversos contextos permeados pela televisão brasileira, em fase de implantação nacional do sistema digital, podemos assegurar que o impacto ambiental está intimamente relacionado ao crescimento dos cidadãos que poderão ter mais acesso a informações neste âmbito.

Impacto Mercadológico

Neste contexto, informamos que o impacto mercadológico se estabelecerá no âmbito do apoio cultural, em fase de definição junto a TVU.

Principais benefícios efetivos ou potenciais

- *O primeiro benefício está relacionado com a contribuição direta ao ensino formal brasileiro da língua portuguesa – mesmo que esta seja uma consequência, e não o objetivo do trabalho.
- *Um benefício complementar é a possibilidade de recepção de conteúdos educativos informais caracterizados por novas tecnologias digitais e processos de recepção mais leves e atraentes.
- *Como exemplo, este deverá ser um norte para a produção de novos conteúdos educativos e interativos para a TV Digital.

5.10 Equipe

Profissionais da TVU e do LTIA foram fundamentais na execução deste projeto. Na emissora, há uma equipe de produção e outra de jornalismo responsáveis pelo desenvolvimento dos programetes temáticos. O escolhido, “Português para Todos”, é de responsabilidade da produtora Katherine Z. Scaliaris. Para elaborar o produto da presente pesquisa, a discente participou de reuniões com ela para entender o processo de produção empregado nesses programetes. Com base nessas informações, foi possível iniciarmos a confecção do roteiro do produto. Primeiramente, foi produzida a pauta. Depois, com os assuntos a serem abordados definidos, foi feita uma pesquisa na internet e em livros didáticos para a criação do roteiro. Esse roteiro foi enviado para a Prof^a Dr^a Sônia de Brito, do Departamento de Comunicação Social da Unesp de Bauru, e para Renata Villas Boas, funcionária do RH da Unesp de Bauru, ambas colaboradoras da TVU. Elas fizeram a revisão e a correção do roteiro da discente, assim como fazem com todos os roteiros da série “Português para Todos”. Ao mesmo tempo, a equipe de videografismo da TVU, supervisionada por Fernando Geloneze, elaborou a arte e as animações necessárias para o programete e sugeridas pela discente. Com o roteiro finalizado, foi agendada a gravação da apresentação do programete, narrada pelo locutor da TVU, Gilberto Alonso Júnior. Enquanto isso, uma equipe do LTIA cuidou dos aplicativos interativos. Com a proposta de conteúdos complementares em mãos e com o programete pronto, essa equipe fez a programação para que a interatividade estivesse disponível junto com o conteúdo principal do programete.

Essa produção não teve custos financeiros para a discente por ter sido firmada parceria com o LTIA e com a TVU, emissora para a qual destina-se o produto final. Para a equipe do LTIA, essa é mais uma maneira de serem postos em prática os conhecimentos tecnológicos adquiridos acerca da televisão digital interativa. Para a TVU, o produto da discente poderá ser o programete-piloto que explorará a interatividade, visando sempre contribuir para a educação informal da audiência.

5.11 Dificuldades

Durante o desenvolvimento do projeto, algumas dificuldades foram encontradas. No que diz respeito à revisão bibliográfica, percebemos que grande parte dos livros consultados diz respeito mais à tecnologia da televisão digital. Para pesquisar melhor sobre a produção de conteúdo interativo, foi necessário recorrer a artigos científicos que relatavam algum experimento ou, então, levantavam hipóteses condizentes com a ideia do presente projeto.

O fato da discente ter estagiado durante quase a totalidade do Mestrado e, no outro período, trabalhar, a impediu de participar de um número maior de eventos – as dificuldades financeiras também influenciaram nesse aspecto. O pouco tempo disponível também não permitiu que sua produção científica fosse em maior quantidade. Ademais, um problema de saúde da discente, que está em tratamento, atrapalhou o desenvolvimento das pesquisas, tornando-o menos ágil.

Esses fatores levaram a algumas adaptações, sugeridas pelos membros da banca no Exame de Qualificação deste trabalho. No item “Saiba mais no site”, a reportagem “O importante é se comunicar” foi produzida textualmente. Porém, essa é apenas uma proposta de conteúdo complementar que pode ser melhor elaborada com vídeos e animações, por exemplo, quando for posta em prática. Da mesma forma, as perguntas sugeridas em “Testando conhecimento” podem ser modificadas e separadas por níveis de dificuldades, já que têm o público em geral como alvo. Também estavam previstas outras técnicas de pesquisa, além das utilizadas, como consulta a emissoras comerciais e ao público. Mas optou-se por restringi-las devido ao tempo hábil disponível.

Por fim, um obstáculo tecnológico foi encontrado. A princípio, pretendia-se elaborar opções de interatividade avançadas a serem aplicadas no conteúdo desenvolvido. Porém, como esse conteúdo faz parte da programação da TVU e existe a possibilidade de ser veiculado, tornou-se necessário restringir a criação interativa de modo que seja factível e compatível com a realidade tecnológica da televisão digital. Como, até o momento, ainda não há, na emissora, equipamentos que permitam a exibição de aplicativos interativos e definições sobre o canal de retorno, as opções de interatividade precisaram ser reformuladas e limitadas a nível local. E visto que a *set-top box* disponível não oferecia a tecnologia necessária para apresentar o programete interativo, precisamos adaptar sua exibição criando um

simulador virtual. Além disso, a curta duração do programete desenvolvido (três minutos e trinta e cinco segundos) dificultou a definição dos aplicativos interativos a serem criados.

5.12 Comentários Gerais e Perspectivas

A educação sempre permeou as nossas pesquisas. Por isso, ao nos depararmos com uma televisão pública e educativa que nos ofereceu um espaço de experimentação, não tivemos dúvidas para onde direcionar o presente trabalho.

Conhecendo a grade de programação da TVU, vimos nos programetes temáticos uma possibilidade de explorar a interatividade – mesmo que em nível inicial – abordando assuntos educativos. Dessa forma, objetivamos criar um conteúdo que pudesse utilizar a interatividade como ferramenta para proporcionar maior conhecimento à população.

Essa hipótese, porém, só poderá ser testada com a realização de pesquisas com a audiência. São os consumidores deste produto que poderão dizer se houve ou não uma contribuição em sua educação. E se as formas de interatividade propostas lhe agradam e são de fácil utilização. Isso estava previsto na execução do trabalho, com o programete interativo produzido sendo exibido. Porém, uma série de questões impediram o início das transmissões da TVU, o que impossibilitou refutar ou corroborar a hipótese. Esse pode ser o próximo passo, após o mestrado. Algo que dará continuidade ao presente trabalho e abrirá novos horizontes acerca do assunto, que precisa ser tratado com seriedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nas fases de grande mudança, o primeiro trabalho é rever o que pensamos. Isso não significa jogar fora tudo o que fizemos, mas retomar, partindo de como o mundo é em cada lugar. Sem isso, planejar é um voo cego, com todas as suas consequências”. Milton Santos, 1994 (apud Savazoni; Cohn. p. 251, 2009)

O presente trabalho objetivou experimentar a interatividade como ferramenta para aprofundar o assunto exibido na tela principal da televisão digital. Para isso, foi escolhido o *enhanced tv*, recurso interativo que possibilita o acesso a conteúdos complementares por meio do controle remoto da *set-top box* ou do televisor digital.

Levantamos a hipótese de que, munida de opções para explorar o tema assistido, a audiência tem a possibilidade de aumentar seu conhecimento sobre o assunto. Diante disso, optamos por produzir um programete sobre língua portuguesa, visando contribuir para a educação informal da população.

Outra questão discutida foi a relação entre a audiência e uma interface interativa na TV. Partimos da premissa de que, apesar de estarem acostumadas com o ambiente hipermidiático da internet, as pessoas estão inseridas numa cultura passiva no que se refere à televisão. Porém, com os hábitos se transformando, essas mudanças na forma de ver TV se fazem necessárias. Então, objetivando apresentar esse novo ambiente aos interagentes sem causar estranhamento, escolhemos produzir aplicativos simples, com linguagem e interface já conhecidos, para que a audiência possa se adaptar a essa nova mídia – a televisão digital interativa.

Neste contexto, esbarramos em algumas dificuldades tecnológicas. Foi necessário criar um simulador para apresentar o programete interativo, visto que o sinal digital da TVU ainda não está no ar. Contudo, toda a produção foi feita em formato digital, nos padrões da emissora, e utilizando o Ginga. Dessa forma, quando a interatividade estiver disponível para a população, o produto desenvolvido poderá ser veiculado e suas hipóteses testadas.

Ao final da execução deste trabalho, entende-se que erros foram cometidos e melhorias poderiam ser feitas. Por tratar-se de um assunto ainda incipiente no Brasil, sem muitos parâmetros, foi preciso arriscar. Defendemos que experimentos e sugestões são sempre necessários para que a TV digital interativa

possa criar sua identidade. Como toda nova mídia, demanda-se tempo para que ela adquira sua própria linguagem e torne-se acessível e familiar à população. Enquanto isso, as plataformas anteriores servem de referência e os testes precisam acontecer. Também sugerimos que, posteriormente a este trabalho, caso ele seja veiculado pela TVU, possa ser feita uma pesquisa que relate a experiência dos interagentes com o conteúdo interativo. Dessa forma, será possível dar continuidade à pesquisa com dados concretos sobre o efeito do programa na aprendizagem da audiência.

Assim, defende-se que os estudos relacionados à televisão digital ainda estão em processo. Diante das escassas opções de modelos de produção de conteúdo educativo para esse meio, é preciso fomentar as experimentações. Dessa forma, faz-se necessária constante atualização e reformulação das ideias propostas criando, então, modelos mais eficientes para essa nova e promissora mídia.

REFERÊNCIAS

ABEPEC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMISSORAS PÚBLICAS, EDUCATIVAS E CULTURAIS. Disponível em: <<http://www.abepec.com.br>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2007.

AMARAL, Sérgio Ferreira do. **Aplicação Pedagógica do WebLab e sua disponibilização na Rede Relivi**: Uma prática inovadora em sala de aula. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0666-1.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

AMARAL, Sérgio Ferreira do. **Dúvida** – Mestrado TV Digital Unesp - Entrevista [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <giovana_sanches@yahoo.com.br> em 02 mar. 2010.

AMARAL, Sérgio Ferreira do; PACATA, Daniel Moutinho. **TV Digital Interativa no espaço educacional**. Disponível em: <<http://143.106.58.55/revista/viewarticle.php?id=306>>. Acesso em: 09 jun. 2007.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSIS, Tom Jones Moreira de. **TV Digital: A Nova Fronteira**. Disponível em: <http://br.geocities.com/tvdigitalbr/tom_artigos/tv_digital/>. Acesso em: 25 ago. 2007.

BARBOSA FILHO, André; MELONI, Luís Geraldo P. **A TV Digital Interativa na Era Convergente das Comunicações Sem Fio**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2702-1.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2010.

BELDA, F. R. **Um modelo estrutural de conteúdos educativos para televisão digital interativa**. 2009. Tese (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

BEZERRA, Wagner. **Manual do telespectador insatisfeito**. São Paulo: Summus, 1999. Novas buscas em comunicação. v. 61.

BOLANO, César R. S.; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital**. São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 1 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Portaria n. 571, de 08 de agosto de 2006. **Portaria civil sobre a Câmara do Comitê de Desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T)**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/32570.html>>. Acesso em: 19 mar. 2007.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Legislação sobre TV**. Brasília: ANATEL. Disponível em:
<<http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=30997&url=http://www.anatel.gov.br/radiodifusao/TV/Default.asp?CodTopico=1855&CodArea=473&CodTemplate=479>>. Acesso em: 19 mar. 2007.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Legislação sobre TV Digital**. Brasília: ANATEL. Disponível em:
<http://www.e.gov.br/defaultCab.asp?idservinfo=31002&url=http://www.anatel.gov.br/radiodifusao/tv_digital/default.asp?CodTopico=2034&CodArea=473&CodTemplate=447>. Acesso em: 19 mar. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 4.901, de 26 de Novembro de 2003. **Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências**. Disponível em:
<http://sbtvd.cpqd.com.br/downloads/decreto_4901_2003.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 5.820, de 29 de junho de 2006. **Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 19 mar. 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 11.652, de 7 de Abril de 2008. **Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em: 05 jan. 2010.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Título VIII, Capítulo V, Artigo 221. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/arquivos/constituicao_brasileira_-_comunicacao_social_-_ate_28-09-05.doc>. Acesso em: 05 abr. 2007.

BRASIL, Antônio. **A Revolução das Imagens** - Uma Nova Proposta para o Telejornalismo na Era Digital. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2005.

COELHO FILHO, Marco Antonio T. **Jornalismo Público** – Guia de Princípios. São Paulo: Halley S.AQ. Gráfica e Editora, 2004. 3. ed.

CPqD. Disponível em: <<http://www.cpqd.com.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

CRUVINEL, Tereza. **MP 398**: Sistema Público de Comunicação e TV Pública. Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cct/ap/AP20080226_TerezaCuvinel_TVPublica.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2010.

CUNHA, Paulo José. **Televisão e poder no Brasil**. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv050620023.htm>>. Acesso em: 05 ago. 2007.

DE LUCA, Cristina. **TV Digital**: Formalização do Fórum Internacional ISDB-T só em março de 2010. 22 set. 2009. Disponível em: <<http://www.convergenciadigital.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=20413&sid=54>>. Acesso em: 24 set. 2009.

EDUCAÇÃO Informal. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=122350&te3=37527>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

ESTATUTO do jornalista. Disponível em:
<http://www.rtp.pt/wportal/grupo/estatuto_jorn.htm>. Acesso em: 20 mar. 2007.

FÓRUM DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL TERRESTRE. Disponível em:
<<http://www.forumsbtvd.org.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

FRADKIN, Alexandre. **História da TV Pública/Educativa no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.fndc.com.br/arquivos/HistoriaTVEducativa.doc>>. Acesso em: 3 mar. 2010.

GALVÃO, Fabricio Scaff. **Não é TV, é uma nova mídia** - O processo migratório do analógico para o digital. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/galvao-fabricio-nao-tv-uma-nova-midia.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

GARCEZ, José Roberto. **Sobre Entrevista** – Mestrado TV Digital (Unesp) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <giovana_sanches@yahoo.com.br> em 09 mar. 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. (p. 11-60).

GINGA. Disponível em: <<http://www.ginga.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação Social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. (p. 81-98).

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para as novas mídias**: do game à TV interativa. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

INSTITUTO EUVALDO LODI. Núcleo Central. TV digital: qualidade e interatividade / IEL.NC. – Brasília: IEL/NC, 2007.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2008.

JESUS, Antonio Carlos de. **Gênese da TV Unesp**. Bauru, outubro 2009. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <giovana_sanches@yahoo.com.br> em 09 abr. 2010.

JOLY, Ana Vitória. **A interatividade na televisão digital**: um estudo preliminar. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/joly-ana-interatividade-tv-digital-port.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2007.

JOLY, Ana Vitória. **Programação educativa destinada à televisão interativa**. In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Monografia (apresentada no Departamento de Artes e Comunicação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=joly-vitoria-programacaoeducativa-televisao-interactiva.html>. Acesso em: 22 set. 2009.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2005. 14. ed.

MELO, Patrícia de Castro. **TV serve pra quê?** Reflexões iniciais sobre a potencialidade educacional da mídia televisiva. Bauru: Unesp, 2002.

MENDES, Alexandre. **TIC**: muita gente está comentando, mas você sabe o que é? Disponível em: <<http://imasters.uol.com.br/artigo/8278>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

MENIN, Ana Maria da Costa Santos. **Entrevista** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <giovana_sanches@yahoo.com.br> em 4 mar. 2010.

MIELNICZUK, Luciana. **Considerações sobre interatividade no contexto das novas mídias**. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_interatividadenovasmidias.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2007.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em: <www.mc.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2010.

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV digital interativa**: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil. Florianópolis: EdUFSC, 2005. 2. ed. rev. e ampl. 201 p.

NORMAS Técnicas de interatividade seguem para ABNT. Disponível em: <<http://www.forumsbtvd.org.br/materias.asp?id=304>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

OLIVEIRA, Etienne César Ribeiro de; ALBUQUERQUE, Célio Vinícius Neves de. **TV interativa**: uma alternativa para o processo de aprendizagem. Disponível em: <<http://www.ic.uff.br/~celio/papers/wccsete06.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2007.

ORIGENS da TV Pública no Mundo. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/tvpublicas/tvpublicanomundo.asp>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

PATERNOSTRO, V. I. **O texto na TV**: Manual de Telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 2. ed.

PNAD 2007. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/graficos_pdf.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2009.

PORTAL DO SOFTWARE PÚBLICO BRASILEIRO. Disponível em: <<http://www.softwarepublico.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

PRADO, Flávio. **Ponto eletrônico**. São Paulo: Publisher Brasil, 1996.

PRETTO, Nelson. Educação e inovação tecnológica: um olhar sobre as políticas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Bahia, n. 11, p. 75-85, Mai/Jun/Jul/Ago 1999. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE11/RBDE11_08_NELSON_PRETTO.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2007.

PRIMO, Alex. Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador. **404nOtF0und**, ano 5, v. 1, n. 45, 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_45.htm>. Acesso em: 29 mai. 2007.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, Porto Alegre, n. 12, p. 81-92, jun. 2000. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/int_mutua_reativa.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2007.

PRIOLLI, Gabriel. **TV Digital e TV Pública**: impactos e perspectivas. Disponível em: <http://www.slideshare.net/renata_tp/tv-digital-perspectivas-para-a-tv-pblica-presentation>. Acesso em: 09 mai. 2009.

REIS JÚNIOR, Antonio. **O percurso da televisão e do telejornalismo nos anos 70**. Agosto 2003. Disponível em:
<<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/tvtelejornalismo70s.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2009.

SANCHES, Giovana. **O ecoturismo em Brotas**: uma proposta de conteúdo para a TV digital interativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo). UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru (SP), 2007. 68f

SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sergio (orgs). **Cultura digital.br**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009.

SAVIOLI, Francisco Platão (org.). **Anglo**: ensino médio: livro-texto. São Paulo: Anglo, 2003.

SCALIARIS, Katherine Z. **Português para todos**: planejamento de produção. Bauru, 2009 (Documento digitado). In: SCALIARIS, Katherine Z. Re: Sobre roteiro! - Entrevista [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <giovana_sanches@yahoo.com.br> em 01 jul. 2010.

SCHUBSKY, Cássio. **Essa gíria é da hora**. Disponível em:
<http://super.abril.com.br/superarquivo/1996/conteudo_32146.shtml>. Acesso em: 14 jun.2010.

SILVA, Ítalo Batista da; TAVARES, Otávio Augusto de Oliveira. **Uma pedagogia multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar para o ensino/aprendizagem da física**. Holos, ano 21, 2005. Disponível em:
<<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/52/56>>. Acesso em: 20 jan 2010.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL. Disponível em:
<<http://sbtvd.cpqd.com.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

SISTEMAS públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, Intervozes, 2009. (Coleção Comunicação)

SOARES, Luiz Fernando Gomes. **Pedido de Entrevista - Mestrado TV Digital Unesp - Entrevista** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <giovana_sanches@yahoo.com.br> em 24 fev. 2010.

SOARES, Luiz Fernando Gomes; SOUZA FILHO, Guido Lemos de. **Interactive Television in Brazil: System Software and the Digital Divide**. Telemidia Laboratory of Catholic University of Rio de Janeiro and Federal University of Paraíba. Disponível em: < <http://www.tvdi.inf.br/upload/artigos/EUROiTV2007.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, Dênis. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. (p. 19-31).

SOUZA FILHO, Guido Lemos de; LEITE, Luiz Eduardo Cunha; BATISTA, Carlos Eduardo Coelho Freire; FALCÃO, Thiago Pereira. **Ginga-J: The Procedural Middleware for the Brazilian Digital TV System**. Disponível em: <http://www.tvdi.inf.br/upload/artigos/ginga-j_the_procedural_middleware_for_brazilian_digital_tv_system.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2010.

SQUIRRA, S. **O telejornalismo brasileiro num cenário de competitividade**. Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, v. 18, n. 01, p. 37-49, jan./jun. 1995.

TEIXEIRA, Lauro H. P. **Televisão Digital: Interação e Usabilidade**. 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru (SP), 2008.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **Criando uma nova civilização: a política da terceira onda**. Trad. Albert Lopes. Rio de Janeiro: Record, 2003. 7. ed. 142p.

TRANSMISSÃO de TV nos EUA passa a ser exclusivamente digital. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI3820524-EI4797,00-Transmissao+de+TV+nos+EUA+passa+a+ser+exclusivamente+digital.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

TV BRASIL: a TV Pública Brasileira. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/tvpublicas/tvbrasil2.asp>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

TV POR ASSINATURA cresce no Brasil e já atinge 25 milhões de pessoas. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1504544-6174,00.html>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

TV UNESP. Relatório TV Unesp 2010. Bauru, 2010. 1 CD-R. PDF.

UMA VISÃO da tecnologia DVB. Disponível em:
<http://www.teleco.com.br/tutoriais/tutorialdvb/pagina_3.asp>. Acesso em 17 fev. 2010.

WAISMAN, Thais. **TV digital interativa na educação**: afinal, interatividade para quê? Disponível em:
<http://www.tabuleirodigital.com.br/twiki/pub/GEC/EscoladoFuturo/TVDigital_Tais.doc>. Acesso em: 15 mar. 2009.

WEINBERG, D. **A nova desordem digital**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

WINCK, João Baptista. **Quem conta um conto aumenta um ponto**: design de audiovisual interativo. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

YORKE, I. **Jornalismo diante das câmeras**. São Paulo: Summus, 1990.

ZAMBON, Lucas Benvegnú. **TV Digital e Computação**: Um pouco de sua história e como está a situação no Brasil. Disponível em:
<http://www.inf.ufpr.br/luciano/grad/ci060_2007_1/apresentacoes/apresentacao_21_5_2.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Curriculum Lattes: Giovana Sanches

Giovana Sanches

Dados Pessoais

Nome Giovana Sanches
Nome em citações bibliográficas SANCHES, G.
Sexo feminino

Filiação Antonio Rubens Sanches e Diomar Gambarini Sanches
Nascimento 03/10/1983 - Jaú/SP - Brasil
Carteira de Identidade 434294226 SSP - SP - 19/11/1996
CPF 31186274840

Endereço residencial Rua José Carlos Gebara, 1-59 - apto. 07
 Jardim Contorno - Bauru
 17047-370, SP - Brasil
 Telefone: 14 97766983

Endereço profissional Editora Alto Astral
 Rua Gustavo Maciel, 19-26
 Altos da Cidade - Bauru
 17012-110, SP - Brasil
 Telefone: 14 32353878
 URL da home page: www.editoraaltoastral.com.br

Endereço eletrônico e-mail para contato : giovana_sanches@yahoo.com.br
 e-mail alternativo : giovanasanches7@gmail.com

Formação Acadêmica/Titulação

2008 Mestrado Profissionalizante em Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital.
 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Sao Paulo, Brasil
 Título: Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU, Ano de obtenção: 2010
 Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos de Jesus
Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal

2004 - 2007 Graduação em Comunicação Social Habilitação em Jornalismo.
 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Sao Paulo, Brasil
 Título: O Ecoturismo em Brotas: uma proposta de conteúdo para TV Digital Interativa
 Orientador: Maria Helena Gamas

Formação complementar

2008 - 2008 Curso de curta duração em Aprimoramento Vocal para Profissionais da Comunica.
 Universidade de São Paulo, USP, Sao Paulo, Brasil
Palavras-chave: Uso Profissional da Voz

Atuação profissional

1. Editora Alto Astral - EAA

Vínculo institucional

2008 - Atual Vínculo: Temporário, Enquadramento funcional: Redatora, Carga horária: 30, Regime: Parcial

2. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

Vínculo institucional

2008 - 2010 Vínculo: Estagiário, Enquadramento funcional: Pesquisadora-estagiária em TV Digital, Carga horária: 20, Regime: Parcial

2007 - 2007 Vínculo: FAAC WebTV, Enquadramento funcional: Bolsista Pró-Reitoria Extensão Universitária, Carga horária: 12, Regime: Parcial

Atividades

2008 - Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru

Participação em projetos:

Mapeamento da Competência em Informação na TV Digital

2007 - 2007 Projetos de pesquisa, Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru

Participação em projetos:

O Ecoturismo em Brotas: uma proposta de conteúdo para a TV Digital Interativa

Projetos

2008 - Atual Mapeamento da Competência em Informação na TV Digital

Descrição: Investigação sobre o grau de conhecimento dos diversos públicos de uma determinada comunidade no tocante à TV Digital, considerando as necessidades específicas destes grupos que estão inseridos na chamada sociedade da informação e conhecimento. A metodologia compreende a coleta de dados mediante a realização de oficinas-piloto onde o tema central é trabalhado sob o enfoque dos princípios da Competência em Informação e com a aplicação de diagrama Belluzzo, instrumento desenvolvido e validado, resultante do projeto de pesquisa envolvendo novas condutas de gestão da informação na área de comunicação. São investigadas e verificadas a competência informacional e comunicacional do universo selecionado (crianças, jovens, adultos e idosos da cidade de Bauru-SP) mediante a observação participante junto a esses segmentos das escolas públicas municipais de Bauru e da universidade aberta à terceira idade (UATI-USC) para identificar como assimilam, conceituam e lidam com as tecnologias de informação e conhecimento, com ênfase na televisão digital, no sentido de contribuir para a construção do conhecimento e o exercício da cidadania na sociedade contemporânea.

Situação: Em Andamento Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Mestrado profissionalizante (14); Doutorado (1);

Integrantes: Giovana Sanches; Regina Célia Baptista Belluzzo (Responsável)

Financiador(es):

2007 - 2007 O Ecoturismo em Brotas: uma proposta de conteúdo para a TV Digital Interativa

Descrição: Desenvolvimento de uma série de reportagens sobre o desenvolvimento sustentável da

cidade de Brotas (SP). Esse série serviu como conteúdo principal para as aplicações interativas desenvolvidas em IPTV por uma equipe do Laboratório de Tecnologia da Informação Aplicada da Unesp de Bauru (SP). O recurso interativo explorado foi o Enhanced TV, objetivando aprofundar o conteúdo das reportagens principais. Produto desenvolvido como Trabalho de Conclusão do curso de Jornalismo da pesquisadora.

Situação: Concluído Natureza: Pesquisa

Alunos envolvidos: Graduação (1);

Integrantes: Giovana Sanches (Responsável); Maria Helena Gamas

Financiador(es):

Áreas de atuação

1. Comunicação

Idiomas

Inglês	Compreende Pouco, Fala Razoavelmente, Escreve Razoavelmente, Lê Razoavelmente
Português	Compreende Bem, Fala Bem, Escreve Bem, Lê Bem

Produção em C, T& A

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. ANGELUCI, A. C. B., SANCHES, G., REDONDO, L.V.A.

Oficina de Construção de Conhecimento Sobre TV Digital: uma experiência de mapeamento da competência em informação. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Impresso). , v.4, p.64 - 72, 2008.

Palavras-chave: TV Digital, Competência em Informação, TIC

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewPDFInterstitial/123/136>]

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. SANCHES, G.

Reflexões sobre o papel da interatividade no aprendizado coletivo In: II Simpósio de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã – LECOTEC, 2009, Bauru - SP.

Anais 2º Simpósio de Comunicação, Tecnologias e Educação Cidadã. , 2009. v.2.

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, TIC, Aprendizado Coletivo

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page: [<http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/lecotec2009/>]

2. SANCHES, G.

Soletando: como potencializar a educação informal via televisão digital In: I Simpósio Internacional

de Televisão Digital, 2009, Bauru - SP.

Anais 1º Simpósio Internacional de Televisão Digital. , 2009.

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Soletando

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/simtvd/trabalhos.php]

3. JESUS, A.C., SANCHES, G.

TV pública digital e interatividade: como colaborar com a formação de cidadãos? In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2009, Curitiba - PR.

Comunicação, educação e cultura na era digital. , 2009.

Palavras-chave: Cidadania, Televisão Pública, TV Digital; Interatividade; Educação Informal

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_DT5-CD.htm]

4. SANCHES, G., PORANGABA, T. P., ARAUJO, T. L., MORGADO, E. M.

A Interatividade como Complemento ao Conteúdo Telejornalístico na TV Digital In: VI Fórum de Oportunidades em Televisão Digital Interativa, 2008, Poços de Caldas.

Fórum de Oportunidades em Televisão Digital Interativa. Poços de Caldas: Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2008. v.6.

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Telejornalismo; IPTV

Áreas do conhecimento: Comunicação, Radiodifusão, Interação Humano-Computador

Setores de atividade: Desenvolvimento de Programas (Software), Outros

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://tvdilab.inf.pucpcaldas.br/tvdi2008/cd_tvdi2008/index.htm]

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. JESUS, A.C., SANCHES, G.

Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU In: I Simpósio Internacional de Televisão Digital, 2009, Bauru - SP.

1º Simpósio Internacional de Televisão Digital: resumos.. , 2009. v.1.

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Televisão Pública, Televisão Educativa

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

2. SANCHES, G.

O Ecoturismo em Brotas: Uma Série de Reportagens Sobre Desenvolvimento Sustentável In: II Seminário Lecotec de Comunicação e Ciência – LECOMCIENCIA, 2009, Bauru - SP.

Anais 2º Seminário LECOTEC de Comunicação e Ciência: resumos. , 2009. v.2.

Palavras-chave: Ecoturismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Telejornalismo, Educação Informal

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

3. SANCHES, G.

Reflexões sobre o papel da interatividade no aprendizado coletivo In: II Simpósio de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã – LECOTEC, 2009, Bauru - SP.

2º Simpósio de Comunicação, Tecnologias e Educação Cidadã: resumos.. , 2009. v.2. p.69 - 69

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, TIC, Aprendizado Coletivo

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

4. SANCHES, G.

Soletando: como potencializar a educação informal via televisão digital In: I Simpósio Internacional de Televisão Digital, 2009, Bauru - SP.

Anais 1º Simpósio Internacional de Televisão Digital: resumos. , 2009. v.1. p.51 - 51

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Soletando

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

5. JESUS, A.C., SANCHES, G.

TV pública digital e interatividade: como colaborar com a formação de cidadãos? In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2009, Curitiba - PR.

Programa do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 4 a 7 de setembro de 2009, Curitiba: comunicação, educação e cultura na era digital. , 2009. p.154 - 154

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Televisão Pública, Cidadania
Áreas do conhecimento: Comunicação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

6. SANCHES, G., PORANGABA, T. P., MORGADO, E. M., ARAUJO, T. L.
A interatividade como complemento ao conteúdo telejornalístico na TV Digital In: I Simpósio LECOTEC de Comunicação e Tecnologias Interativas, 2008, Bauru - SP.

Anais do 1º Simpósio LECOTEC de Comunicação e Tecnologias Interativas., 2008. p.102 - 102

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Telejornalismo; IPTV
Áreas do conhecimento: Comunicação, Interação Humano-Computador
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso

Apresentação de Trabalho

1. JESUS, A.C., SANCHES, G.

Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU, 2009. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Televisão Educativa, Televisão Pública
Áreas do conhecimento: Comunicação
Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Unesp; Cidade: Bauru - SP; Evento: I Simpósio Internacional de Televisão Digital - Seminário de Dissertação; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

2. JESUS, A.C., SANCHES, G.

Conteúdos Jornalísticos-Educativos para a TVU, 2009. (Outra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Televisão Educativa, Televisão Pública
Áreas do conhecimento: Comunicação
Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Unesp; Cidade: Bauru - SP; Evento: Colóquio: Televisão Digital; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

3. SANCHES, G.

Reflexões sobre o papel da interatividade no aprendizado coletivo, 2009. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: TIC, TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Aprendizado Coletivo
Áreas do conhecimento: Comunicação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/lecotec2009/>; Local: Unesp; Cidade: Bauru; Evento: II Simpósio de Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã – LECOTEC; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

4. SANCHES, G.

Soletrando: como potencializar a educação informal via televisão digital, 2009. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Educação Informal, Soletrando
Áreas do conhecimento: Comunicação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/simtdv/trabalhos.php>; Local: Unesp; Cidade: Bauru - SP; Evento: I Simpósio Internacional de Televisão Digital - Grupo de Trabalho; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista

5. JESUS, A.C., SANCHES, G.

TV pública digital e interatividade: como colaborar com a formação de cidadãos?, 2009. (Congresso, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Interatividade, TV Digital, Televisão Pública, Educação Informal, Cidadania
Áreas do conhecimento: Comunicação
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_DT5-CD.htm; Local: Universidade Positivo; Cidade: Curitiba - PR; Evento: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom

6. SANCHES, G., PORANGABA, T. P., MORGADO, E. M., ARAUJO, T. L.

A interatividade como complemento ao conteúdo telejornalístico na TV Digital, 2008. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: TV Digital; Interatividade; Telejornalismo; IPTV
Áreas do conhecimento: Comunicação, Interação Humano-Computador
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: Unesp; Cidade: Bauru; Evento: 1º Simpósio LECOTEC de Comunicação e Tecnologias Interativas; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

7. SANCHES, G., MORGADO, E. M., PORANGABA, T. P.

Aplicações Interativas para TV Digital, 2008. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Unesp; Cidade: Bauru; Evento: II Seminário do Grupo de Estudos Audiovisuais – GEA; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

8. SANCHES, G., PORANGABA, T. P., NACARI, A., MORGADO, E. M., MASTELARI, F.
Reflexões Sobre o Projeto TVDE – Televisão Digital Educativa, 2008. (Outra, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Interface, Internet, Web 2.0, Interatividade, Educação Informal, TV Digital

Áreas do conhecimento: Comunicação, Interação Humano-Computador, Desenho Industrial

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: Unesp; Cidade: Bauru - SP; Evento: X Jornada Multidisciplinar: AS Múltiplas Faces da Constituição Cidadã; Inst.promotora/financiadora: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Demais produções bibliográficas

1. SANCHES, G., PORANGABA, T. P., MORGADO, E. M., MASTELARI, F., NACARI, A.
Reflexões Sobre o Projeto TVDE – Televisão Digital Educativa. Colóquio. , 2008. (Outra produção bibliográfica)

Palavras-chave: TV Digital, Interatividade, Usuário, Middleware, Interface, Internet, Web 2.0

Áreas do conhecimento: Comunicação, Interação Humano-Computador, Desenho Industrial

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/giovanaet.al.doc>

Artigo aceito para apresentação no Colóquio Internacional Televisão e Realidade da Universidade Federal da Bahia, em Salvador.

Produção Técnica

Demais produções técnicas

1. SANCHES, G.
Enfoca, 2004. (Outra produção técnica)

Palavras-chave: Telejornalismo, Calouros Universitários

Áreas do conhecimento: Comunicação

Referências adicionais: Brasil/Português.

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) **VI Fórum de Oportunidades em Televisão Digital Interativa**, 2008. (Congresso)

A Interatividade como Complemento ao Conteúdo Telejornalístico em TV Digital.

2. **Oficina Alto Astral de Redação**, 2008. (Oficina).

3. **TV: do Social ao Digital**, 2006. (Encontro).

4. **Métodos e Técnicas de Entrevista em Rádio na Cobertura de Ciências**, 2005. (Outra).

5. **Nas Ondas do Rádio – Informação, Serviço Social, Cultura e Entretenimento**, 2005. (Seminário).

6. **Interfaces das Representações Urbanas em Tempos de Globalização**, 2005. (Simpósio).

7. **Opinião Pública e a Crise Política**, 2005. (Outra).

8. **Sociedade e Valores Humanos**, 2004. (Seminário).

Organização de evento

1. CARVALHO, J. M., GOBBI, M.C., JESUS, A.C., MORGADO, E. M., MÉDOLA, A.S., CASTRO, C.E. de, ANGELUCI, A. C. B., FEITOSA, D. F., SOUZA, E.O. de, ZUZA, E. S., MACHADO, F. O., SANCHES, G., SETTE, G.M., LEMOS, J. G., ALVES, K.C., LUZ, M.L.S.A., XAVIER, R.S., SOUZA, T.M.M.M., ALMEIDA, W.F.de

I Simpósio Internacional de Televisão Digital - SIMTVD, 2009. (Outro, Organização de evento)

Palavras-chave: TIC, Cultura Digital, EAD, TV Digital

Áreas do conhecimento: Comunicação, Educação, Divulgação Científica

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Outro

ANEXO B - Entrevista na íntegra: José Roberto Garcez, diretor da EBC Serviços. Por e-mail.

1- O que mudou com a passagem da Radiobrás para a EBC (Empresa Brasil de Comunicação)?

Quase tudo mudou. A lei que criou a EBC é muito mais abrangente que a norma de criação da Radiobrás. A Radiobrás existia, basicamente, para fazer a divulgação de ações do governo. Era, portanto, uma típica estrutura de comunicação estatal. A lei que cria a EBC é quase uma regulamentação do artigo 223 da Constituição que fala da complementaridade entre comunicação pública, privada e estatal. A lei 11.652 define os parâmetros com que deve ser prestado o serviço de comunicação pública. Concretamente, a EBC está sujeita a um controle social exercido pelo Conselho Curador que é o responsável pela definição das diretrizes de programação de conteúdo dos veículos públicos da empresa, como a TV Brasil, as oito emissoras de rádio e a Agência Brasil. Já a Radiobrás estava sujeita diretamente ao controle do governo exercido pelo Ministro chefe da Secretaria de Comunicação. Outra diferença fundamental: a EBC tem fontes diversificadas de financiamento. Uma empresa como a Radiobrás, que dependia quase exclusivamente do financiamento pelo orçamento da União, ficava dependente. A EBC pode ter outros recursos para se financiar, o que sustenta sua autonomia. Mais uma diferença essencial: a EBC tem uma finalidade de construção e coordenação de um sistema público de comunicação. Ou seja, a EBC deve ser uma empresa de abrangência nacional, constituindo rede, inclusive para estimular a produção de conteúdo regionalizado. Assim, promovemos a diversidade cultural e a valorização dos conteúdos regionais.

2- Qual é o papel do governo na EBC?

Durante um bom tempo, o governo ainda será o principal financiador da EBC até que nos tornemos uma empresa não-dependente, principalmente pela prestação de serviços de comunicação para terceiros. Hoje, aliás, é o próprio governo o principal cliente da EBC Serviços, o braço de negócios da empresa. É por meio da EBC Serviços, que mantém contrato com a Secom, que a empresa recebe parte importante de suas receitas. O governo também deve ser o principal fiador do cumprimento da lei que protege a EBC das interferências políticas na sua linha editorial. Um governo deve cumprir a lei da EBC que assegura autonomia editorial aos seus veículos públicos.

3- A TV Brasil, além de pública, é uma TV educativa?

O conceito de TV educativa, tal como existe na legislação brasileira, me parece ultrapassado. A televisão educativa nasceu no Brasil para servir como auxiliar pedagógico. Com o tempo evoluiu para uma televisão generalista e hoje encontra-se em transição para transformar-se em TV pública. Se usarmos o termo educativa em sentido amplo, é claro que a televisão pública também serve para a formação dos seus espectadores. Mas, esse papel também é cumprido pelas televisões comerciais. Todas as televisões - e, por extensão, todos os veículos de comunicação, especialmente os eletrônicos - cumprem um papel formador da cidadania. Esse é um papel previsto pela Constituição.

4- Quais os principais objetivos da TV Brasil?

São os que estão na sua lei de criação. Transcrevo os primeiros artigos da lei 11.652.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;
- VI - não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;
- VII - observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;
- VIII - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- IX - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

- I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;
- IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;
- V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;
- VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;
- VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;
- VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e

IX - estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

Alguns desses princípios são transcrição da Constituição Federal. Outros, porém, demonstram a vontade do governo, quando criou a EBC, de preservar sua autonomia e assegurar que os veículos da empresa prestem um serviço público de alta relevância. Se fosse preciso destacar apenas um dos objetivos determinados pela lei, ressaltaria o item 3 do artigo 3º: "fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação da sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação". Só uma televisão pública, como é o caso das emissoras da EBC, vê o cidadão como um sujeito portador de direitos, principalmente o direito à informação e à comunicação. Estes não são direitos ainda reconhecidos pela maioria da população. Inclusive, porque a mídia privada comercial faz propaganda inversa: a comunicação não seria um serviço público e sim apenas um negócio para dar lucro.

5- Como está o projeto de criar uma rede de TVs públicas lideradas pela TV Brasil? Qual o objetivo dessa parceria?

Nesse momento, estamos completando o ciclo de assinaturas dos contratos formais de associação com as emissoras públicas estaduais. Apenas a televisão pública do Rio Grande do Sul optou por não integrar a rede pública de televisão. Todas as demais participam da rede, contribuindo com sua produção para a formação de uma grade de programação que contemple a diversidade de conteúdos regionais que mostram a extraordinária riqueza do Brasil. E este é o principal objetivo das nossas parcerias de rede: enquanto as emissoras comerciais privadas tendem a concentrar sua produção quase exclusivamente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo, a TV Brasil tem como objetivo distribuir conteúdo produzido em todos os estados, com todos os sotaques. Também temos uma expressiva participação da produção audiovisual independente no conteúdo que veiculamos, em mais um estímulo à pluralidade. Assim, rompemos com o modelo de produção vertical e concentrada que a televisão comercial brasileira adotou. A regra das emissoras comerciais é produzir quase todo o conteúdo que exibem e concentrar essa produção em uma emissora cabeça-de-rede, enquanto as demais apenas retransmitem; No nosso caso, as parcerias com as emissoras estaduais visam não apenas a retransmissão de um conteúdo simultâneo, mas principalmente o estímulo à produção local que, em muitos casos, acaba também tendo veiculação nacional.

6- Quais as principais diferenças entre uma TV pública e uma TV estatal?

Basicamente, são duas as diferenças: uma televisão pública tem seu conteúdo produzido sob controle social que garante sua autonomia editorial e tem independência financeira. Já as televisões estatais estão sob controle governamental e tem como única fonte de financiamento o orçamento da unidade federativa a qual estão vinculadas.

7- Por que a audiência das televisões públicas é tão baixa?

A primeira razão é a péssima qualidade do seu sinal de transmissão. Consequência de seus reduzidos orçamentos, as emissoras públicas não dispõem

de equipamentos de qualidade e nem de redes de retransmissão com abrangência. Com isso, o sinal captado nas casas dos telespectadores é de baixa qualidade, ao contrário do sinal das emissoras comerciais, geralmente de excelente padrão. O espectador não vai trocar de emissora com tamanho desnível de qualidade. Também as produções das emissoras públicas são de baixa qualidade, não explorando todo o potencial que a televisão exige. Geralmente nossas produções limitam-se a fórmula de programas em estúdio. Também por causa dos baixos orçamentos não temos condições de contratar profissionais com talento para a produção audiovisual. A soma desses fatores faz com que a quase totalidade das produções das emissoras públicas não seja atraente. Também não exploramos a inovação e a experimentação que poderia justificar a audiência com base na novidade e na surpresa que poderíamos causar no espectador.

8- O senhor acredita que as emissoras públicas representam um espaço para a experimentação da interatividade na TV digital?

Essa é, talvez, a maior possibilidade que a televisão pública tem de aumentar o seu prestígio e sua audiência. As possibilidades inovadoras que a interatividade proporciona para a televisão podem ser o diferencial para que nos tornemos uma efetiva opção para o público. Só a televisão pública pode fazer da interatividade não apenas uma possibilidade de aumentar os negócios feitos pela televisão, mas constituir-se como elemento de valorização da cidadania. A possibilidade de produção e troca de conhecimento pelo caminho da interatividade na TV digital só pode ser aproveitada ao máximo pela televisão pública. E esse pode ser o caminho também para a conquista de públicos mais jovens que estão se afastando da televisão e, atualmente, não encontram atrativo na televisão pública.

9- Na sua opinião, a TV digital interativa pode ser um veículo que colabore com o aumento do conhecimento dos interagentes?

Sem dúvida, a TV digital deve ser um instrumento da multiplicação do conhecimento. Como Paulo Freire já ensinou na educação é a troca de conhecimentos que enriquece a todos os agentes desse processo. E a televisão pode multiplicar em escala imensa essa interação entre o público.

10- Com a chegada da interatividade na TV digital, o senhor acredita que, no futuro, as emissoras públicas possam conquistar audiência se apostarem nessa tecnologia?

Difícilmente haverá outra oportunidade para as emissoras públicas superarem os baixos índices de audiência e a preferência dos espectadores pela televisão comercial. É preciso apostar no diferencial de uma programação que aproveite na integralidade o potencial da tecnologia digital para conquistar os públicos que estão trocando a televisão por outros meios. Talvez não haja nas próximas décadas outra oportunidade para as emissoras públicas ultrapassarem o fosso que as separa hoje da qualidade técnica e da programação das televisões comerciais.

11- E quais benefícios a multiprogramação nas emissoras públicas pode trazer aos telespectadores/interagentes?

Assim como o negócio das emissoras privadas comerciais é o lucro, o negócio das emissoras públicas é o conteúdo. Assim, no nosso caso, quanto mais conteúdo, melhor. E a multiprogramação oferece mais possibilidades de janelas de

exibição de conteúdo. Como não precisamos do mercado para financiar com publicidade a produção de nossa programação, a televisão pública pode explorar ao máximo, inclusive, o potencial de nichos que a multiprogramação proporciona. E também podemos dispor dessas janelas de exibição para mostrar a produção de conteúdo dos próprios espectadores, numa demonstração de que o direito à comunicação naturalmente prevê o acesso de todos à possibilidade de produzir seu conteúdo próprio. Mais uma vez a tecnologia digital proporciona isso, pois democratizou a condição de produção.

12- Qual a sua opinião a respeito das televisões universitárias?

No campo das televisões públicas é a televisão universitária que tem o compromisso mais forte com a radicalização da experimentação. Por estar mais próxima da sede da produção de conteúdo que é a universidade, é a televisão universitária que pode estimular a produção de conteúdo experimental, inovador e ousado. E para isso tem que aproveitar a falta de compromisso dos jovens estudantes com as fórmulas prontas que já são oferecidas pela televisão tradicional.

ANEXO C - Entrevista na íntegra: Sérgio Ferreira do Amaral, Professor Livre-Docente na Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas. Por e-mail.

1- Qual a sua opinião sobre a educação informal?

Ela é tão importante e fundamental quanto a educação formal.

2- O senhor acha que os programas televisivos podem influenciar as pessoas que os assistem? Por que? De que forma?

Sim, pois no Brasil mais de 90 % da população tem acesso a TV aberta e é o único veículo de comunicação disponibilizado. Outro fato importante é que 4 horas/dia é a média que um adulto brasileiro passa na frente da TV. Desta forma, temos uma concentração muito grande no papel que a TV aberta tem com relação à formação de opinião pública.

3- Na sua opinião, qual é o papel das novas tecnologias na vida das pessoas no que se refere à educação?

É necessária, pois a tecnologia digital está muito presente na vida das pessoas (TV, computador, celular, videogame, etc). Dessa forma, precisamos incorporar as novas tecnologias como recursos didáticos-pedagógicos em sala de aula.

4- Como educador, como o senhor vê a implantação da TV Digital no Brasil?

Uma grande possibilidade de democratizar a produção de conteúdo, principalmente educacional e, ao mesmo tempo, recuperar o espaço da TV para desenvolvimento de programas de educação a distância.

5- Acha que ela pode ser benéfica dentro e fora das salas de aula?

Sim, pois ela está presente no cotidiano das pessoas, faz parte da cultura do brasileiro.

6- Considerando a TV digital no contexto da educação informal (tomando como definição resumida o tipo de educação que o indivíduo recebe durante toda a vida fora da grade curricular das escolas), o senhor acha que ela pode ser um instrumento para colaborar no aumento de conhecimento dos interagentes?

A TV digital permite a produção de conteúdo diversificado, ou seja, não é a reprodução da TV que temos hoje, onde poucos produzem para muitos. A TV digital trará a pluralidade, canais específicos para educação, onde será possível a participação nos conteúdos.

7- Quando a interatividade estiver funcionando na TV digital, como o senhor considera que ela possa ser útil no processo de educação informal dos interagentes?

Esta é uma cultura atual, a sociedade digital está sendo cada vez mais direcionada para a participação interativa no conteúdo. O telespectador quer interagir com o conteúdo e isto poderá oferecer muitas possibilidades para o desenvolvimento de conteúdo educacional.

8- Imagina-se que as emissoras comerciais dificilmente explorarão a fundo a interatividade devido ao atual modelo de negócios. As televisões públicas podem ser uma alternativa, um campo de experimentação neste sentido?

Sim, provavelmente as emissoras comerciais explorarão mais os aspectos de serviços e novos modelos de negócios. Cabe às TV públicas e aos canais específicos educacionais o papel de desenvolver conteúdo educacional.

9- Com a implantação da TV digital, o senhor acredita que as emissoras públicas poderão cumprir melhor o seu papel de contribuir na formação de cidadãos?

Sim, mas teremos também o canal da cidadania e da educação, pois, o projeto do sistema brasileiro de TV digital prevê a implantação em cada cidade destes dois canais de TV aberta. Um é direcionado a cidadania, onde serão veiculados programas para formação e desenvolvimento da cidadania, e o outro é específico para educação, onde poderão ser oferecidos programas de educação a distância.

ANEXO D - Entrevista na íntegra: Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes Soares, do Departamento de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Por telefone.

1- No ano passado, a UIT aprovou o Ginga para IPTV e, posteriormente, para transmissão TVD, certo? Pode nos explicar melhor essas conquistas?

A primeira proposição, ou seja, o Ginga-NCL para IPTV, foi, na verdade, uma proposição que partiu dos japoneses. Não foi nem o Brasil que fez essa proposição. Depois, o I.T.U. convidou o Brasil a defender a proposta, ou seja, convidou especificamente a PUC. E depois de quase dois anos de discussões dentro do I.T.U.-T [inaudível], o Ginga-NCL se tornou o primeiro padrão mundial para IPTV, pra serviços IPTV. Logo depois, alguns meses depois, o I.T.U.R. também aprovou o Ginga-NCL como um dos padrões para TV digital terrestre. Agora, é um pouco diferente porque o I.T.U.R. só recomenda padrões. Ele reconhece tais padrões. Entre eles estava o padrão brasileiro Ginga-NCL. Já o I.T.U.P. não. O Ginga-NCL é padrão I.T.U.P, então, ele não é o reconhecimento de um outro padrão. Ele é o próprio padrão I.T.U.P. E, por enquanto, é o único padrão para IPTV.

2- O que muda para o padrão brasileiro com essa aprovação?

Muda primeiro porque começa um interesse mundial pela adoção do Ginga, ou seja, as instituições se sentem muito mais seguras na adoção de um padrão mundial já que agora você tem um órgão mundial por trás, que é o I.T.U.P. para manter esse padrão, e não apenas instituições privadas. Então, isso é uma força muito grande. Segundo porque como ele é um padrão mundial e aprovado no I.T.U.P, na realidade ele foi aprovado por vários países. Isso significa que ele passou por um crivo de vários países, ou seja, é uma proposta conjunta. Neste sentido, o Ginga-NCL deixa de ser, realmente, brasileiro, pra ganhar um *status* mundial. Então, isso é muito importante até na questão de produção de equipamentos, pra economia de escala, etc.

3- Os aplicativos feitos em Ginga conseguem rodar em outros padrões? Os padrões conversam?

Não. Os aplicativos feitos no Ginga vão rodar no Ginga. Pra eles rodarem nos outros padrões, os outros padrões têm que falar Ginga. Agora, se você fizer os aplicativos em Ginga-NCL, por exemplo, como ele é uma linguagem multi[inaudível], ele admite objetos que poderiam ser feitos nos outros padrões. Então, por exemplo, o Ginga-NCL poderia ter, dentro dele, um objeto DML [inaudível], que é exatamente o padrão japonês. Se você fizer dessa forma, você teria um conteúdo que poderia rodar no Brasil e no Japão. Da mesma forma, se você fizesse dentro do Ginga-NCL utilizando um objeto que fosse de um outro padrão qualquer, você também poderia rodar no Brasil e lá fora nesse padrão. Agora, a interoperabilidade, vamos dizer assim, entre os vários padrões existentes, normalmente exige uma conversão.

4- O Ginga-NCL já está pronto para ser comercializado?

O Ginga-NCL está pronto para ser comercializado desde 2007. E o Ginga-Java está indo este mês, ainda, ou no mais tardar no mês que vem, à consulta pública.

5- O que falta, exatamente, para o Ginga-Java também poder ser comercializado?

O Java precisa primeiro ser aprovado em consulta pública. Depois de aprovado em consulta pública ele entra em fase de implementação, mesmo. Essa consulta é através da ABNT.

6- A ABNT já publicou as normas do NCL e, agora, falta publicar as do Java?

Agora estaria publicando a do Java, exatamente.

7- Há alguma previsão para o Java chegar ao mercado, depois que ele for aprovado?

Depende. O que acontece é que cada sub-instância já está fazendo as suas coisas e a gente não sabe porque eles não revelam. Eu não sei quão rápido eles vão conseguir jogar no mercado. Mas, eu acredito que, no máximo este ano vai ter, sim. Essa é a única certeza que eu tenho.

8- E é isso que falta: o Ginga no mercado para as emissoras começarem a produzir mais conteúdos interativos?

Sim, claro. Porque enquanto isso não acontecer, as emissoras vão continuar fazendo as coisas experimentalmente. E até experimentalmente elas não sabem, ainda, qual é a reação do público pra elas melhorarem, inclusive, os seus programas. Então, o Ginga estar no mercado é essencial.

9- Pela sua experiências, nos laboratórios e nas pesquisas, o senhor acredita que vai ter uma boa aceitação da interatividade na TV pelo público?

Não é pela experiência, mas eu acredito pela internet. Você vê o sucesso que é (a interatividade) na internet. Eu acredito pela outra mídia que explora ao extremo a interatividade, como todo mundo fica ligado.

10- A LG lançou televisores que já vêm com o Ginga. Mas, como os consumidores farão quando as versões do *middleware* forem atualizadas e lançadas no mercado?

É o seguinte: o padrão não diz como o fabricante tem que atualizar, ou seja, cada fabricante vai ter a sua própria solução de atualização. Não existe um padrão de atualização. Cada fabricante vai ter que dar suporte à sua atualização da forma como bem entenderem adequada aos seus produtos.

11- Por que existem duas versões - a NCL e a JAVA?

Tudo o que você faz com NCL e LUA, você faz com Java e vice-versa. Agora, existem coisas que são mais fáceis e têm um desempenho melhor se forem feitas em NCL e LUA. E outras em Java. Então, essa é a razão. Normalmente, se você pegar todos os vídeos do mundo, eles têm um suporte declarativo e um suporte interativo. Pensa, por exemplo, no computador. O computador tem tudo: tem Java, tem LUA, tem NCL, tem HTML, tem Smile, tem C, tem um monte de coisas. O ideal seria você ter tudo porque você sempre utilizaria aquilo para os mais apropriados. Só que, na televisão, não dá para você fazer tudo porque sai muito caro. Então, essa é a razão porque limita. Agora, por que, então, não se aplicar um só? Não ficar com um só porque aí você tem um limite que não é, digamos, um limite do que você pode fazer, mas é um limite do que é melhor. Qual é o melhor

desempenho? Infelizmente, não dá pra você ter tudo. Então, você escolhe um conjunto mínimo que seja um conjunto bom. O conjunto que o Brasil escolheu é o melhor que tem no mundo.

12- Seria, então, pra facilitar, pra dar mais opções para os produtores de conteúdo?

É. Pra fazer os aplicativos de forma eficiente e rápida.

13- Então, quando o Ginga-J for aprovado, todos os set-top boxes e televisores digitais deverão vir com essas duas versões embutidas?

Vão com as duas versões. Todos não. Os dispositivos fixos têm que ter NCL e Java. Agora, para os dispositivos portáteis, é só o NCL.

14- Pensando no modelo de negócios das emissoras de TV, principalmente das comerciais, o senhor acredita que elas vão usufruir o Ginga e explorar a interatividade na TVD, já que ela deve atrapalhar o fluxo da programação?

Não atrapalha, não. E elas já estão explorando isso. Na TV a Globo tem novela com interatividade no ar, passando. Desde o ano passado a Globo transmite o carnaval com interatividade. A Record também tem novelas com interatividade. O SBT também está fazendo vários testes de explicações com interatividade. Ou seja, elas vão fazer, sim. Principalmente em eventos esportivos. As emissoras queriam que a gente estivesse já numa fase mais avançada pra que a Copa agora, de 2010, já fosse bastante interativa. A interatividade em eventos esportivos é muito interessante.

15- Apesar da legislação da TV digital prever a veiculação de conteúdos culturais, educativos, não há o risco das emissoras comerciais usarem a interatividade apenas para t-commerce ou entretenimento?

Eu acho que a interatividade é mais voltada pra esse tipo de conteúdo educativo, cultural do que aos outros. Agora, acontece que as emissoras não têm interesse nesse tipo de conteúdo. Você pega as emissoras e vê que esses programas mais educativos passam 4 horas da manhã, 5 horas da manhã. Nunca jogam pra um horário nobre um programa desses. Passam porque são obrigados a passar, é uma questão de lei. Isso não dá lucro pra elas e elas estão visando lucro. Agora, eu acredito que as TVs públicas, a TV Brasil, a TV Cultura, etc., vão explorar muito a interatividade do ponto de vista educativo. As outras emissoras eu não acredito. A não ser que tenha a lei obrigando, porque elas não têm interesse. O interesse delas é lucro e isso não dá lucro.

16- Como o senhor acredita que se dará o canal de retorno no Brasil?

Acho que vai ser usado normalmente. Dependendo das aplicações de forma comercial, para a compra de coisas, para a aquisição de informações adicionais, em aplicações educativas estão explorando muito as individuais – testes, quizz, etc. Existe um misticismo muito grande. O canal de retorno é um canal qualquer, é uma rede qualquer. Você tem a rede de difusão, você tem a outra rede de retorno. A única diferença é que o canal de retorno você paga. A rede de difusão, não. Ela é aberta. O canal de retorno você vai ter que pagar alguma taxa, pra

alguma rede que você entra. É uma rede como outra qualquer. É uma rede como a de difusão.

17- E a tendência é, mesmo, das emissoras abrirem esse espaço para terem um *feedback* dos interagentes?

Com certeza. Isso vai ser um lucro danado pra elas. Elas já fazem isso. Quando, no Big Brother, todo mundo pega o telefone e liga, é um canal de retorno. Só que é um canal de retorno que não está ligado na televisão. Elas já exploram o canal de retorno tremendamente, todas elas. Aliás, o Brasil é o recordista mundial na exploração do canal de retorno. Aquele Show do Milhão, do SBT, por exemplo, nunca teve no mundo – está no Guinness.

18- Mesmo sendo pela internet, por exemplo, continua sendo uma forma das emissoras visarem lucro?

É, com certeza. Lucro para as emissoras, lucro para as operadoras de telecomunicações... Porque, pra você entrar na internet você está pagando.

19- Pra finalizar, como sendo um dos desenvolvedores do Ginga, o senhor pode fazer uma defesa do *middleware* brasileiro?

A defesa do *middleware* brasileiro é muito fácil. Primeiro porque, tecnologicamente, é o melhor *middleware* que tem. Segundo é que ele é um *middleware* aberto, ou seja, por ser aberto, ele permite exatamente que o país possa, realmente, dominar a tecnologia que estaria impedido se tivesse adotado outro *middleware* qualquer. Mesmo se o nosso *middleware* não fosse tão bom quanto ele é, ele já teria essa vantagem do domínio tecnológico no país. O domínio significa mais emprego, mais emprego de qualidade, poder de decisão no país e tudo mais. Por aí é uma vantagem. E a segunda vantagem é, realmente, porque é o melhor *middleware* que tem.

**ANEXO E - Material didático utilizado na elaboração do conteúdo do
programete - Anglo: ensino médio: livro-texto, organizado por Francisco
Platão Savioli.**



Capítulo

3

Variantes lingüísticas

1 INTRODUÇÃO

Texto 1

Sedia la fremosa seu sirgo torcendo,
Sa voz manselinha fremoso dizendo
Cantigas d'amigo.

Cantiga nº 321. *Cancioneiro da Vaticana*.



Texto 2

Estava a formosa seu fio torcendo,
Sua voz harmoniosa, suave dizendo
Cantigas de amigo.

Cleonice Berardinelli. *Cantigas de trovadores
medievais em Português moderno*. Rio de Janeiro:
Organ, Simões, 1953, págs. 58 e 59.

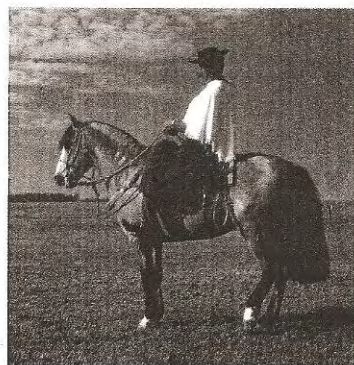


Texto 3

Campeneei de sol a sol
Nas estâncias de fronteiras
Peleei, corri carreiras,
Montei em potro aporreado,
Só honras tenho dado
À minha terra missioneira.

Filosofia de gaudério.

Noel Guarani. MPA-2011. in *Música popular do Sul 2*. Discos Marcus Pereira.



Claus C. Meyer / Pulsar

Texto 4



Picture Press

(...)

Pertei a espora no bicho
E danei a galopá
Mas o oiá da morena
Quase que fez eu voltar.

Hervê Cordovil. Me leva? Toada mineira.

J. C. Pelão Botezelli e Arley Pereira. *A música brasileira deste século por seus autores e intérpretes*. São Paulo: SESC, 2000, págs. 62 e 63, vol. 3.

Texto 5

Foi no forró de Sá Joaquina em Caruaru,
Compadre Mané Bento
Só faltava tu.
Eu nunca vi, meu compadre, folgança
[tão boa,
Tão cheia de biguente e de animação.

Jackson do Pandeiro. Forró em Caruaru.

J. C. Pelão Botezelli e Arley Pereira.

A música brasileira deste século por seus autores e intérpretes.

São Paulo: SESC, 2000, pág. 129, vol. I.



Picture Press

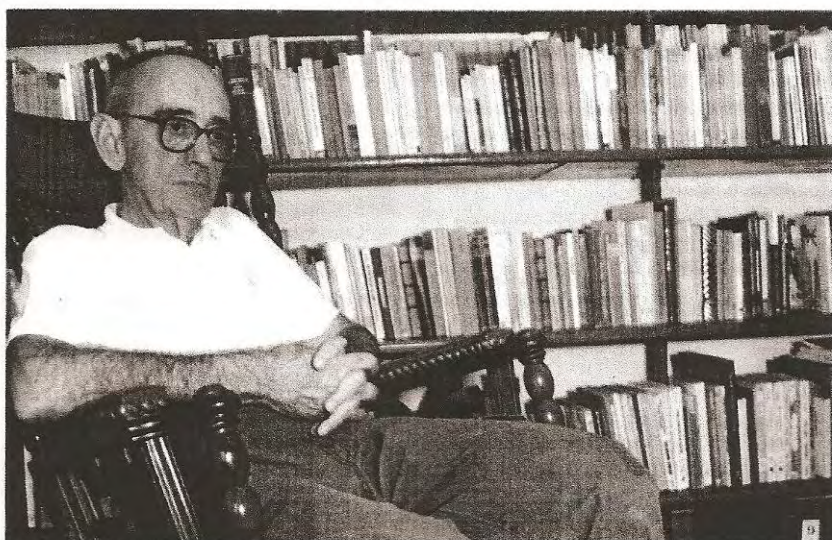
Texto 6

Veja: Mas não houve uma democratização da cultura, já antes, apenas os ricos e bem-educados tinham acesso aos bens culturais...

Paes: A vida social antigamente era mais intensa, mais rica. As relações humanas eram mais legítimas. Hoje estamos na época das multidões solitárias.

São as contradições da cultura capitalista: ela prega o individualismo, defende o individualismo, mas precisa da massificação para tocar o seu processo produtivo.

Entrevista do poeta José Paulo Paes nas "Páginas Amarelas" de *Veja*. 3/4/96, pág. 8.



O poeta José Paulo Paes.

Caetano Junior / AE

Texto 7

Interlocutor 1: Por que o senhor acha que o pessoal não está mais querendo tocar?

Interlocutor 2: É... a rapaziada nova agora não são mais como era quando nós ia, não senhora. Quando nós saía com o Congo nós levava aquele respeito com o mestre que saía com nós, né? Então nós ficava ali, se fosse tomar alguma bebida só tomava na hora que nós vinhesse embora.

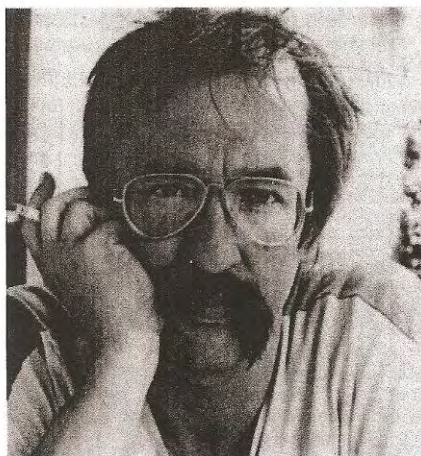
Do vestibular da Unicamp, 1987.



Picture Press

Texto 8

Estudei durante seis anos muito a vida de um paulista e fiz um filme sobre ele, que é o Mário de Andrade, um puta poeta muito pouco falado pelas ditas vanguardas modernistas. (...) Hoje em dia, felizmente, já existem vários trabalhos, há muita gente reavaliando a poética do Mário, que ela é muito mais importante e profunda do que aparentemente pareceu nestes últimos anos. Estudando o Mário, eu descobri que o Mário foi um exemplo do cara que morreu de amor, mas de amor pelo seu povo, pelo seu país, pela sua cultura. (...) Um outro cara como o Câmara Cascudo morre, os jornais dão uma notinha desse tamanhinho, escondidinho, um cara que deveria ter estátua em praça pública, devia ser lido, recitado.



Paulo Leminski

Os sentidos da paixão. Pág. 301. Trecho extraído da transcrição do debate que se seguiu à palestra do poeta Paulo Leminski: "Poesia: a paixão da linguagem", proferida durante o curso *Os sentidos da paixão*. Funarte, 1986.

Texto 9

Filho do escravo Guilherme da Cruz, mestre-pedreiro, e Carolina Eva da Conceição, ex-escrava, João da Cruz nasceu, sob Sagitário, em 24 de novembro de 1861, escravo, pelas leis do Império.

Futuro que o esperava: ser pedreiro como o pai, carregador, estivador, carpinteiro, vendedor ambulante, como os de sua raça e condição social.

E, então, aconteceu a anomalia.

O proprietário de seu pai, o Marechal-de-Campo Guilherme Xavier de Sousa e sua digníssima esposa, Dona Clarinda Fagundes Xavier de Sousa, a quem Deus não dera filhos, tomaram-se de amores paternas e maternas pelo menino, de sangue africano, sem mistura.

Fragmento de texto escrito, do mesmo autor do trecho anterior.
Paulo Leminski. *Vida: Cruz e Sousa: Bashô: Jesus: Trótski*.
Porto Alegre, Sulina, 1990, págs. 26 e 27.

Texto 10



Wilton Júnior / AE

Mas, se não pintar carona,
vale o perrengue assim mesmo.
Vai ser um chocolate do Mengão. (...)
O Romário meteu um, mas o time
[tá arroizando ele.

Registro de gíria carioca, informante
de 23 anos, colhido pelo repórter
Alexandre Medeiros, publicado
na revista *Época*, 14/12/98, pág. 66.

A leitura dos trechos transcritos pode dar a impressão de uma verdadeira salada lingüística, sintoma de que nossa língua está em decomposição.

Diante dessa variedade, há quem chegue a falar em degradação da língua, profetizando a morte do Português. Se, no entanto, isso for degradação, todas as línguas do mundo estão se degradando, pois essa variedade não é exclusiva do Português, mas um fenômeno comum a todas elas. Nenhuma língua é falada de modo igual por todos os falantes. Qualquer um sabe disso.

Não teríamos muita dificuldade para convencer ninguém de que todos esses trechos transcritos são diferentes formas de se falar o Português. Há diferenças entre um e outro, mas são relativamente pequenas, isto é, não são suficientes para dizermos que se trata de trechos pertencentes a idiomas diferentes. Na verdade, trata-se daquilo que os estudiosos chamam de **variantes lingüísticas**, ou seja, diferentes formas de se falar um mesmo idioma.

MANIFESTAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE AS VARIANTES

As diferenças que distinguem uma variante de outra se manifestam em quatro planos distintos, a saber:

2 Plano fônico

Procotólo

É o Procotólo
É a Cardeneta
É a Falcudade
É o Fenônemo
É o Pogresso

E é sempre um Crima
E aí Vareia
E a Largatixa
Que é o Pobrema

Essa é que é a Questã
Quanto Menas vezes falar dela é melhor
Com sastisfação

Carlinhos Vergueiro. CD "O cúmulo do samba".
66801249, DIN 197, faixa 3.

Observação

Essa letra seleciona certas palavras eruditas e as alterações de pronúncia que elas sofrem na boca de certos grupos sociais que não estão familiarizados com esses vocábulos.

Phoné em grego significa **som, voz**. Diferenças fônicas são, pois, aquelas que se manifestam no modo de pronunciar os sons constituintes da palavra.

Os exemplos de variação fônica são abundantes e, ao lado do vocabulário, constituem os domínios em que se percebe com mais nitidez a diferença entre uma variante e outra.

Entre esses casos, podemos citar:

- a queda do r final dos verbos, muito comum no Português oral: **falá, vendê, curti, compô** em vez de **falar, vender, curtir e compor**;
- o acréscimo de vogal no início de certas palavras: eu me **alembro**, o pássaro **avoa**, formas comuns na linguagem clássica, hoje freqüentes na fala caipira;
- a queda de sons no início de palavras: **ocê, cê, tá, tava** (comuns na língua oral), **marelo** (em vez de **amarelo**), **margoso** (em vez de **amargoso**), estes últimos característicos de falares regionais;
- a redução de proparoxítonas: **Petrópolis** (em vez de **Petrópolis**), **fórffi** (em vez de **fósforo**), **porva** (em vez de **pólvora**), todas elas formas típicas de pessoas de grupos sociais menos favorecidos;
- a pronúncia do lh intervocálico como i: **muié** (em vez de **mulher**), **óio** (em vez de **olho**), **moio** (em vez de **molho**);
- a pronúncia do l final de sílaba como u (na maioria das regiões do Brasil) ou como i (em certas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) ou ainda como r (na linguagem caipira): **quintau, quintal, quintar; pastéu, pastel, paster; farou (óu), farol, faror (ór)**;
- mudança do r no interior da sílaba: **largato, preguntar, estrupo, cardeneta**, típicos de variantes desprestigiadas socialmente.

3 Plano morfológico

Encontremo um home caído no chão,
Pensem que ele tinha bebido.

Adoniram Barbosa e Roberto Barbosa.
Tadinho do home. Folha de S. Paulo, 6/1/2000, pág. 48.

Em certas variantes populares, é comum o uso das formas **encontremo** e **pensem** em vez de **encontramos** e **pensamos**.

Morphé em grego significa **forma**. Variações morfológicas são as que afetam as formas constituintes da palavra.

Nesse domínio, as diferenças entre as variantes não são tão numerosas quanto as de natureza fônica, mas não são desprezíveis.

Como exemplo podemos citar:

- O uso do prefixo **hiper** em vez do sufixo **íssimo** para criar o superlativo de adjetivos, recurso muito característico da linguagem jovem urbana: um cara **hiper-humano** (em vez de **humaníssimo**), uma prova **hiperdifícil** (em vez de **difícilíma**), um carro **hiperpossante** (em vez de **possantíssimo**);
- a conjugação de verbos irregulares pelo modelo dos regulares: ele **entreviu** (em vez de **entrevi**), se ele **manter** (em vez de **mantiver**), se ele **ver** o recado (em vez de **vir**), quando ele **repor** (em vez de **repuser**);
- a conjugação de verbos regulares pelo modelo de irregulares: **vareia** (em vez de **varia**), **negoceia** (em vez de **negocia**), **apreceia** (em vez de **aprecia**);
- o uso de substantivos masculinos como femininos ou vice-versa: **duzentas gramas** de presunto (em vez de **duzentos**), a **champanha** (em vez de **o champanha**), tive **muita dó** dela (em vez de **muito dó**), mistura **do cal** (em vez de **da cal**);
- a omissão do **s** como marca de plural de substantivos e adjetivos: **os amigo e as amiga, os livro** indicado pra exame, **as noite** fria, **os caso** mais comum;
- o enfraquecimento do uso do modo subjuntivo: **espero** que o Brasil **reflete** (em vez de **reflita**) sobre o que aconteceu nas últimas eleições; se eu **estava** (em vez de **estivesse**) lá, não deixava acontecer; não é possível que ele se **esforçou** (em vez de **tenha-se esforçado**) mais que eu.

4 Plano sintático

Mas o oiá da morena
Quase que fez eu voltar.

Hervê Cordovil. Op. cit.

Na variante culta escrita o pronome **eu**, nessa estrutura, assumiria a forma oblíqua e viria para antes do verbo: Quase que **me** fez voltar.

Sintáxis em grego significa **correlação, coorganização**: variações sintáticas são as que dizem respeito às correlações entre as palavras da frase. Como exemplo, podemos citar:

- o uso de pronomes do caso reto com outra função que não a de sujeito: encontrei **ele** (em vez de **o**) na rua; não irão sem **você** e **eu** (em vez de **mim**); nada houve entre **tu** (em vez de **ti**) e **ele**;
- o uso do pronome **lhe** como objeto direto: não **lhe** (em vez de **o**) convidei; **eu** **lhe** (em vez de **o**) vi ontem;
- a ausência da preposição adequada antes do pronome relativo em função de complemento verbal: são pessoas **que** (em vez de **de que**) eu gosto muito; este é o melhor filme **que** (em vez de **a que**) eu assisti; **você** é a pessoa **que** (em vez de **em que**) eu mais confio;
- a substituição do pronome relativo **cujo** pelo pronome **que** (lembrete) no início da frase e mais a combinação da preposição **de + ele (dele)**: É um amigo **que** eu já conhecia a família **dele** (em vez de **cuja** família eu já conhecia);
- a mistura de tratamento entre **tu** e **você**, sobretudo quando se trata de verbos no imperativo:

Entra, **que** eu quero falar com **você** (em vez de **contigo**);

Fala baixo **que** a **sua** (em vez de **tua**) voz me irrita.

- ausência de concordância do verbo com o sujeito:
Eles chegou tarde (em variantes desprestigiadas socialmente).
Faltou naquela semana muitos alunos.
Comentou-se os episódios.

Plano lexical

Quando vi essa chinoca,
Diferente me senti.
Eu, que sou um chino velho,
Dei pulo que nem guri.

Gaúcho da fronteira, "Rio Grande de sempre". LP WEA.

Nesse trecho, ocorrem vocábulos típicos de uma variante regional do Rio Grande do Sul: **chinoca** = moça ou menina, caboclinha. **Guri** = menino.

Léxico é o conjunto de palavras de uma língua. As diferenças no plano léxico, como no plano fônico, são muito numerosas e caracterizam com nitidez uma variante em confronto com outra.

Eis alguns, entre múltiplos exemplos possíveis de citar:

- a escolha do adjetivo **maior** em vez do advérbio **muito** para formar o grau superlativo dos adjetivos, característica da linguagem jovem de certos centros urbanos:

maior legal

maior difícil

Esse amigo é um carinha maior esforçado.

- as diferenças lexicais entre Brasil e Portugal são tantas e, às vezes, tão surpreendentes, que têm sido objeto de piada de lado a lado do Oceano. Em Portugal chamam de cueca aquilo que no Brasil chamamos de calcinha; o que chamamos de fila no Brasil, em Portugal chamam de bicha; café-da-manhã em Portugal se diz pequeno almoço; camisola em Portugal significa o mesmo que suéter, malha, para os brasileiros.

DESIGNAÇÕES DAS VARIAÇÕES LEXICAIS

5 Arcaísmo

Modos de xingar

- Biltre¹!
- O quê?



- Biltre! Sacripanta²!
 - Traduz isso para português.
 - Traduzo coisa nenhuma. Além do mais, charro³! Onagro⁴!
- Parei para escutar. As palavras estranhas jorravam do interior de um Ford de bigode. Quem as proferia era um senhor idoso...

Carlos Drummond de Andrade. *Obras completas*. Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar, 1992, pág. 1.797.

¹ Biltre = canalha, infame

² Sacripanta = velhaco, patife

³ Charro = grosso, grosseiro

⁴ Onagro = jumento, burro

Diz-se de palavras que já caíram de uso e, por isso, denunciam uma linguagem já ultrapassada e envelhecida. É o caso de exemplos como reclame em vez de anúncio publicitário; na década de 60, o namorado chamava a namorada de broto (em vez de gatinha ou forma semelhante); na linguagem antiga, médico era designado pelo nome de físico; um bobalhão era chamado de coiô ou bocó; em vez de refrigerante usava-se gasosa; algo muito bom, de qualidade excelente, chamava-se supimpa.

6 Neologismo



¹ Factóide = notícia espalhada como se fosse um fato, fato inventado;

² Bipe (do verbo bipar) = chamar pelo bipe (aparelho eletrônico que emite ruídos).

O contrário do arcaísmo. Trata-se de palavras recém-criadas, que, em geral, ainda não entraram para os dicionários ou entraram muito recentemente. A moderna linguagem da computação tem vários exemplos, como escanear, deletar, printar um texto. Outros exemplos extraídos da tecnologia moderna são mixar (fazer a mixagem de sons), bipar (chamar pelo bip), robotizar, robotização etc.

7 Estrangeirismo



Muitas vezes, o inglês é usado até por quem não conhece, só por exibicionismo.

Trata-se de palavras emprestadas de outra língua, que ainda não foram aportuguesadas, preservando a forma de origem. Nesse caso, há muitas expressões latinas, sobretudo da linguagem jurídica, tais como: *habeas-corpus* (literalmente, “tenhas o corpo”, ou, mais livremente “estejas em liberdade”), *ipso facto* (pelo próprio fato de, por isso mesmo), *ipsis litteris* (textualmente, com as mesmas letras), grosso modo (de modo grosseiro, impreciso), *sic* (assim, como está escrito), data venia (com sua permissão).

As palavras de origem inglesa são inúmeras: *insight* (compreensão repentina de algo, uma percepção súbita), *feeling* (sensibilidade, capacidade de percepção), *briefing* (conjunto de informações básicas), *jingle* (mensagem publicitária em forma de música). Do Francês, hoje são poucos os estrangeirismos que ainda não se aportuguesaram, mas há ocorrências: *hors concours* (fora de concurso, sem concorrer a prêmios), *tête-à-tête* (palestra particular entre duas pessoas), *esprit de corps* (espírito de corpo, corporativismo), *menu* (cardápio), *à la carte* (cardápio à escolha do freguês).

A incorporação natural dos estrangeirismos é fenômeno usual, sobretudo em línguas de comunidades de menor prestígio. A tendência é sempre a mesma: a classe de menor prestígio social tende a imitar a de maior prestígio. A imitação fica ridícula quando é percebida como artifício forçado, só para exibicionismo.

8 Jargão

As agências já podem brifar a Academia em vários sotaques.

Academia de Filmes em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

► Av. Rouxinol 1017 Moema São Paulo SP Tel. 11 505-1800
► Rua da Glória 344 Glória Rio de Janeiro RJ Tel. 21 224-7676
► Rua Visconde do Rio Branco 1310 Centro Curitiba PR Tel. 41 231-5005



A palavra brifar é um exemplo típico do jargão da linguagem publicitária. Significa dar o “briefing”, isto é, a síntese da idéia de uma campanha.

Revista da Citação, nº 74, maio de 2001.

É o léxico típico de um campo profissional como a medicina, a engenharia, a publicidade, o jornalismo. No jargão médico temos **UTI** (Unidade de Terapia Intensiva), **sutura** (junção de dois lados de um corte), **hemodiálise** (depuração do sangue de substâncias nocivas por meio de equipamento especial).

No jargão jornalístico chama-se de **gralha** o erro tipográfico como a troca ou inversão de uma letra. Esse mesmo erro é chamado de **pastel**, **gato** ou **piolho**. **Imprensa amarela** é o nome que se dá a um veículo sensacionalista; para o mesmo significado, usa-se **imprensa marrom**. No mesmo jargão a palavra **lide** é o nome que se dá à abertura de uma notícia ou reportagem, onde se apresenta sucintamente o assunto ou se destaca o fato essencial.

9 Gíria

Primeiro, ela pinta como quem não quer nada. Chega na moral, dando uma de Migué, e acaba caindo na boca do povo. Depois desbaratina, vira leço-lero, sai de fininho e some. Mas, às vezes, volta arrebatando sem o menor aviso.

Afinal, qual é a da gíria?

Cássio Schubsky. *Superinteressante*, março de 1996.

É assim que o jornalista Cássio Schubsky caracteriza a gíria, léxico especial de um grupo (originariamente de marginais) que não deseja ser entendido por outros grupos ou que pretende marcar sua identidade por meio da linguagem. Existe a gíria de grupos marginais, de grupos jovens, de segmentos sociais de contestação, sobretudo quando falam de atividades proibidas. A lista de gírias é numerosíssima em qualquer língua: **ralado** (no sentido de afetado por algum prejuízo ou má-sorte), **ir pro brejo** (ser malsucedido, fracassar), **cara** ou **cabra** (no sentido de indivíduo, pessoa), **bicha** (homossexual masculino), **levar um lero** (conversar); **bobo** (relógio, na gíria de presidiários); **giz** (cigarro); **vigário** (mentiroso).

10 Preciosismo



¹ Mote = assunto, motivo

² Chufa = caçoada, zombaira, gozação

Diz-se que é preciosista um léxico excessivamente erudito, muito raro, afetado.

Usar, por exemplo, **escoimar** um texto de suas incorreções em vez de **corrigir**; **procrastinar** em vez de **adiar**; **discrepar** em vez de **discordar**; **cinesíforo** em vez de **chofer** ou **motorista**; **obnubilar** em vez de **obscurecer** ou **embaçar**; **conúbio** em vez de **casamento**; **chufa** em vez de **caçoada**, **troça**.

11 Vulgarismo



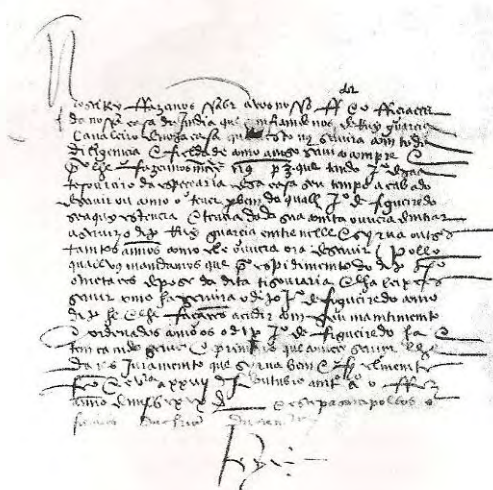
É o contrário do preciosismo, ou seja, o uso de um léxico vulgar, rasteiro, obsceno, grosseiro. É o caso de quem diz, por exemplo, de saco cheio (em vez de aborrecido), se ferrou (em vez de se deu mal, arruinou-se), feder (em vez de cheirar mal), ranho (do nariz) em vez de muco, secreção.

TIPOS DE VARIANTES

Não é muito fácil encontrar, para as variantes lingüísticas, uma tabela de classificação que seja simples e, ao mesmo tempo, capaz de dar conta de todas as diferenças que caracterizam os múltiplos modos de falar dentro de uma comunidade lingüística. O principal problema é que os critérios adotados, muitas vezes, se superpõem em vez de atuarem isoladamente.

Sem entrar, no entanto, em pormenores que não têm interesse para este curso, vamos apresentar sumariamente as variações mais importantes.

12 Variação histórica



Carta manuscrita assinada por D. Manuel I (24 de outubro de 1519). Arq. Arq. Pedro Cordeiro, Documentação e Arquivos Brasileiros, na coleção Pedro Cordeiro do Lago, Rio de Janeiro. GMT Editores Ltda. 1987, pág. 26.

Toda língua vai sofrendo alterações significativas ao longo do seu trajeto pela História, de modo que o linguajar de uma época, sobretudo as mais distanciadas no tempo, difere consideravelmente do de outra. No caso do Português, por exemplo, todos sabem que a língua de Camões não é igual à de Fernando Pessoa. Para exemplificar a variação histórica da nossa língua, não é preciso apelar para as origens do idioma. Observe-se, por exemplo, a passagem que segue, extraída do início da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal sobre a descoberta do Brasil:

Posto queo capitam moor desta vossa frota e asy os outros capitaães screpuam a vossa alteza anoua do achamento desta vossa terra (...) nom leixarey tam bem de dar disso minha comta avossa alteza asy como eu milhor poder ajmda que perao bem contar e falar o saiba pior que todos fazer.

J. F. de Almeida Prado. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Texto e glossário de Maria Beatriz Nizza da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro, Agir., 1977, pág. 85.

Descontada a grafia, que pode dar a impressão de falsas diferenças, essa variante histórica do Português está bem distante da atual.

No Português atual seria:

“Mesmo que o capitão-mor desta sua frota, assim como os outros capitães, escrevam a Vossa Alteza a notícia do descobrimento desta sua terra (...), não deixarei também de sobre isso dar minha satisfação a Vossa Alteza assim como melhor puder, ainda que para bem contar e falar eu o saiba fazer pior que todos.”

13 Variação geográfica

A fia do fazendero
Também tava no currá
Co'aqueles óio brejero
Garrô a me desafiá.

Francisco de Assis. *Burro xucro*.
CD de Inezita Barroso
e Roberto Corrêa.
Caipira de fato. RGE 65452.



Uma língua varia também de região para região. Sabe-se que são nítidas as diferenças entre o Português de Portugal e o do Brasil. Mas não são apenas estas: dentro do próprio território brasileiro, diferenças regionais são reconhecíveis por qualquer falante, como é o caso do Português rural e do urbano, do Sul ou do Norte.

Como exemplo de variante regional, eis a gravação de uma entrevista, concedida ao autor deste livro, por um gaúcho de 27 anos residente em Porto Alegre. Falando do folclore do Rio Grande do Sul, assim ele se manifesta:

“Se tu não conhece e não teve a oportunidade de conhecer as tradições e o folclore gaúcho, nessa festa, neste rodeio, tu vais ver tudo o que o Rio Grande do Sul tem, em termos de folclore, de lenda, que são coisas que tem bastante. É bastante bonito de se ver aquele pessoal piuchado (...) que o gaúcho cultiva muito isso (...) piuchado é aquele pessoal assim (...) que (...) tu vê, ele tá (...) vou usar um termo para ti me entender talvez melhor: uniformizado, ou seja, camisa branca, lenço vermelho no pescoço, chapéu de barbicacho¹, uma boa guaiaca², bombacha³ e o chiripá⁴.”

* As reticências servem para indicar quebras de continuidade do discurso, típicas da língua oral.

- ¹ *barbicacho*: cordão entrelaçado que passa sobre o queixo para segurar o chapéu.
- ² *gualaça*: cinto largo de couro de camurça, com bolsinhos para guardar dinheiro e objetos miúdos, tipo de cinturão.
- ³ *bombacha*: calças largas em toda a perna, exceto no tornozelo, onde são presas por botões.
- ⁴ *chiripá*: vestimenta sem costura, de um metro e meio de fazenda que, passando por entre as pernas, é presa à cintura por uma cinta de couro.

14 Variação social

Uma língua varia também de classe social para classe social. Os lingüistas, em relação às variações sociais, costumam apontar duas variantes: a **popular** e a **culta**. Essa distinção tem sido útil, mas apresenta o inconveniente de não levar em conta o fato de que a fala popular não apresenta o grau de uniformidade da fala culta, mais conservadora e mais vigiada por fatores que a defendem da diversificação.

Como exemplo dessas duas variantes, transcrevemos gravação de entrevista concedida ao autor deste livro por uma cozinheira, moradora de São Paulo, e por um professor de Direito da USP.

Fala da cozinheira (falando dos irmãos que possui):

“Nós somos em cinco e uma de criação, seis... dois hómi, quatro muié, comigo, né.”

Falando sobre peraltices do tempo de criança:

“...então nós ia tacá pedra nos namorado...”

Indagada se tinha presenciado a Segunda Grande Guerra, disse:

“Não, não, que eu tinha muito pavor, então eu num quero nem esquentá com negócio de guerra, nem assisto. Quando é aqueles filme lá com negócio de guerra, nada assisto, não gosto.”

Fala do professor de Direito:

Falando de sua hesitação diante da pergunta sobre seu currículo de vida.

“Eu hesitei um pouco no momento em que você me colocou a pergunta, porque não sabia exatamente por onde agarrá-la.”

Falando de um de seus cursos no exterior:

“Curso que me seduziu e, aliás, me fascinou e que me acabou levando depois a tentar promover, inclusive, no Brasil as obras de Otávio Paz.”

Falando sobre a guerra:

“A paz e a guerra são dados que aparentemente sempre se verificaram na experiência histórica. No entanto, nós estamos diante de uma situação inédita em que, na verdade, o risco de desaparecimento pela força das armas nucleares é real. Há, aliás, nesse sentido, um contraste entre a Antiguidade e o mundo moderno.”

15 Variação de situação



Por variações de situação, os lingüistas costumam entender aquelas que são provocadas pelas circunstâncias em que se desenrola o ato de comunicação. Há situações que impõem um certo modo de falar que não é adequado em outro contexto.

Assim, um único indivíduo não fala de maneira uniforme em todas as circunstâncias, excetuados alguns falantes da linguagem culta, que se servem invariavelmente de uma linguagem formal, sendo, por isso mesmo, considerados excessivamente formais ou afetados.

São muitos os fatores de situação que interferem na fala de um indivíduo, tais como o **tema** sobre o qual se discorre (em princípio ninguém fala da morte ou das suas crenças religiosas como falaria de um jogo de futebol ou de uma briga que presenciou); o **ambiente físico** em que se dá um diálogo (num templo não se usa a mesma linguagem que se usa numa discoteca); o **grau de intimidade** entre os falantes (com um superior, a linguagem é uma; com um colega do mesmo nível, outra); o **grau de comprometimento** que a fala implica para o falante (num depoimento para um juiz, no Fórum, escolhem-se as palavras, mas num relato de uma conquista amorosa, para um colega, fala-se com menos preocupação).

As variações de acordo com a situação costumam ser chamadas de **níveis de fala** ou simplesmente **variações de estilo**, e são classificadas em duas grandes divisões:

- **Estilo formal** é aquele em que é alto o grau de reflexão sobre o que se diz, bem como o estado de atenção e vigilância. É na linguagem escrita, em geral, que o grau de formalidade é mais tenso.
- **Estilo informal** (ou coloquial) é aquele em que se fala com despreocupação e espontaneidade, com um grau de reflexão mínimo sobre o que se diz. É na linguagem oral íntima e familiar que esse estilo melhor se manifesta.

Como exemplo de estilo coloquial, vem a seguir um pequeno trecho da gravação de uma conversa telefônica entre duas universitárias paulistanas de classe média, transcrito do livro de Fernando Tarallo, *Tempos lingüísticos*:

Observação

As reticências indicam as pausas típicas da língua oral ou quebras da continuidade do discurso.



Eu não sei, tem dia... depende do meu estado de espírito, tem dia que a minha voz mais tá assim, sabe? taquara rachada? Fica assim aquela voz, baixa. Outro dia eu fui lê um artigo, lê?! Um menino lá que faz pós-graduação da de economia na, na GV, ele me, nós ficamo até duas hora da manhã ele me explicano toda a matéria de economia, das nove da noite.

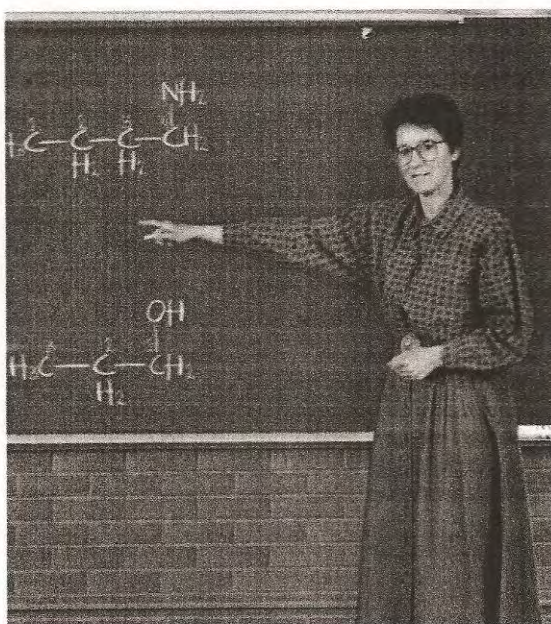
Fernando Tarallo. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo, Editora Ática, 1990, págs. 184-185.

Como se pode notar, não há preocupação com a pronúncia nem com a continuidade das idéias, nem com a escolha das palavras.

Para exemplificar o estilo formal, eis um trecho da gravação de uma aula de Português de uma professora universitária do Rio de Janeiro, transcrito do livro de Dinah Callou, *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro*

"...o que está ocorrendo nos nossos alunos é uma fragmentação do ensino... ou seja... ele perde a noção do todo... e fica com uma série... de aspectos teóricos... isolados... que ele não sabe vincular a realidade nenhuma de seu idioma... isto é válido também para a Faculdade de Letras... ou seja... né? há uma série... de conceitos teóricos... que têm nomes bonitos e sofisticados... mas que... na hora de serem empregados... deixam muito a desejar..."

Dinah Maria Isensee Callou. (org.). *A linguagem falada culta na cidade do Rio de Janeiro: materiais para seu estudo*. Rio de Janeiro. Serviços gráfico/UFRJ, 1991, pág. 40.



Nota-se que, por se tratar de exposição oral, não há o grau de formalidade e planejamento costumeiro no texto escrito, mas trata-se de um estilo bem mais formal e vigiado que o da menina ao telefone.

16 A FUNCIONALIDADE DAS VARIANTES NO TEXTO

Como se sabe, a língua não é um instrumento de comunicação que serve exclusivamente para transmitir uma informação a alguém. Ela serve também, dada a sua variedade, para revelar o indivíduo que dela faz uso, pondo em evidência marcas da sua origem, da sua classe social, da cultura a que pertence, do seu conhecimento de mundo, dos valores em que acredita, do seu bom gosto. O uso de uma variante lingüística, enfim, revela a identidade do seu falante. Em princípio, pode-se afirmar que uma variante lingüística herda o prestígio do grupo social que a utiliza. Isso faz com que, muitas vezes, dois textos que possuem praticamente o mesmo sentido e o mesmo conteúdo de verdade sejam valorizados de maneira desigual, exclusivamente pela forma de linguagem que os reveste. Nessa medida, diz-se que o modo de dizer qualifica a coisa dita.

Esse dado pode ser ilustrado pelo caso a seguir. Um programa de televisão fazia uma reportagem sobre a cura por ervas medicinais e, num dado momento, entrevistaram dois indivíduos ligados ao ramo: um vendedor e um engenheiro-agrônomo. Perguntados sobre o que achavam dos efeitos terapêuticos das ervas, assim eles se expressaram:

Vendedor: O tratamento por ervas é uma boa... primeiro, porque elas é mais barata que os remédio de farmácia; segundo porque, se elas não faz bem, mal também não faz.

(Citação de memória, com alterações)



Corbis



Corbis

Agrônomo: A fitoterapia, em contraposição com a alopatia, tem inequívocas vantagens: primeiro, pelo seu baixo custo; segundo, pela ausência de seqüelas comprometedoras.

Como se vê, o sentido das declarações e a organização argumentativa são praticamente idênticos. Mas o efeito de sentido não é. A confiabilidade da informação – até por preconceito – é mais alta na declaração do agrônomo, pois a forma de linguagem utilizada identifica-o como um homem culto, um cientista, o que é muito valorizado socialmente. Em outros termos, o prestígio de uma variante coincide com o prestígio de que os seus falantes gozam na sociedade.

Esse dado tem sido largamente explorado pelos autores, sobretudo na literatura contemporânea, no teatro, em textos jornalísticos, com intenções variadas: **caracterizar** a índole das personagens de ficção; **parodiar** uma certa forma de linguagem e, por consequência, os que a utilizam; **enaltecer** outras formas e conferir crédito aos seus usuários.

17 O uso das variantes na caracterização das personagens

A construção da personagem no interior de textos narrativos é feita por meio de recursos variados, tais como a descrição das qualidades do seu caráter, da sua índole, do seu tipo biofísico, por meio das atitudes que toma no percurso do texto, das reações passionais diante dos acontecimentos etc. Mas, sobretudo a partir da literatura modernista, a identidade de uma personagem pode ser revelada pela variante lingüística que usa, manifestada em reproduções de sua fala em discurso direto. Desse modo, em coerência com outros recursos de construção da personagem, o seu modo de falar contribui como um traço a mais para definir o seu perfil.

Como ilustração do uso desses recursos, observe-se o texto a seguir, extraído de uma peça de teatro – *Castro Alves pede passagem* – de autoria de Gianfrancesco Guarnieri. Em certa altura de peça, simula-se um debate televisionado, com a participação do poeta Castro Alves e vários outros personagens representativos de nossa vida social.

Apresentador:

O representante dos jornalistas (PALMAS). Rápido por favor.

Jornalista:

Castro Alves, você se considera mais um poeta lírico do que um poeta engajado, ou vice-versa?

Castro Alves:

Considero-me um poeta. Integrado no meu tempo. Cantei a natureza, a mulher, o amor e vivi a causa do meu século: entreguei-me inteiro à causa dos escravos!

Apresentador:

Muito bem!... O representante dos cantores da juventude! (PALMAS... GRITINHOS)

Cantor jovem:

Bicho! Você continua curtindo essa de sentir o borbulhar do gênio?

Castro Alves:

Não, bicho! A chama se apagou. Com ela a vida e a minha poesia... Há outros, muitos outros, com suas histórias, sua arte, seu amor. O meu foi feito, ficou.

Cantor jovem:

Você acha, então, bicho, que sua poesia "já era"?

Castro Alves:

Minha poesia é! Morre o poeta, não morre a poesia. Esta continua, no canto feito, no canto sendo feito, no canto do futuro... Na tua guitarra, quem sabe?



... e o cantor jovem: melhor: uniformizado, ou seja, camisa branca, lenço vermelho no pescoço, boné de boliche...

Cantor jovem:
Mas péra aí, bicho, então quer dizer...

Apresentador:
Não, não, não. Uma pergunta cada um...

Cantor jovem:
Mas se o assunto exige...

Apresentador:
Não podemos abrir o diálogo...

Cantor jovem:
Ah, sem essa!

Apresentador:
O representante dos telespectadores!

Telespectador:
Pois não!... Senhor Castro Alves, eu conhecia o senhor muito de nome, mas prá falá a verdade, não conhecia muita coisa sua não... Sabia do "Navio dos Negreiros" e a... Como é... "Canção da África"...

Jornalista:
"Vozes d'África!"

Telespectador:
Pois é, essa daí... Gostei, viu? Gostei muito... Cheio de dramaticidade... muita verdade também... A verdadeira poesia realista...

Jornalista:
Não diz bobagem!

Telespectador:
Bobagem não, péra aí! Eu me explico como eu sei!... (PALMAS)

Apresentador:
Vamos em ordem, meus amigos. Cada qual tem sua vez. Continue, rapidinho, sim...

Telespectador:
Admiro um jornalista falar dessa maneira... Não tenho cultura mas tenho educação, eu!... Olha aí... Fez até eu perder o fio da meada... Ah, sim!... Pois é... Só conhecia essas. Mas prá vim pro programa, peguei uns livros aí e li.
E fiquei espantado, com toda a sinceridade: Espantado com as poesias prá mulheres...

Gianfrancesco Guarnieri. *Castro Alves pede passagem*.
São Paulo. Palco + Platéia Editora, 1971, págs. 12-14.

18 O uso das variantes como paródia

Uma variante pode ser usada para parodiar, isto é, caricaturar o falante que a utiliza e, por consequência o seu grupo social, sua cultura, os valores com que estão identificados. Em geral, o construtor de texto reproduz de maneira caricata e com certo exagero as marcas (ou algumas marcas típicas) da linguagem do falante ou do grupo que se pretende parodiar, criando com isso um efeito de desmoralização, de ridicularização.

Como ilustração desse procedimento, já presente no texto anterior, temos em Monteiro Lobato uma demonstração exemplar. Num de seus contos, ele decide ridicularizar certos gramáticos da época, excessivamente rigorosos e vigilantes com a correção gramatical (os chamados puristas da língua). Inventou um personagem, dá-lhe um nome exótico (Aldrovando) e atribui-lhe uma profissão (*O colocador de*

pronomes), que, aliás, é o título do conto. Em certa altura do conto, Aldrovando decide encaminhar ao Congresso sugestão de providências legais para punir os que cometem erros ou "crimes" contra o idioma, nestes termos:

"- Leis, Senhores, leis de Dracão, que diques sejam, e fossados, e alcáçares de granito prepostos à defesa do idioma. Mister sendo, a força se restaure, que mais o barão merece quem conspurca o sacro patrimônio da sã vernaculidade, que quem ao semelhante a vida tira. Vede, Senhores, os pronomes, em que lazeira jazem..."

José Carlos Barbosa Moreira. *Monteiro Lobato: textos escolhidos*. 3. ed. Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora, 1972, pág. 100.



Em outros termos, o que pede o ilustre gramático é o seguinte:

"- Senhores, há necessidade de leis rigorosas que funcionem como diques em defesa do idioma. Sendo necessário, estabeleça-se a força, pois aqueles que atentam contra o patrimônio da língua vernácula merecem mais a força do que aqueles que atentam contra a vida do seu semelhante. Vede, Senhores, os pronomes, em que miséria estão jogados..."

Como se vê, a intenção de ridicularizar o personagem pela sua variante lingüística é evidente. Trata-se de um recurso argumentativo às avessas, isto é, um procedimento para desacreditar a palavra da personagem.

19 O uso das variantes como recurso argumentativo

Como se sabe, o povo tem sobre as variantes lingüísticas juízos de valor diferenciados. Por preconceito, tende-se a desvalorizar as variantes típicas dos segmentos sociais menos prestigiados e a valorizar as variantes típicas dos mais prestigiados. Dessa forma, o conhecimento e o uso da variante culta (aquela que se manifesta de maneira mais completa na língua escrita) são sempre indicadores de prestígio, excetuando os exageros já comentados no item anterior. Desse modo, a utilização dessa variante costuma ser explorada, de maneira mais consciente ou menos, como recurso argumentativo, isto é, como expediente para conferir autoridade à palavra de quem fala.

Como ilustração, veja-se a passagem que segue, extraída do livro *O coronel e o lobisomem*, de José Cândido de Carvalho.

Nela, o coronel relata os recursos de linguagem que adotou para intimidar a encantação (o lobisomem):

"Como no caso da sereia, tratei a encantação em termos de cerimônia, sois-isso, sois-aquilo, dentro dos conformes por mim aprendidos em colégio de frade a dez tostões ao mês. Desse modo, ficava estipulado que o cativo não andava em mão de um coronelão do mato, despido de letras e aprendizados, uma vez que vadiagem das trevas leva muito em conta a instrução dos demandistas. No presente caso do lobisomem, nem careci de empregar outras sabedorias."

José Cândido de Carvalho. *O coronel e o lobisomem*. 8. ed. São Paulo, José Olympio, s.d.p., pág. 181.

DVD com o programete “Português para Todos – Variantes Linguísticas”